



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 2ª. SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 28 DE ABRIL DE 2026

ATA Nº. 12 / 2026

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
- 3.1. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.2. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.3. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.4. APROVAÇÃO DE ATAS
- 3.4.1. ATA DA SÉTIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A DEZASSETE DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS – ATA NÚMERO OITO, DE DOIS MIL E VINTE E SEIS
- 3.4.1.1. VOTAÇÃO
- 3.4.2. ATA DA OITAVA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA TRINTA E UM DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS – ATA NÚMERO NOVE, DE DOIS MIL E VINTE E SEIS
- 3.4.2.1. VOTAÇÃO
- 3.5. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.6. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MARIA EMÍLIA BREDERODE DOS SANTOS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS
- 3.6.1. VOTAÇÃO
- 3.7. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À PRESERVAÇÃO E PARTILHA DO

PATRIMÓNIO HISTÓRICO RELATIVO AO 25 DE ABRIL, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU

- 3.7.1. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.7.2. SR. DEPUTADO ANÍBAL GUERREIRO (CDU)
- 3.7.3. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (INOV25)
- 3.7.4. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.7.5. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.7.6. SR. DEPUTADO ANÍBAL GUERREIRO (CDU)
- 3.7.7. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (INOV25)
- 3.7.8. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.7.9. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.7.10. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À PRESERVAÇÃO E PARTILHA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO RELATIVO AO 25 DE ABRIL, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU - VERSÃO FINAL
 - 3.7.10.1. VOTAÇÃO
 - 3.7.10.1.1. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 3.7.10.1.2. SRª. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.8. RECOMENDAÇÃO - REVOGAÇÃO DA DESIGNAÇÃO TOPONÍMICA ATRIBUÍDA AO CAPITÃO OTELO SARAIVA DE CARVALHO, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CH
 - 3.8.1. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
 - 3.8.2. SR. DEPUTADO ANÍBAL GUERREIRO (CDU)
 - 3.8.3. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (INOV25)
 - 3.8.4. SRª. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 3.8.5. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.8.6. VOTAÇÃO
- 3.8.6.1. SR. DEPUTADO RUI MILLER (INOV25) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.8.6.2. SRª. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.8.6.3. SR. DEPUTADO JOÃO GOUVEIA (INOV25) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.8.6.4. SRª. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (INOV25) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.8.6.5. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.8.6.6. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.8.6.7. SRª. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.8.6.8. SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (INOV25) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.8.6.9. SRª. DEPUTADA PAULA NETO (INOV25) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.8.6.10. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.9. VOTO DE SAUDAÇÃO AOS ANTIGOS COMBATENTES, APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO CHEGA
- 3.9.1. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (INOV25)
- 3.9.2. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.9.3. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.9.4. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.9.5. SRª. DEPUTADA MADALENA CASTRO (PRESIDENTE DA U.F. OEIRAS E S. JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS)
- 3.9.6. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (INOV25)
- 3.9.7. SRª. DEPUTADA ELISABETE OLIVEIRA (INOV25)
- 3.9.8. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.9.9. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (INOV25)
- 3.9.10. SRª. PRESIDENTE DA A.M.

- 3.9.11. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.9.12 SR^a. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 3.9.13. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.9.14. VOTO DE SAUDAÇÃO AOS ANTIGOS COMBATENTES, APRESENTADO POR TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS
- 3.9.15. VOTAÇÃO
- 3.9.15.1. SR. DEPUTADO NUNO CAROLO (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.9.15.2. SR^a. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.10. MOÇÃO - “DEFESA DO TRABALHO DIGNO E DA PAZ SOCIAL”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS
- 3.10.1. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (INOV25)
- 3.10.2. SR. DEPUTADO NUNO CAROLO (PS)
- 3.10.3. VOTAÇÃO
- 3.10.3.1. SR^a. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.10.3.2. SR^a. DEPUTADA FILIPA LOURINHO (CH) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.10.3.3. SR^a. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.10.3.4. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.10.3.5. SR. DEPUTADO FRANCISCO HERDEIRO (INOV25) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.10.3.6. SR. DEPUTADO ANÍBAL GUERREIRO (CDU) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.10.3.7. SR. DEPUTADO JOÃO GOUVEIA (INOV25) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.10.3.8. SR. DEPUTADO NUNO CAROLO (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.10.3.9. SR. DEPUTADO EDNILSON SANTOS (INOV25) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.11. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (INOV25)
- 3.12. SR^a. DEPUTADA PAULA NETO (INOV25)
- 3.13. SR. DEPUTADO ALEXIS GONÇALVES (INOV25)



9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 3.14. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)
- 3.15. SR^a. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN)
- 3.16. SR^a. DEPUTADA MADALENA CASTRO (PRESIDENTE DA U. F. DE OEIRAS, SÃO JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS)
- 3.17. SR. DEPUTADO NUNO CAROLO (PS)
- 3.18. SR. DEPUTADO ANÍBAL GUERREIRO (CDU)
- 3.19. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.20. SR. DEPUTADO NUNO CAROLO (PS)
- 3.21. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)
4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
 - 4.1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO - APRECIADA
 - 4.2. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO RELATIVO AO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO - APRECIADO
 - 4.3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 306/2026 – DMAG/DFP/DPOC RELATIVA À PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL DE 2025 E APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
 - 4.3.1. VOTAÇÃO
 - 4.3.1.1. SR^a. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 4.3.1.2. SR^a. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 4.4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 308/2026 – SIMAS – RELATIVA AO RELATÓRIO E CONTAS 2025 – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º 52 – SIMAS/2026

- 4.1.1. VOTAÇÃO
- 4.4.1.1. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.4.1.2. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.4.1.3. SR^a. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 282/2026 – DMEDSC/DE – RELATIVA À APROVAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OEIRAS (CMEO) – MANDATO 2025/2029 - ADIADA
- 4.6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 339/2026 – DMEDSC/DACTPH/DTGE – RELATIVA AO FESTIVAL OUT JAZZ 2026 – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO E LOGÍSTICO – ISENÇÃO DE TAXAS – ADIADA
5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
- 5.1. SR^a. PAULA MARIA RODRIGUES CASTRO AMBRÓSIO, MUNÍCIPE DE OEIRAS
- 5.2. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 5.3. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 5.4. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)
- 5.5. SR^a. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
6. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO: <i>Unanimidade</i>			
GRUPOS POLITICOS MUNICIPAIS	S	N	A
NOV 25	14		
PS	1		
CH	1		
CEO	1		
IL	2		
CDU	—		
PAN	—		
NOVAR UNIAO ALGES 25	—		
NOVAR BARCARENA 25	1		
NOVAR DANHADE E QUEIJAS 25	1		
NOVAR UNIAO OEIRAS 25	1		
NOVAR PORTO SALVO 25	1		
S= A FAVOR * N= CONTRA * A= ABSTENCAO			

----- ATA DA 2ª. SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA -----
----- MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 28 DE ABRIL DE 2026 -----
----- ATA Nº. 12 / 2026 -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segundo Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio.-----

1. ABERTURA DA REUNIÃO-----

----- Pelas quinze horas e trinta minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e três Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves, Afonso Duarte Guterres de Moraes, Acácio Silva de Oliveira, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Nuno Filipe Penetra Carolo, Francisco O'Neill Marques, Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho, Carla Maria

Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos, Mónica dos Santos Alhuquerque Correia, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito, Marina Raquel Gonçalves Pereira, Aníbal José Gonçalves Guerreiro, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Jorge Manuel Martins Delgado) desta Assembleia Municipal. -----

-----Os Senhores Deputados Rui Manuel Pessanha da Silva, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Mafalda Maria Pires Rodrigues Vantacich, Sandra Cristina Amaral Monteiro e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias, do Partido Chega, Filipe Jorge de Sousa Martins, do Partido Iniciativa Liberal e João Rafael Marques Santos, da Coligação Democrática Unitária, pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves, Afonso Duarte Guterres de Moraes e Acácio Silva de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos, do Partido Chega, Marina Raquel Gonçalves Pereira, do Partido Iniciativa Liberal e Aníbal José Gonçalves Guerreiro, da Coligação Democrática Unitária. -----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Moraes, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Pedro Manuel Freire Patacho, Armando Agria Cardoso Soares, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Graciete Silva Bernardo, Susana Isabel Costa Duarte e Mariana Campos Carvalho Coelho. -----

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras acerca da Atividade



10

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

do Município, nos termos da alínea c), do n.º 2, do Artigo 25.º, da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro; - -----

2. Apreciação do Relatório relativo ao Estatuto do Direito de Oposição; -----

3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 306 – DMAG/DFP/DPOC – relativa à Prestação de Contas Individual de 2025 e Aplicação do Resultado Líquido do Exercício; -----

4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 308 – SIMAS – relativa ao Relatório e Contas 2025 – Proposta de Deliberação n.º 52 – SIMAS/2026;-----

5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 282/2026 – DMEDSC/DE – relativa à Aprovação da composição do Conselho Municipal de Educação de Oeiras (CMEO) – mandato 2025/2029;--

6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 339/2026 – DMEDSC/DACTPH/DTGE – relativa ao Festival Out Jazz 2026 – Pedido de apoio financeiro e logístico – Isenção de taxas. -----

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

3.1. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a Sessão dizendo o seguinte:-----

----- “Bem-vindos à Sessão Ordinária dois/dois mil e vinte e seis da Assembleia Municipal de Oeiras. Cumprimento todos os presentes e quem nos assiste à distância.-----

----- Peço, de seguida, ao Senhor Segundo-Secretário que proceda à chamada. -----

----- Muito obrigada, Senhor Segundo-Secretário. Desculpe, pediu a palavra?”-----

3.2. O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) fez a seguinte **Interpelação à Mesa:**

----- “Sim, Senhora Presidente, é só uma Interpelação à Mesa. Nós estamos a começar com quarenta minutos de atraso. Houve alguma circunstância que legitime este atraso?” -----

3.3. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, nós ainda nem iniciámos os nossos trabalhos, procedemos à chamada... O artigo cinquenta do Regimento refere que os Deputados Municipais podem interpelar a Mesa, quando tenham dúvidas sobre as decisões desta ou sobre a orientação dos trabalhos. Eu ainda nem sequer comecei... ainda nem começámos os trabalhos. Ainda nem sequer

começámos os trabalhos, Senhor Deputado. Muito bem, muito obrigada. -----

----- No nosso Período Antes da Ordem do Dia, temos a aprovação das atas. Eu ponho à vossa consideração estas atas.” -----

3.4. APROVAÇÃO DE ATAS -----

3.4.1. Ata da Sétima Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a dezassete de março de dois mil e vinte e seis – Ata número oito, de dois mil e vinte e seis. ---

3.4.1.1. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e nove votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia e Alexis Godinho Gonçalves), dois do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura e Nuno Filipe Penetra Carolo), dois do Partido Chega (Francisco O’Neill Marques e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

(Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado).-----

----- Os Senhores Deputados Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro e João Carlos Macedo Viegas, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Os Senhores Deputados Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Afonso Duarte Guterres de Moraes e Acácio Silva de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, Jorge Manuel Damas Martins Rato, do Partido Socialista, Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos, do Partido Chega e Aníbal José Gonçalves Guerreiro, da Coligação Democrática Unitária, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----

3.4.2. Ata da Oitava Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a trinta e um de março de dois mil e vinte e seis – Ata número nove, de dois mil e vinte e seis.

3.4.2.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e oito votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves e Afonso Duarte Guterres de Moraes), dois do Partido Socialista (Jorge Manuel Damas Martins Rato

e Nuno Filipe Penetra Carolo), dois do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Silvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado). -----

-----Os Senhores Deputados Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro e João Carlos Macedo Viegas, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Os Senhores Deputados Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida e Acácio Silva de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, do Partido Socialista, Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos, do Partido Chega, Marina Raquel Gonçalves Pereira, do Partido Iniciativa Liberal, Aníbal José Gonçalves Guerreiro, da Coligação Democrática Unitária e António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesina diz respeito. -----

3.5. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Portanto, os outros, toda a gente vota a favor das Atas e estão aprovadas por unanimidade a Ata número oito e a Ata número nove desta Assembleia Municipal.-----

-----Há aqui um expediente que chegou à Assembleia Municipal precisamente há nem uma hora, ou menos de uma hora, que é de uma Associação, MIAR. E eu vou passar a ler aqui o que foi dirigido a esta Assembleia Municipal, e que é o seguinte: -----



197

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Associação MIAR, Movimento de Intervenção em Animais de Rua, vem por este meio, e a pedido do casal Patrícia e Mário Gouveia, submeter à consideração de Vossas Excelências um comunicado que retrata, com rigor, a sua situação atual.-----

----- É um casal que, neste momento, não tem condições e que vive num carro com os seus animais de estimação. Penso que é um assunto de que todos os senhores deputados municipais já têm conhecimento. E tenho também a dizer-vos que, relativamente a esta matéria, os visados escreveram também para a Assembleia Municipal e eu própria, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, remeti tudo aquilo que foi exposto nesse requerimento pelos dois cidadãos e remeti à Câmara Municipal, no dia vinte e quatro de abril. Portanto, só segui hoje, penso eu, para que seja feito um enquadramento pormenorizado sobre esta situação. Portanto, queria vos dar conhecimento disto.-----

----- Temos ainda um Voto de Pesar pelo falecimento de Maria Emília Brederode dos Santos, que eu vou passar a ler.”-----

3.6. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MARIA EMÍLIA BREDERODE DOS SANTOS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS-----

----- A Senhora Presidente da A.M. leu o Voto de Pesar mencionado em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “Nascida em Lisboa a vinte e um de março de mil novecentos e quarenta e dois, Maria Emília Brederode dos Santos faleceu no passado dia onze de abril com oitenta e quatro anos.-----

----- Licenciada em Letras pela Universidade de Lisboa, foi na Universidade de Genebra que se licenciou em Ciências da Educação e na Universidade de Boston que tirou o mestrado em Análise Social da Educação.-----

----- Pedagoga, autora e especialista em Educação, prestou um relevante contributo para a construção das políticas educativas em democracia, através do seu olhar pedagógico abrangente, que transcendeu as fronteiras clássicas das escolas, deixando um legado que ultrapassa as

instituições que serviu e as gerações que formou. -----

-----Entre mil novecentos e oitenta e sete e mil novecentos e noventa e sete, foi diretora pedagógica do programa Rua Sésamo, dotando a RTP de um projeto inovador e educativo. Produziu livros, jogos e programas infantis, assim como uma obra (Os Aprendizizes de Pigmaleão) dedicado à formação docente.-----

-----Integrou a Comissão de Honra do Plano Nacional de Leitura e presidiu ao Instituto de Inovação Educacional. Coordenou, entre dois mil e dez e dois mil e onze, a proposta de currículo de Educação para a Cidadania e foi, entre dois mil e dezassete e dois mil e vinte e dois, presidente do Conselho Nacional de Educação, onde liderou com rigor, independência e sentido de responsabilidade pública, a reflexão e o debate sobre o futuro da escola portuguesa.-----

-----A sua presença em diferentes espaços de intervenção e funções, permitiu-lhe acompanhar a evolução do ensino, contribuindo, de forma indelével, para o desígnio da universalização da escola, da literacia e das qualificações.-----

-----Recebeu em mil novecentos e noventa e quatro o Prémio da Boston University's General Alumni Association e em mil novecentos e noventa e dois o Prémio Rui Grácio da Sociedade Portuguesa de Ciência da Educação. Foi condecorada pelo Presidente da República Jorge Sampaio, em dois mil e quatro, com a Ordem da Instrução Pública - Grau de Grande Oficial e em dois mil e vinte e três, o Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA) atribuiu-lhe o grau de Doutora Honoris Causa.-----

-----Filha de Nuno Rodrigues dos Santos, irmã de Nuno Brederode dos Santos e mulher de José Medeiros Ferreira, manifestou sempre as suas convicções democráticas e de oposição ao regime fascista. Viveu a crise académica de mil novecentos e sessenta e dois e acompanhou no seu marido, no exílio, em Genebra. -----

-----Depois de abril, empenhou-se na vida política do país, comprometida com a liberdade e com a ideia de que a educação é sempre um ato político e um ato de esperança.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Esta dimensão cívica nunca esteve separada do seu pensamento pedagógico. Para ela, educar era, acima de tudo, um compromisso com o outro. -----

----- A Assembleia Municipal reunida a vinte e oito de abril em sessão extraordinária, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Maria Emília Brederode dos Santo, reconhece o seu legado de uma vida dedicada à educação e transmite a toda a sua família e amigos as suas condolências, prestando-lhe uma sentida homenagem com um minuto de silêncio. -----

----- O presente voto de pesar deve ser remetido aos seus familiares e publicado no sítio da Assembleia Municipal, bem como, em pelo menos um jornal de dimensão nacional.” -----

3.6.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo vinte e um do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves, Afonso Duarte Guterres de Morais e Acácio Silva de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho e Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira),

dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado).-- -----

-----A Senhora Deputada Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 não estava presente na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em ninuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 58/2026** -----

-----**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MARIA EMÍLIA BREDERODE DOS SANTOS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo vinte e um do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de Maria Emília Brederode dos Santos, prestando-lhe uma sentida homenagem com um minuto de silêncio, bem como manifestando o seu profundo pesar, reconhecendo o seu legado de uma vida dedicada à educação e transmitir a toda a sua família e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

amigos sentidas condolências. -----

----- Foi ainda deliberado remeter o presente voto aos seus familiares e publicá-lo no sítio da Assembleia Municipal, bem como, em pelo menos um jornal de dimensão nacional. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Portanto, está aprovado, por unanimidade, este Voto de Pesar. E então, ia pedir que fizéssemos um minuto de silêncio em memória de Maria Emília Brederode dos Santos.” -----

----- **Foi feito um minuto de silêncio em memória de Maria Emília Brederode dos Santos.**-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. Temos agora uma Proposta de Recomendação da CDU e vou pedir ao Senhor Segundo-Secretário o favor de ler.” -----

3.7. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À PRESERVAÇÃO E PARTILHA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO RELATIVO AO 25 DE ABRIL, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU -----

----- O Senhor **Deputado Nuno Custódio (INOV25), Segundo-Secretário**, leu a Proposta de Recomendação mencionada em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “Proposta de Recomendação -----

----- No passado dia vinte e seis de Abril terminaram as comemorações, oficiais, dos cinquenta anos do vinte e cinco de Abril. As comemorações decorreram ao longo de dois anos e tiveram um considerável número de iniciativas que contribuíram para recordar o passado, valorizar o presente e ambicionar um futuro melhor, onde se cumpra Abril na sua totalidade, tal como está consagrado no espírito da Constituição da República Portuguesa. -----

----- A sociedade portuguesa tem um sentimento de gratidão pelo vinte e cinco de Abril e não esquece os símbolos da Revolução dos Cravos e muitos dos nomes maiores que conquistaram

uma democracia e contribuíram para a reforçar. -----

-----No entanto, não nos iludamos, as gerações mais novas certamente terão o mesmo afecto por Abril que a geração dos seus avôs e avós, mas para que isso aconteça é necessário manter os símbolos que marcaram Abril, assinalar locais e imortalizar histórias e nomes. -----

-----Nesse sentido e pese o concelho de Oeiras ter muito trabalho feito nesse âmbito, será pertinente conservar e divulgar o trabalho, os depoimentos e o património que a Câmara Municipal de Oeiras adquiriu ou protocolou com outras entidades.-----

-----Confiado que painéis e exposições serão devidamente divulgados, valorizando-se o património e o trabalho realizado, outros objectos poderão não ter, ainda, destino certo. A título de exemplo a chaimite que há dois anos estacionou no Largo Cinco de Outubro e nos lembra que Oeiras teve também um papel na fixação da democracia. -----

-----A Chaimite é um símbolo da paz, pois embora tenha sido criada para o contrário, na madrugada de vinte e cinco Abril rumou a Lisboa para terminar com a guerra colonial. É símbolo de coragem porque foi com chaimites que os militares revoltosos enfrentaram a fragata e o carro de combate no terreiro do Paço. A Chaimite é símbolo da unidade entre o povo e o MFA pois transportou militares e populares no dia mais bonito da nossa história colectiva. A Chaimite é também um pedaço da história de Oeiras lembrando a posição dos militares no Quartel de Paço de Arcos quando se deu a tentativa de golpe a onze de Março. -----

-----Atendendo ao exposto, a Assembleia Municipal de Oeiras, reunida a vinte e oito de Abril de dois mil e vinte e seis, delibera:-----

-----Um. Recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que na sequência das comemorações dos cinquenta anos do vinte e cinco de Abril, continue a exhibir e a partilhar o património histórico adquirido ao longo dos últimos dois anos; -----

-----Dois. Que à semelhança de outros Municípios, garanta a manutenção da chaimite, estacionada em local central da Vila de Oeiras, permitindo a visualização e interação de todos com



67

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

esse símbolo de Abril.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Secretário. E esta Proposta de Recomendação ponho à discussão. Quem pretende usar da palavra? O Senhor Presidente já pediu para usar da palavra, mas, para já, mais ninguém. Faz favor, Senhor Presidente.” -----

3.7.1. O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pedi a palavra, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, por razões de economia de tempo.-----

----- Na medida em que, depois desta intervenção, os senhores deputados decidirão se faz sentido ou não continuar a discutir esta Proposta de Recomendação.-----

----- A Câmara Municipal estabeleceu um programa de comemoração das cerimónias do Vinte e Cinco de Abril, com dois anos, de vinte e quatro a vinte e seis, Vinte e Cinco de Abril de vinte e quatro a Vinte e Cinco de Abril de vinte e seis, passando pelo Vinte e Cinco de Abril, naturalmente, pela comemoração do vinte e cinco de novembro, pela comemoração da entrada em vigor da Constituição, a Vinte e Cinco de Abril de mil novecentos e setenta e seis.-----

----- E, portanto, a colocação da Chaimite no Largo Cinco de Outubro faz parte de um conjunto, realmente, de eventos e atividades que foram desenvolvidas no âmbito das comemorações do Vinte e Cinco de Abril. E, naturalmente, não deixa de ser curiosa esta apropriação de carga ideológica, quer à esquerda, quer à direita. Oeiras já mostrou que tem uma idiossincrasia especial e, portanto, naturalmente, nós não aceitamos que a Chaimite continue no Largo da Igreja e não aceitamos por uma razão: porque fazia parte, realmente, das comemorações. Mas não deixo de considerar que pode ser uma boa ideia esta de colocar a Chaimite como um elemento simbólico, mas num local mais apropriado, por exemplo, à frente de um quartel, por exemplo, à frente do Quartel da Medrosa, ou na zona aqui de Paço de Arcos, da antiga Escola de Eletromecânica. -----

-----Agora, como elemento decorativo e simbólico junto à igreja, no Largo do Cinco de Outubro, não faz sentido. Mas não deixa de ser curioso, vejam bem, que estas coisas acontecem exatamente agora. Quer dizer, nos últimos dias tenho recebido reclamações de gente conotada com a direita a pedir a remoção da Chaimite. Agora vem gente da esquerda a pedir a manutenção da Chaimite. Ora bem, não fazemos a vontade a nenhum. -----

-----É claro que não podemos desencadear um processo participativo, um referendo, ou ouvir as pessoas, porque agora, pelos vistos, não vale a pena ser eleito. Quer dizer, as tentativas de degradação da Democracia passam exatamente por retirar poderes, competências e responsabilidades a quem é eleito. Não significa, e sabem muito bem que eu tenho apregoado isso também, que a Democracia se esgote no voto. Aliás, a Democracia não se esgota no voto; tanto não se esgota, por exemplo, na questão do voto, porque a atitude do dia a dia de cada um, a forma como, neste plenário, por exemplo, há muitas intervenções que são tentativas de destruição da Democracia, de chicana política. Portanto, houve muitas vezes, não interessa o esclarecimento, interessa vencer, mesmo que seja à base do achincalhamento do adversário. Ora bem, nós não podemos pactuar com isso. Quer dizer, e, portanto, a Democracia e a Liberdade defendem-se todos os dias.-----

-----Portanto, a Câmara Municipal não aceita esta recomendação, não lhe dará cumprimento, no caso de ela ser votada e, portanto, solicito que a transformem no sentido de se encontrar um sítio adequado para a colocar. E não vejo nenhum problema nisso, sendo certo que estamos a procurar dispor daquilo que é indisponível, porque nem o Exército, sequer, vai dispor da Chaimite, porque, na realidade, ela foi emprestada provisoriamente.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte:-----

-----“Não é nossa.”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

-----“E, portanto, foi assinado um acordo escrito, de maneira que, de acordo com o acordo



u

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

escrito, a Chaimite terá de ser devolvida à sua procedência. -----

----- Eu quero-lhes dizer: eu não olho para estas situações, sejam Chaimites, sejam outras armas de guerra, como instrumentos, digamos, de guerra. Na realidade, hoje há muitos instrumentos de guerra que são símbolos. Andamos há mais de dez anos a tentar armar o Forte São Bruno com canhões. Os canhões estão disponíveis, mas a verdade é que o Exército ainda não dispôs os canhões.-----

----- É interessante, porque eu estive agora em Macau e fiquei surpreendido até. Porque no forte, no forte de Macau, estão lá canhões do século dezassete, canhões espetaculares e que são, naturalmente, peças decorativas que representam uma época, uma história. Mas a verdade é que nós andamos a tentar armar o dito Forte São Bruno com canhões e, até agora, não conseguimos um canhão, nem um canhão pequenino, mesmo os canhões que lá estiveram, não sei se estão a ver.

----- Portanto, admito dar andamento a uma recomendação desta natureza, no sentido de, se porventura o Exército aceitar ceder a Chaimite, poderemos colocá-la aí numa rotunda. Conforme temos um trator, símbolo da agricultura, podemos pôr uma Chaimite, símbolo da revolução, símbolo, realmente, da Liberdade e da Democracia, mas não ali naquele local; será noutra local apropriado, mais apropriado do que aquele ali, porque é óbvio que, de alguma forma, ocupa ali um espaço que, quando há eventos, etc., naturalmente que impede a realização de determinados eventos naquele espaço.-----

----- Portanto, solicito à CDU, se quiser alterar a recomendação para colocação noutra local, tudo bem. Naquele local vai sair mesmo.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Mais alguém pretende usar da palavra? Faz favor.”-----

3.7.2. O Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. É o seguinte: como todos nós sabemos, a Chaimite foi um marco marcante no nosso processo de Paz e da Liberdade.-----

-----De facto, a Chaimite, ao ser colocada, devia ser colocada numa praça ou numa rotunda onde, pronto, toda a gente pudesse ter acesso, até às novas gerações — que é importante saberem o que representou a Chaimite para o processo revolucionário. Temos aí muitas rotundas, por exemplo, a futura Câmara onde é que ela vai ser instalada? Porque não se mete na rotunda do Oeiras Parque? Uma zona de imensa passagem. Isto é um exemplo, se calhar, como outras rotundas que podemos ter por aí fora. Era só isto. -----

-----Obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. Mais alguém? Senhor Deputado António Moita (INOV25)” -----

3.7.3. O Senhor Deputado António Moita (INOV25) disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, eu, de forma muito simples e rápida, para dizer que aquilo que o Senhor Presidente disse é exatamente o espírito que nós tínhamos para a intervenção que iria ser feita. Porquê? Porque este ponto dois não deve cá estar. E, portanto, se a CDU entender que deve alterar o ponto dois, de acordo com aquilo que foi a intervenção do Senhor Presidente, nós concordamos. Se a CDU não retirar o ponto dois, nós não podemos, obviamente, concordar com a proposta que é feita. -----

-----A questão aqui tem a ver, ponto um, com a possibilidade que nós não conhecíamos. Mas o Senhor Presidente já disse o que tinha a dizer sobre o assunto, de haver a disponibilidade do Exército para continuar a ceder aquele, enfim, aquele tanque. -----

-----E, por outro lado, nós não concordamos, em absoluto, com a localização, ou continuar com a localização em que está, mas, obviamente, que não temos qualquer oposição a que, se isso for possível e quando for possível, que a Câmara Municipal encontre um outro sítio que seja próprio para a colocação de um objeto com a dimensão que aquele tem. -----

-----Portanto, a pergunta que se faz é — eu não depreendi, por isso é que pedi para intervir — não depreendi da intervenção do nosso colega da CDU, se pretendia, de facto, alterar o texto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

do ponto dois ou se era para ficar como está, sendo certo que, se ficar como está, o nosso voto será contra.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH) faz favor.”-----

3.7.4. O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, relativamente a esta Chaimite, é, sem dúvida nenhuma, uma relíquia do Estado Novo, quer queiramos quer não, fiel à ditadura, calada, parada e sem dar qualquer explicação. Eu pergunto se o PCP, disfarçado de CDU, não tem mais nada para apresentar sem ser uma Chaimite?-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. O Senhor Deputado da CDU, perante esta posição...”-----

----- O **Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu quero responder ao Senhor Deputado do Chega. Nós temos muitas propostas sobre o Vinte e Cinco de Abril. Se houve quem sofresse, fomos nós e outros democratas.-----

----- Por isso, a minha intervenção foi que seja encontrado um local onde a Chaimite possa ser implantada e não estar num local escondido. Pronto.-----

----- Obrigado.”-----

3.7.5. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Mas então altera o texto, altera o ponto dois? Então como é que quer que fique, Senhor Deputado? “Que, à semelhança de outros Municípios, garanta a manutenção da chaimite num outro local?” Num outro local, é isso?”-----

----- O **Senhor Deputado Rui Miller (INOV25)**, Primeiro Secretário, disse o seguinte:--

----- “Tem de dizer no microfone. Senão, não fica registado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----
-----“Portanto, faz favor, ligue o seu microfone, por favor. Portanto, pode alterar neste sentido: “Que, à semelhança de outros Municípios, garanta a manutenção da Chaimite estacionada noutra local na Vila de Oeiras”.” -----

3.7.6. O Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Sim. Sim. A gente garantimos que seja instalado noutra ponto. Noutra local. Sim, Senhor. Onde tenha acesso, pronto, à população e não só, e até aos jovens.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Noutra local da Vila de Oeiras, não é? Permitindo a visualização e interação com este símbolo de Abril.” -----

-----O **Senhor Deputado Rui Miller (INOV25)**, Primeiro Secretário, disse o seguinte: --

-----“Filipa Lourinho (CH) pediu a palavra.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Peço desculpa, desculpem, todos a falar ao mesmo tempo, é que nós não nos entendemos. Toda a gente a falar ao mesmo tempo não nos entendemos. Portanto, eu peço silêncio para percebermos o que é que se está a passar aqui na Assembleia. O Senhor Deputado António Moita (INOV25) pediu a palavra.”-----

3.7.7. O Senhor Deputado António Moita (INOV25) disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, é para lhe pedir ou para pedir, por seu intermédio, ao Senhor Deputado da CDU que permita que o texto seja o mais amplo possível, no sentido da Câmara Municipal poder colocar, não na Vila de Oeiras em concreto, mas num sítio adequado do Concelho de Oeiras, permitindo, como está aqui, a visualização, interação de todos com este símbolo. Portanto, a alteração ao texto, se me permitem a sugestão, era em espaço ou local adequado no Concelho de Oeiras e pronto, não há de ser noutra, não é? Em local adequado. Pronto, e cortar a central da Vila. Pronto.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Sim, mas isso eu já tinha lido: “Que, à semelhança de outros Municípios, garanta a manutenção da chaimite estacionada noutro local da Vila de Oeiras, permitindo...” -----

----- O **Senhor Deputado António Moita (INOV25)** disse o seguinte: -----

----- “Mas não é da Vila de Oeiras, nós somos um Concelho, mais... que vai para além da Vila de Oeiras.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Noutro local pode ser? Pode ser? Noutro local.” -----

----- O **Senhor Deputado António Moita (INOV25)** disse o seguinte: -----

----- “Pronto. Num local adequado, ponto final. Pronto.” -----

3.7.8. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Num local adequado.” -----

----- O **Senhor Deputado António Moita (INOV25)** disse o seguinte: -----

----- “Permitindo a visualização e não sei o quê. Pronto, acabou.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Portanto, num local adequado, é isso?” -----

----- O **Senhor Deputado António Moita (INOV25)** disse o seguinte: -----

----- “O Senhor Presidente, já tem sítio para a pôr. Pronto, já vimos isso. -----

----- Está bom, muito obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Presidente.” -----

3.7.9. O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, eu... às vezes, nós temos discussões que não fazem muito sentido. Eu quero lembrar outra vez: a Chaimite foi ali colocada no âmbito de um acordo com o Exército, no âmbito das comemorações do Vinte e Cinco de Abril durante este período. Não é por

acaso..., não foi a Câmara que mandou retirar a Chaimite. O acordo terminava exatamente na segunda-feira, no Vinte e Cinco de Abril. E hoje é terça, não é? Ontem o Exército retirou a Chaimite, levou a Chaimite. Imaginem, para a Chaimite voltar cá demora, no mínimo, cinco ou seis anos, porque a burocracia...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhores deputados, agradeço silêncio, não se ouve nada.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

-----“... atenção, a burocracia militar é muito complicada: mete o capitão, mete o general, mete o assessor, mete o adjunto, mete o general, mete o ministro da defesa, mete essa gente toda. Portanto, a Chaimite voou, e, portanto, a Chaimite, mesmo velha, vale milhões. Não sei se estão a ver. E o Exército é muito cioso dessas coisas, de maneira que não foi por acaso: dá-se o Vinte e Cinco de Abril e, dois dias depois, ala, portanto, a Chaimite já não está cá.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH), faz favor.” -----

----- A **Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Agora que os trabalhos já estão a decorrer, nós, como Grupo Municipal do Chega, continuamos sem perceber porque é que a Sessão do dia de hoje começou com quase quarenta minutos de atraso, e aguardamos uma justificação, se faz favor.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Senhora Deputada, muitas Sessões começaram com atraso e, portanto, acho impertinente essa insistência, acho impertinente. A Assembleia só começa quando estiverem os representantes da Câmara, o Senhor Vice-Presidente ou o Senhor Presidente. Os senhores sabem muito bem disso. Não é a primeira vez que a Assembleia não começa exatamente às quinze da tarde. Portanto, acho impertinente essa sua... A reforçar o que já tinha dito o Senhor Deputado,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

fazendo uma Interpelação à Mesa. Acho que eu já expliquei e, portanto, acho que não vale a pena perder mais tempo com estes assuntos. Muito bem. Não estamos aqui e muito menos..., exatamente, quando estamos aqui a discutir uma proposta de recomendação que vai ser posta à votação.”-- -----

3.7.10. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À PRESERVAÇÃO E PARTILHA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO RELATIVO AO 25 DE ABRIL, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU - VERSÃO FINAL -

----- “Proposta de Recomendação -----

----- No passado dia vinte e seis de Abril terminaram as comemorações, oficiais, dos cinquenta anos do vinte e cinco de Abril. As comemorações decorreram ao longo de dois anos e tiveram um considerável número de iniciativas que contribuíram para recordar o passado, valorizar o presente e ambicionar um futuro melhor, onde se cumpra Abril na sua totalidade, tal como está consagrado no espírito da Constituição da República Portuguesa. -----

----- A sociedade portuguesa tem um sentimento de gratidão pelo vinte e cinco de Abril e não esquece os símbolos da Revolução dos Cravos e muitos dos nomes maiores que conquistaram uma democracia e contribuíram para a reforçar. -----

----- No entanto, não nos iludamos, as gerações mais novas certamente terão o mesmo afecto por Abril que a geração dos seus avós e avôs, mas para que isso aconteça é necessário manter os símbolos que marcaram Abril, assinalar locais e imortalizar histórias e nomes. -----

----- Nesse sentido e pese o concelho de Oeiras ter muito trabalho feito nesse âmbito, será pertinente conservar e divulgar o trabalho, os depoimentos e o património que a Câmara Municipal de Oeiras adquiriu ou protocolou com outras entidades. -----

----- Confiando que painéis e exposições serão devidamente divulgados, valorizando-se o património e o trabalho realizado, outros objetos poderão não ter, ainda, destino certo. A título de exemplo a chaimite que há dois anos estacionou no Largo Cinco de Outubro e nos lembra que

Oeiras teve também um papel na fixação da democracia. -----

-----A Chaimite é um símbolo da paz, pois embora tenha sido criada para o contrário, na madrugada de vinte e cinco Abril rumou a Lisboa para terminar com a guerra colonial. É símbolo de coragem porque foi com chaimites que os militares revoltosos enfrentaram a fragata e o carro de combate no terreiro do Paço. A Chaimite é símbolo da unidade entre o povo e o MFA pois transportou militares e populares no dia mais bonito da nossa história coletiva. A Chaimite é também um pedaço da história de Oeiras lembrando a posição dos militares no Quartel de Paço de Arcos quando se deu a tentativa de golpe a onze de Março. -----

-----Atendendo ao exposto, a Assembleia Municipal de Oeiras, reunida a vinte e oito de Abril de dois mil e vinte e seis, delibera:-----

-----Um. Recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que na sequência das comemorações dos cinquenta anos do vinte e cinco de Abril, continue a exhibir e a partilhar o património histórico adquirido ao longo dos últimos dois anos; -----

-----Dois. Que à semelhança de outros Municípios, garanta a manutenção da chaimite, estacionada num local adequado, permitindo a visualização e interação de todos com esse símbolo de Abril.”-- -----

3.7.10.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta de Recomendação, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Cotrim da Silva, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves, Afonso Duarte Guterres de Morais e Acácio Silva de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), e com quatro abstenções, sendo uma do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça) e três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho e Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos).-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 59/2026** -----

----- **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À PRESERVAÇÃO E PARTILHA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO RELATIVO AO 25 DE ABRIL, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, dois do Grupo Político Municipal

Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, e com quatro abstenções, sendo uma do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e três do Partido Chega, recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que: -----

-----Um - Que na sequência das comemorações dos cinquenta anos do Vinte e Cinco de Abril, continue a exibir e a partilhar o património histórico adquirido ao longo dos últimos dois anos; -----

-----Dois - Que à semelhança de outros Municípios, garanta a manutenção da chaimite, estacionada num local adequado, permitindo a visualização e interação de todos com esse símbolo de abril. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Portanto, aprovada por maioria. Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faz favor.” -----

3.7.10.1.1. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte Declaração de Voto: --- -----

-----“Para efeitos de uma declaração de voto, Senhora Presidente.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Faz favor, Senhora Deputada.” -----

-----A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) disse o seguinte: -----

-----“A celebração dos cinquenta anos do Vinte e Cinco de Abril não se deve, nem se pode esgotar num calendário de eventos, mas deve sim perdurar na memória através do reforço da nossa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

identidade Democrática. -----

----- Entendemos que o compromisso com os valores de abril é o de reafirmar o sentimento de gratidão pela conquista da Democracia e garantir que o espírito da Revolução dos Cravos continua a valorizar o nosso presente e a guiar o nosso futuro. -----

----- Sublinhamos a importância do simbolismo histórico, para que as gerações mais novas possam aprender e apreender o sentido do Vinte e Cinco de Abril, mantendo viva a liberdade e a Democracia. A conservação e divulgação do património, dos depoimentos e dos objetos históricos são ferramentas essenciais para imortalizar histórias e nomes que construíram a nossa liberdade.-

----- Acreditamos que a manutenção do chaimite em local público, como símbolo de paz e unidade reforça o valor da coragem dos militares e é um símbolo de unidade indissociável entre o povo e o MFA.-----

----- Subscrevemos que Oeiras deve contribuir para escrever a história da Democracia, recordando episódios como a posição dos militares do Quartel de Paço de Arcos. É, por isso, um dever deste Município salvaguardar e partilhar o património histórico adquirido, permitindo a interação de todos os cidadãos com estes marcos da nossa história coletiva. -----

----- Estas são as razões que levam o Partido Socialista a votar de forma favorável a proposta de recomendação, independentemente do local onde possam ser exibidos esses símbolos.

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. Mais alguma declaração de voto? Não? Faz favor, Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN).”-----

3.7.10.1.2. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte Declaração de Voto:

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Era só para indicar que irei entregar uma declaração de voto escrita.”-----

----- A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** fez chegar a sua **Declaração de**

Voto por escrito, documento que a seguir se transcreve: -----

-----“O PAN votou favoravelmente esta recomendação por considerar que a preservação da memória coletiva e da História democrática do país deve continuar a merecer atenção por parte dos municípios.-----

-----As comemorações dos cinquenta anos do Vinte e Cinco de Abril tiveram o mérito de aproximar muitas pessoas — sobretudo as gerações mais jovens — dos valores da liberdade, da democracia e da participação cívica. Importa, por isso, que esse património histórico, documental e simbólico não fique encerrado em efemérides ou celebrações pontuais.-----

-----A manutenção e valorização de elementos com significado histórico, como a chaimite associada ao Vinte e Cinco de Abril, pode também assumir um importante papel pedagógico e de proximidade, desde que enquadrada numa lógica de memória, contextualização histórica e acesso público.-----

-----O PAN entende que preservar a memória democrática é também uma forma de defender o presente e de reforçar os valores de Abril junto das novas gerações.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. Temos agora uma Proposta de Recomendação. Ia pedir ao Senhor Segundo-Secretário que lesse.”-----

3.8. RECOMENDAÇÃO - REVOGAÇÃO DA DESIGNAÇÃO TOPONÍMICA ATRIBUÍDA AO CAPITÃO OTELO SARAIVA DE CARVALHO, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CH-----

-----O **Senhor Deputado Nuno Custódio (INOV25)**, Segundo-Secretário, leu a Proposta de Recomendação mencionada em título, que a seguir se transcreve: -----

-----“Proposta de Recomendação-----

-----Pela revogação da designação toponímica atribuída a Otelos Saraiva de Carvalho -----

-----Nos termos e para os efeitos do disposto na Constituição da República Portuguesa,



6

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

designadamente quanto aos princípios do Estado de Direito democrático, da prossecução do interesse público, da legalidade administrativa, da participação dos cidadãos e da boa administração, vem o Grupo Municipal do CHEGA apresentar a seguinte recomendação: -----

----- No que concerne à lei e a nível jurídico-institucional a atribuição de designações toponímicas, consubstancia um ato administrativo de natureza normativa e simbólica, com impacto direto na construção da memória de todos nós, identidade local, e representação institucional do espaço público.-----

----- Como tal, encontra-se vinculada ao cumprimento estrito dos princípios da legalidade, da transparência, da participação procedimental e da representatividade democrática, nos termos constitucionalmente consagrados e densificados no Código do Procedimento Administrativo, bem como na regulamentação municipal aplicável, nomeadamente o Edital n.º duzentos e catorze/dois mil e cinco.-----

----- Indicia ilegalidade procedimental e défice de participação à atribuição em causa, no que concerne à inexistência e sua evidência, quanto à realização de qualquer procedimento de consulta pública, audiência de interessados ou mecanismo de participação dos munícipes previamente à decisão e no que concerne à atribuição da referida homenagem, numa retunda, ao Capitão Oteló Saraiva de Carvalho, quer se admire ou não, como é o caso do partido CHEGA, muitos militares da nossa história e munícipes. -----

----- Tal omissão configura uma violação dos princípios da participação, da transparência administrativa e da boa administração dos responsáveis pelo procedimento, afetando a validade material do ato administrativo, por preterição de formalidades essenciais legalmente exigíveis.---

----- Acresce que não é igualmente claro se houve intervenção de uma Comissão Municipal de Toponímia, órgão que, a existir, deverá ser chamado a pronunciar-se em matérias desta natureza, garantindo rigor técnico e pluralidade de perspetivas. -----

----- O Grupo Municipal do CHEGA atesta que a decisão em apreço não foi precedida de

um processo de concertação política alargada, nem de auscultação das forças vivas do concelho, designadamente associações cívicas, culturais ou representativas da sociedade civil, especialmente militares. -- -----

-----Tal circunstância configura um ato materialmente unilateral, desprovido de consenso institucional mínimo, em desconformidade com o princípio da representatividade democrática que deve presidir à gestão do espaço público em Oeiras. -----

-----Sem prejuízo do reconhecimento por alguns do papel histórico do Capitão Otele Saraiva de Carvalho no contexto da Revolução de Vinte e Cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, importa atender ao princípio da avaliação global da personalidade homenageada, à luz da ordem jurídica e da memória coletiva. -----

-----Com efeito, o referido cidadão foi objeto de condenação judicial no âmbito do processo das FP-Vinte e Cinco de Abril, organização responsável por atos de violência política, circunstância que não pode ser juridicamente nem eticamente ignorada. Ainda que tenha beneficiado de amnistia, tal não elimina a controvérsia associada ao seu percurso, sendo legítimo questionar a adequação da sua consagração toponímica face aos princípios da ética pública, da estabilidade da memória histórica e da promoção da paz. -----

-----Regista-se igualmente a inexistência de pareceres ou contributos formais por parte de entidades representativas das Forças Armadas, o que assume especial relevância atendendo à natureza militar da figura em causa. A omissão dessa auscultação fragiliza a robustez institucional da decisão e compromete a sua aceitabilidade no plano simbólico e social. -----

-----A manutenção da atual homenagem, revela-se suscetível de gerar divisão social, conflitualidade política e fratura na perceção coletiva da memória histórica, contrariando o dever da administração local de promover a coesão social e o interesse público. -----

-----A toponímia não deve constituir instrumento de afirmação unilateral ou de polarização ideológica, mas antes refletir valores agregadores e consensuais, não verificados por parte dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

responsáveis desta atribuição, e procedimentos que todos os grupos políticos certamente desconhecem nesta Assembleia Municipal.-----

----- Neste contexto, a eventual substituição da designação poderá recair sobre figuras cujo percurso reúna reconhecimento institucional alargado e menor grau de controvérsia, como o Tenente-Coronel Marcelino da Mata, amplamente condecorado e reconhecido pelo seu serviço ao país. -----

----- O Tenente-Coronel Marcelino da Mata faleceu em onze de fevereiro de dois mil e vinte e um, no Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, em Carnaxide Oeiras, vítima de COVID-dezanove.- -----

----- As cerimónias fúnebres revestiram-se de elevado significado institucional e simbólico, tendo sido presididas por D. Rui Valério, com a presença, do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, bem como das mais altas chefias militares, incluindo o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e o Chefe do Estado-Maior do Exército. Marcaram ainda presença representantes de estruturas militares, antigos combatentes e membros da sociedade civil, num claro reconhecimento do seu percurso e serviço à pátria amada. -----

----- Na sequência do seu falecimento, a Assembleia da República Portuguesa aprovou um voto de pesar, no qual o Tenente-Coronel Marcelino da Mata foi formalmente reconhecido como um dos militares mais condecorados do Exército Português. Este voto mereceu aprovação maioritária em plenário, refletindo um significativo reconhecimento institucional e político da sua carreira e contributo para a Nação. -----

----- Tal solução apresentada pelo Grupo Municipal do CHEGA permitiria reforçar os princípios da coesão social, e do mérito institucional.-----

----- Assim, nos termos legais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Municipal do CHEGA propõem que a Assembleia Municipal de Oeiras, reunida em sessão extraordinária de vinte e oito de abril de dois mil e vinte e seis, recomende ao executivo da Câmara Municipal de

Oeiras que: -----
-----Um. A revogação do ato administrativo de atribuição da designação toponímica em causa, com fundamento em ilegalidade procedimental e inadequação material;-----
-----Dois. A verificação do cumprimento do regulamento municipal aplicável, designadamente o constante do Edital n.º duzentos e catorze/dois mil e cinco;-----
-----Três. A clarificação formal quanto à existência, composição e intervenção de uma Comissão Municipal de Toponímia, ou, em caso de inexistência, a sua célere constituição; -----
-----Quatro. A implementação de procedimentos obrigatórios de participação pública e consulta institucional para futuras designações;-----
-----Cinco. A ponderação de alternativas toponímicas que assegurem maior consenso social, institucional e político.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----
-----“Obrigada. Então, vou pôr à discussão esta proposta de recomendação. Quem pretende usar da palavra? Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH), faz favor.”-----

3.8.1. O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, perante Vossa Excelência, cumprimento todos os presentes. Não me vou alongar muito com os cumprimentos por causa do tempo. -----

-----Relativamente a este pedido de revogação desta designação, eu quero perguntar aqui quantos aqui dos presentes, mulheres e homens, juraram bandeira ao nosso país? Eu tenho a certeza que muito poucos; de certeza ali que a extrema-esquerda ninguém, e se fossem à tropa hoje, certamente seriam objetores de consciência. Tenho a certeza também de que a IL também não, porque, logicamente, são finos. O PSD já morreu aqui e, portanto, estou no uso da palavra; depois pode criticar, se quiser.-----

-----Relativamente ao INOV, tenho a certeza de que pelo menos ali o Senhor Deputado Viegas (INOV25) foi, de certeza. E a situação é esta: pessoas que foram à tropa — eu fui tropa,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

estive em Lamego, jurei bandeira, sou filho de militar — e ouvi muito bem, ao longo do tempo, os comentários que haviam entre os militares relativamente ao Capitão Otelo Saraiva de Carvalho. É um homem que foi condenado, apesar da amnistia. Logicamente, a amnistia é uma coisa boa; não é habeas corpus. A amnistia é uma coisa que acontece esporadicamente no Natal, onde criminosos vão para a rua, mas não deixam de ser criminosos. Cometeram um crime. -----

----- Contudo, a situação é certa. Existe aqui uma ilegalidade procedimental, alegada ausência de consulta pública, audiência de interessados e participação relativamente aos munícipes que não tiveram voz face a esta decisão. -----

----- Isto aqui em Oeiras é curioso. Os nomes de rua, até da Senhora ex-Ministra Van Dunem, também é nome de rua, e ninguém pois fez aqui a consulta pública; portanto, fica sempre à decisão de quem manda no Concelho. Temos também a violação dos princípios do Estado de Direito e do procedimento administrativo. Temos, assim, défice de transparência e de participação democrática. Contudo, a decisão é uma decisão caracterizada por unilateral e devia ser bilateral: a decisão entre quem manda e, logicamente, os munícipes também deviam participar. O que pensam relativamente ao Otelo Saraiva de Carvalho numa rotunda? O que pensam as Forças Armadas relativamente a este Senhor numa rotunda? Não pensam nada, porque não têm voz. -----

----- Contudo, quero dizer aqui o seguinte: eu ontem fui ver um filme — e convido a todos a irem ver — sobre as FP Vinte e Cinco de Abril, um projeto global que está no cinema até ao dia de amanhã, porque só pode estar três dias no cinema. E, realmente, caracteriza bem o que foi as FP Vinte e Cinco de Abril: terroristas, bandidos e assassinos. Palavra de honra: terroristas, assassinos e bandidos. E nós estamos aqui a dar vassalagem...” -----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) interveio e disse o seguinte:-----

----- “Isso é a bancada do Chega.” -----

----- O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Oh Senhor Deputado Tomás (CEO), você até é parecido lá com um ator que lá entra, até é parecido, nem precisava de o caracterizar fisicamente. É muito parecido. Lembrei-me de si. Olhe que lembrei-me de si.-----

-----Mas, contudo, é preciso aqui dizer que as medidas apresentadas, estas medidas apresentadas, porque há aqui uma incoerência política relativamente a esta atribuição. E tem de haver aqui cumprimento da Lei do Código do Procedimento Administrativo, dar também voz à população e não ser uma decisão sempre de quem manda, Doutor Isaltino. Eu compreendo que goste do Otelo Saraiva de Carvalho. Não sei se é relativamente a alguma questão de amizade a alguém, quer ali pôr o Senhor. O Senhor até vivia em Carnaxide. Lembro-me perfeitamente o Doutor, o Senhor Capitão Otelo, ir tomar café a um cafezinho ali em Carnaxide.-----

-----Mas, contudo, a situação é esta: não vamos comparar e não vamos voltar muito, mas muito, muito, de forma muito diferente, a fazer aqui um julgamento entre um condenado — um homem que esteve, um homem que foi condenado por ligações a uma associação terrorista — com um grande homem, o Tenente-Coronel Marcelino da Mata: nunca foi preso, nunca traiu o seu país, o homem mais condecorado.-----

-----E eu até acho graça dizerem que o meu partido é racista. Mas eu estou a defender uma pessoa de cor; agora não dizem nada? Então, sou racista e estou a defender?”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado, agradeço que conclua.”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“Portanto, tenham vergonha, tenham vergonha e retratem-se.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada. Mais alguém pretende usar da palavra? Senhor Deputado, faz favor.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

3.8.2. O Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU) fez a seguinte intervenção: -----

----- “A intervenção do Senhor Deputado do Chega, quando juraram a bandeira... Já agora, eu quero dizer-lhe: está aqui o jovem, com vinte e dois anos, que estava em cima de um Chaimite, no Chiado, a lutar pela Liberdade; por isso, faça essas contas por si e não faça pelos outros. -----

----- Obrigado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado António Moita (INOV25).”-----

3.8.3. O Senhor Deputado António Moita (INOV25) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, apenas para dizer o seguinte: se nós perguntássemos a quem vive em Oeiras o que é que pensa das intervenções do Grupo do Chega nesta Assembleia, estou certo que o resultado seria absolutamente claro. Não é isso que nos conduz, não é isso que nos leva a tomar decisões e, portanto, espero bem que a ida àquele púlpito seja feita com outro espírito. -----

----- Queria dar nota de que esta proposta de recomendação tem duas partes: tem uma procedimental e tem uma parte política. -----

----- Relativamente à parte procedimental, eu pergunto porque é que o representante do Chega na Câmara Municipal não toma posição? Poderá, obviamente, a cada momento — isto é uma deliberação da Câmara Municipal, é uma atribuição da Câmara Municipal — e não compete a esta Assembleia Municipal ter interferência no procedimento em causa. -----

----- Do ponto de vista político, isto é uma confusão completa aquilo que nos propõem aqui e chega ao ponto de trazer para a discussão, trazer à colação o nome de uma pessoa, o Tenente-Coronel Marcelino da Mata, que não tem nada a ver com esta história, que podia ser objeto de uma deliberação de outro tipo, mas não. O Chega quer confundir, o Chega quer pôr uns contra os outros, o Chega quer encontrar formas de criar o máximo de confusão possível. -----

----- Uma coisa, como digo, é a parte procedimental, que o Chega pode pensar o que entender. Do ponto de vista político, queria dar nota de que, do ponto de vista institucional, a

posição do nosso Grupo vai ser contra esta proposta, mas, dado que não do ponto de vista procedimental, mas do ponto de vista político, há questões de consciência que podem estar aqui em causa e cada um dos membros deste Grupo vota como entende.-----

-----E, portanto, queria dar nota disso para que ficasse em Ata e para que ficasse explicada que a posição do Grupo é uma, mas que demos, de forma livre, como é costume neste Grupo, e como sempre assim foi feito, a possibilidade de expressão de uma vontade que não é exatamente a mesma vontade que o Grupo tem.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhor Deputado. Mais alguém pretende usar da palavra sobre esta questão da proposta de recomendação? Senhor Presidente, faz favor. Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor.”-----

3.8.4. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento-a a si e a todos os presentes, bem como aqueles que nos assistem de forma não presencial.-----

-----Eu gostaria de fazer aqui uma introdução em dois tempos.-----

-----A primeira diz respeito diretamente com a Câmara, porque eu parece-me que esta proposta foi aprovada em reunião de Câmara em vinte/vinte e dois. Estamos em vinte/vinte e seis. Gostaria de saber porque é que há este hiato de tempo.-----

-----Depois, também dizer que, portanto, a rotunda está exatamente na confluência de uma avenida que se chama Avenida Francisco Sá Carneiro. Portanto, acho que foi super bem escolhido... foi realmente... teve olho.-----

-----E depois, a terceira nota, relativamente à Câmara: dizer que, portanto, li num jornal, o jornal online “Olhares de Lisboa”, que cita o Senhor Presidente na inauguração, que diz o seguinte — vou citar — “o grande estratega de Abril, o resto são vicissitudes da vida do percurso de cada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

um”. Se o Senhor Presidente considera que o resto da vida de Otelo são vicissitudes de cada um, não tenho palavras.-----

----- De qualquer forma, não posso deixar de apresentar aqui os respetos à família do Otelo, que nada tem a ver com a pessoa em si. -----

----- Quanto à proposta do Chega, do Grupo Chega, queria dizer o seguinte: eu não sei como é que hei de classificar isto, porque o Chega neste momento é o campeão de propostas aqui na Assembleia, todas muito fracas, mas ele apresenta. Apresenta para quê? Para dizer que é o único, que estamos todos contra ele, coitadinho. E então, o seu populismo na sua maior expressão. -----

----- E as propostas são tão mal, tão mal preparadas, que a violação procedimental neste processo não foi falada pelo Chega. Portanto, eles arranjam aqui uns subterfúgios políticos, depois arranjam-lhe aqui uma capa jurídica para fingir que isto tem uma base jurídica, mas, no fundo, é tudo, são pressupostos políticos, porque a violação procedimental está no facto de a Junta de Freguesia não ter sido consultada.”-----

----- **O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** interveio e disse o seguinte:

----- “Aleluia.” -----

----- **A Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Aí é que está. E esse facto não foi aqui referido pelo Chega. Por esse facto também. E isto, portanto, no Edital duzentos e catorze de dois mil e cinco, que é o Regulamento Municipal de Toponímia de Oeiras, o seu número um do artigo quarto diz: “A Câmara Municipal deverá efetuar a consulta prévia da Junta de Freguesia”. Este tema veio à reunião da Assembleia de Freguesia, à última reunião da Assembleia de Freguesia, e este facto também não foi referido que tinha havido esta consulta prévia. Portanto, aqui está realmente a violação procedimental.-----

----- Por isso, e também do ponto de vista... mais outra coisa que gostaria de chamar a atenção aqui ao Chega, que é a alternativa proposta: a alternativa proposta é uma figura altamente

controversa, uma figura cujo...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Agradeço-lhe que conclua. Está a terminar o seu tempo, Senhora Deputada.” -----

-----A **Senhora Deputada Anabela Brito (II)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: --- -----

-----“Muito bem, o resto direi em sede de declaração de voto. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. O Senhor Presidente da Câmara, tinha pedido a palavra. Faz favor.”

3.8.5. O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

-----Bom, o Chega utiliza a técnica que toda a gente conhece já, da distração, da corrosão, e não tem outro objetivo senão esse. E, portanto, agora descobriu o maná das moções e recomendações em todas as Assembleias Municipais, na ausência de qualquer ideia positiva para o Concelho, enfim, brinda-nos com este tipo de situações.-----

-----Ora, eu gostaria de dizer o seguinte: quando a Câmara Municipal decidiu atribuir este topónimo da rotunda a Oteló Saraiva de Carvalho, sabia perfeitamente que iria haver reações positivas e negativas. Tive plena consciência disso. Se quiséssemos agradar às reações negativas, não tínhamos nenhuma posição. Se quiséssemos agradar às reações positivas, provavelmente também iríamos ter alguma dificuldade. Portanto, agradar a uns ou agradar a outros... E, na realidade, a grande virtude deste Concelho é ir de encontro àquilo que é a história, aquilo que é a sensibilidade das pessoas, aquilo que são os simbolismos que devemos preservar. -----

----- E um topónimo num determinado concelho não é a mesma coisa que o mesmo topónimo noutro concelho. O Oteló Saraiva de Carvalho, ser homenageado em Freixo de Espada à Cinta ou em Vila Real de Santo António, não é a mesma coisa que em Oeiras. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Uma parte significativa das reuniões preparatórias é que, mais uma vez, eu recomendo ao Chega que estude. Aliás, o Chega é o último a ter autoridade moral — qualquer autoridade moral — para falar desta questão da atribuição de um topónimo a um militar de Abril, seja no seu percurso tenha tido atividades criminosas ou não. O Chega não tem autoridade moral para falar nisso. E porquê? Porque o Chega defende três Salazares e, portanto, que não seriam suficientes. De maneira que o Chega, sente-se bem, é no outro regime, é na ditadura. Portanto, se se sente bem na ditadura, não pode falar de Abril, não pode falar disso; quer dizer, não tem autoridade moral para falar. Começamos por aí.-----

----- Depois, o Otelos Saraiva de Carvalho residiu aqui, desde mil novecentos e setenta e dois, em Oeiras. Era aqui que tinha a sua família. E, portanto, muitas das reuniões que conduziram ao Vinte e Cinco de Abril realizaram-se na sua casa.-----

----- Depois, eu até podia ironizar que não havia melhor topónimo para o Otelos do que a rotunda. Numa avenida ou numa rua seria mais difícil, porque realmente ele não era nada linear, é indiscutível — não houvesse um estudo histórico também, e, por acaso, vivi os acontecimentos. -

----- E, já agora, no que toca à tropa, dos que estão aqui eu fui o único que fiz a Guerra Colonial. Portanto, se é para falar de facto... quem? Ali o António? Pronto. Portanto, eu fiz a Guerra Colonial, eu sei o que foi a Guerra Colonial e sei que, em mil novecentos e sessenta e um, que foi quando eu fui estudar para Bragança para o primeiro ano do liceu, nunca me passou pela cabeça que, quando fizesse dezanove ou vinte anos, ainda ia parar a Guerra Colonial. Pois, e fui. Portanto, vivi naquela angústia — eu, como muitos outros — de que poderia ir parar à Guerra Colonial. E, ao fim de oito ou nove anos, lá fui eu. Portanto, tenho alguma autoridade para falar sobre a Guerra Colonial, o que é que ela representava.-----

----- Aliás, justamente por ter estado na Guerra Colonial e por ter vivido no Estado Novo, reparem que eu nunca utilizo a expressão “Estado fascista”; eu nunca utilizo, ninguém me ouviu dizer isso. Mas havia fascistas, havia tanto fascista... Reparem, o Estado não era fascista. O Salazar

não ia tão longe, mas o Salazar era um ditador. Chamavam-lhe aqui “tiraninho” há dias. “Tiraninho”, mas não era um fascista, era um ditador. Um ditador. Porque o fascismo, à semelhança do nazismo, é totalitário. E o regime não era totalitário. Mas havia muito fascista. Aliás, havia tanto fascista que se passaram todos para o Partido Comunista logo a seguir, com medo, como agora se passaram do Partido Comunista para o Chega. Vejam bem que autoridade tem o Chega de vir falar no percurso do Otel Saraiva de Carvalho, se as colunas do Chega estão cheias de comunistas, não é? Bem, mas será que são comunistas? Será que eram fascistas? Bom, não sei. -----

-----Quer dizer, o que eu sei é que a rotunda, ironizando então um pouco a vida do Otel Saraiva de Carvalho, para quem o conheceu... Eu assisti à ida do Otel à Suécia e vir de lá dizer que queria um Estado Social-Democrata, cria um Regime Social-Democrata. Entretanto, as coisas começaram-se a complicar. O povo saiu à rua, não é? A Democracia Popular — começou-se a falar da Democracia Popular, enfim, os partidos muito extremistas, etc. Dá-se o onze de março e vivemos o PREC. E o Otel foi a Cuba, veio de lá dizendo que metia o pessoal todo no Campo Pequeno e que o cavalo do poder... que ele só não saltou, o cavalo do poder, porque não quis, porque o cavalo do poder passou-lhe ao lado. Portanto, todos nós conhecemos estas expressões do Otel Saraiva de Carvalho e até podemos ironizar então com isso. -----

-----Mas reparem: uma Democracia madura como a nossa, que deve procurar mais a concórdia do que a discórdia... Quando nós homenageamos o Otel Saraiva de Carvalho, nós não estamos a falar homenagear as FP - Vinte e Cinco de Abril ou aqueles que tiveram comportamentos terroristas e foram considerados como tal. Nós estamos a homenagear o homem generoso, na altura era generoso, que fez o Vinte e Cinco de Abril e que deu o corpo às balas e que, sem ele, continuaria a haver Guerra Colonial e, provavelmente — bem, o regime estava a cair já de podre, também é verdade — mas continuaria por mais um tempo. Portanto, na realidade, o Otel Saraiva de Carvalho e os militares que o acompanharam deram realmente o pontapé de saída para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Democracia que vivemos hoje, que permite ao Chega dizer tudo aquilo que quer, porque, na realidade, a Democracia é isto: é a grande virtude que tem, é que permite no seu seio todos os “maliciantes” todos aqueles que a querem destruir... porque, realmente, se assim não fosse, também já não era Democracia. Não sei se estão a ver: é esta a grande virtude da Democracia. Mas a Democracia também é tolerância. E eu quero-vos dizer: todos falam aqui, atacam então o Otelo pela sua relação, pelo seu percurso de vida, pelo seu percurso político, querendo fazer esquecer... é que o problema não é o Otelo, não é o Otelo ter estado numa força terrorista como as FP. Os que criticam o Otelo nessa condição, não; eles querem é atacar o Vinte e Cinco de Abril, querem atacar é as liberdades e a Democracia, e vêm com o argumento do Otelo, do percurso que ele fez. -----

----- Eu estou a falar no Otelo na sua maior pureza, na sua genuinidade. Se depois evoluiu noutra sentença, com certeza que todos o condenamos, mas, como símbolo de Abril, há realmente dois homens que foram fundamentais. Eu até acrescentaria um terceiro, que às vezes desprezam: Otelo Saraiva de Carvalho, Salgueiro Maia. E aí vou agradecer ao Chega: o Spínola também merece ser considerado, porque o Spínola foi o rosto, foi o rosto da credibilidade, porque os capitães eram novos e, portanto, as pessoas podiam não levar a sério a coisa. Tem de haver aqui gente com outra idade, credibilidade. E, portanto, o General Spínola deu *agreement* à revolução.-----

----- Mas é interessante ouvir esta discussão aqui e ninguém ter falado na amnistia, na amnistia, das Forças Populares Vinte e Cinco de Abril. Todos aqueles que integravam as FP Vinte e Cinco foram amnistiados pela Assembleia da República, pelo Parlamento. E foram porquê? Porque esta coisa da etiqueta de criminoso, do não sei quê, tal, tal, tal... a amnistia, para que é que foi a amnistia? É claro que, se a amnistia foi para gente da esquerda, o Chega ri-se, mas a amnistia também teve alguns da direita. -----

----- O que é a amnistia? A amnistia é um esforço da Democracia para a concórdia, para a paz social, não é para a coesão social. O Senhor Deputado do Chega está enganado. A coesão é um conceito mais económico e social, não é um conceito político. A paz social, sim, é um conceito

político. E a amnistia foi feita exatamente para estabelecer a concórdia, para estabelecer a pacificação, para evitar as vinganças, sejam pessoais, sejam institucionais. E, portanto, quando nós atribuímos um topónimo ao Oteló Saraiva de Carvalho, que fique claro para aqueles que não gostaram da atitude, mas uma Câmara Municipal tem de ter, tem de estar acima dessas paixões ideológicas. -----

-----É o Oteló, Capitão de Abril, do Vinte e Cinco de Abril, que fez a revolução, que fez o Golpe de Estado, que derrubou o regime, porque a revolução já não foi ele que a fez; pode ter contribuído. A revolução já foi o povo que se apropriou daquilo e, portanto, os militares — vamos lá ver — não deixa... há paradoxos que às vezes não se entendem, nós também temos agora Oteló, não é? Mas, no mesmo dia, é curioso, no mesmo dia, também inaugurámos um painel no Passeio Marítimo sobre a Constituição de setenta e seis, mas, antes desse painel da Constituição de sessenta e seis, temos lá um painel que agradou ao Chega, que é sobre o Vinte e Cinco de Novembro. E o painel do Vinte e Cinco de Novembro são os capitães dos nove, o grupo dos nove, a dizer que era preciso pôr termo a esta bandalheira em que o país vivia. Curiosamente, muitos desses capitães, que fazem parte do grupo dos nove, hoje têm vergonha de dizer que faziam parte do grupo dos nove.-----

-----O próprio Partido Socialista, o Mário Soares, foi o grande esteio do Vinte e Cinco de Novembro, o grande esteio político. No entanto, há dúvidas se festejam ou não o Vinte e Cinco de Novembro. Ora bem, o Vinte e Cinco de Novembro. Ora bem, a questão, portanto, é esta: temos lá o Onze de Março, temos o Vinte e Cinco de Novembro. É curioso, por acaso, não vi, não vi protestos. -- -----

-----Mas, atenção, Oeiras é diferente da generalidade dos municípios portugueses há muito tempo. Sabem onde foi erguido o primeiro monumento de homenagem aos mortos na Guerra do Ultramar? Foi em Oeiras. Depois do Vinte e Cinco de Abril, o primeiro monumento de homenagem aos mortos foi em Oeiras. Vejam os jornais da época, a ver os nomes que chamavam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ao Isaltino, estão a ver? A extrema-esquerda, chamavam-me tudo: fascista, colonialista, chamavam-me tudo nessa altura, exatamente por ter mandado erguer um monumento aos mortos na Guerra do Ultramar, aos mortos, aos filhos de Oeiras. Curiosamente, nunca vi lá o Chega nas comemorações. É curioso. E depois apresentam uma moção aqui a seguir sobre os combatentes. Hipocrisia extrema. -----

----- Quer dizer, essa moção que vem a seguir também só pode ser rejeitada liminarmente, não tem pés nem cabeça. É uma apropriação vergonhosa do Chega relativamente aos antigos combatentes. Mas que autoridade moral... eu tenho! Que autoridade moral o Chega tem para vir falar dos antigos combatentes? Num Município que financia a Liga dos Combatentes, que faz monumentos aos combatentes, que os homenageia, que financia a Liga — portanto, tudo aquilo que propõe aqui já neste Concelho acontece. Podia ter-se informado, podia ter-se informado previamente. Aí está: informava-se previamente do que é a relação da Câmara Municipal de Oeiras com a Liga dos Combatentes, com a Liga Nacional dos Combatentes e com a Liga dos Combatentes em Oeiras e Cascais. Oeiras e Cascais, sim, são financiados pela Câmara. Tudo o que a Liga dos Combatentes precisa é só pedir à Câmara Municipal. A Câmara nunca falhou. Nunca falhou. Mas, curiosamente, nunca vi, nunca vi o Chega nestas homenagens que fazemos aos mortos no Ultramar.-----

----- Mas, ao mesmo tempo, reparem: ao mesmo tempo também mandámos erguer um monumento aos presos políticos de Caxias. E agora reparem: porquê um monumento aos presos políticos de Caxias? Claro que em Freixo de Espada à Cinta ou Vila Real de Santo António, ou noutro concelho qualquer, não fará sentido, mas faz sentido em Peniche; o Forte de Caxias está aqui no nosso território. Faz parte... nós temos coisas extraordinárias, mas também temos coisas — por exemplo, temos ali a varanda do Palácio dos Arcos, onde o rei D. Manuel vinha assistir à partida das caravelas para os descobrimentos portugueses. Mas também tínhamos o Forte de Caxias, um símbolo da tortura, da prisão; faz parte da identidade deste território, deste Concelho.

-----Neste monumento aos presos políticos, está lá os números, os anos e o número de homens e mulheres que estavam presos no Forte de Caxias. São números. Achámos que, por trás dos números, estão pessoas. E, portanto, está a ser erguido um outro monumento junto ao Forte de Caxias e à Cidade do Futebol, onde vão estar dez mil nomes de presos políticos que passaram por Caxias, para que o Chega não diga que houve mais presos políticos depois do Vinte e Cinco de Abril — e houve, justamente, perseguições, etc. — mas, antes da ditadura, também houve. Aqui por Caxias passaram mais de dez mil, e vão estar os nomes deles todos gravados. Já não é um número, é os nomes. -----

-----Por outro lado, é natural que haja uma dinâmica de topónimos alusivos ao Vinte e Cinco de Abril em Oeiras. Não há nenhum município em Portugal, provavelmente, talvez Lisboa, que tenha os nomes dos topónimos que nós temos. E porquê? Justamente porque uma parte significativa dos militares que fizeram abril residiam em Oeiras. Tinham aqui residência. Não é por acaso que o IASFA (Instituto de Ação Social das Forças Armadas), o CASO (Centro de Apoio Social Oeiras) está aqui em Oeiras, não é? Está porque, exatamente, havia muitos militares aqui e procuraram fazê-lo exatamente no município onde já residiam muitos militares. -----

-----Mas vejam bem, eu mandei fazer um levantamento há bocado quando soube desta recomendação e, então, alusivo ao Vinte e Cinco de Abril: rotunda Vítor Alves, capitão de Abril em Talaíde; Avenida General Ramalho Eanes, presidente da República em Porto Salvo; Rua General Loureiro dos Santos, militar e professor universitário em Porto Salvo; Rua Tenente-Coronel Vasco Lourenço, capitão de Abril, Porto Salvo; Avenida General Tomé Pinto, militar, Porto Salvo. Uns têm militar, outros têm capitão de Abril e tal, mas são todos capitães de Abril. Rua Cravos de Abril, Carnaxide; Rua Capitães de Abril, Linda-a-Velha; Praça Vinte e Cinco de Abril, Algés; Avenida Deficientes das Forças Armadas, Porto Salvo; Rua Capitão Salgueiro Maia, Cruz Quebrada; Avenida Vinte e Cinco de Abril, Barcarena; Avenida Vinte e Cinco de Abril, Porto Salvo; Avenida Vinte e Cinco de Abril, de setenta e quatro, Linda-a-Velha; Rua Movimento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

das Forças Armadas, Leceia; Praceta Movimento das Forças Armadas, em Tercena; Rua Vinte e Cinco de Abril, Carnaxide. Portanto, vejam a quantidade de topónimos alusivos ao Abril, ao significado de Abril e a militares de Abril. E, portanto, chegou a altura — não foi por acaso — não foi atribuído um topónimo ao Otelos há vinte anos ou há trinta, foi atribuído agora, decorridos estes anos todos. E, se não foi assinalado no dia vinte e dois, foi porque se aguardou o dia Vinte e Cinco de Abril para fazer essa inauguração, como aconteceu no caso de Talaíde. Portanto, é fundamental que a Democracia seja capaz de perdoar, que a Democracia seja capaz de entrar na devida paz social. -----

----- Eu sei que, a partir de dois mil e dezanove, o comportamento das pessoas mudou e, portanto, hoje é a truculência, é o insulto, é tudo isso que predomina muitas vezes nos debates, mesmo no debate parlamentar, mas nós devemos resistir a isso. Quem preza a Democracia deve resistir a isso. E, portanto, a atribuição deste topónimo é também um ato de concórdia, é um ato de paz social, justamente para garantir, para criar condições de tranquilidade. Quer dizer, já somos uma Democracia madura. -----

----- Chego à conclusão de que realmente nos falta ainda... temos um longo percurso, porque há sempre gente que fica injustiçada, porque depois até são familiares que vêm perguntar porque foi que eu atribuí aquele e porque é que foi atribuído a este. Portanto, falta-nos ainda o General Spínola. E digamos que a proposta do Chega tem apenas um mérito: acho que deve ser excluída na totalidade, deve ser rejeitada, não faz nenhum sentido, mas fazem uma recomendação para atribuir um topónimo ao Marcelino da Mata. O Chega, o Deputado O'Neill (CH) não conhece o Marcelino da Mata de lado nenhum. -----

----- Eu tive o prazer de almoçar algumas vezes com o Marcelino da Mata. Eu conheci-o pessoalmente. Conheci-o pessoalmente, não é? E, portanto, era um homem bom, era um tipo corajoso, não é? Mas que foi muito anatemizado, porque, anatemizado às vezes cá e lá, e na Guiné-Bissau, porque ele fazia parte das Forças Coloniais e, portanto, é óbvio que, quando se deu a

independência da Guiné-Bissau, foi maltratado na Guiné-Bissau, teve de fugir para Portugal, e em Portugal também não o souberam tratar como deviam, pelos vistos serviram-se dele durante a Guerra Colonial, faz parte, estão a ver, não é? Mas que ele merece uma distinção, merece por isso mesmo: é o militar — talvez o Senhor Deputado não saiba, porque não o diz aqui — é o militar mais condecorado das Forças Armadas Portuguesas. Marcelino da Mata é o militar mais condecorado e, portanto, Cruz de Guerra e todas aquelas medalhas que os militares, por atos de heroicidade, têm. Portanto, admito que em relação ao Marcelino da Mata devíamos pensar nisso.

----- Mas, finalmente, para terminar, não vale a pena estarmos aqui a enredar em formalidades. Se há uma comissão, não há comissão nenhuma; se há comissão ou não há comissão; se há participação ou não há participação — tudo isso são argumentos absolutamente estéreis para denegrir. Portanto, na realidade, se a Junta de Freguesia foi ouvida ou não foi ouvida, eu, neste momento, não tenho aqui o processo, mas se, porventura, a Junta não foi ouvida naquele momento, é porque houve urgência, é porque foi próximo, porque se pensava que se iria fazer a inauguração... Há aqui, por exemplo, topónimos que estão atribuídos e que alguns deles ainda não têm a placa, porque é preciso articular, muitas vezes, com a família ou, se é uma atividade política ligada ao Vinte e Cinco de Abril, com a Associação Vinte e Cinco de Abril. Há muitas razões que levam, por vezes, a que as coisas não se façam de imediato, mas é uma competência da Câmara Municipal. E, portanto, o Senhor Deputado do Chega pode dar as cambalhotas que quiser, mas nunca sobreporá... A Câmara Municipal nunca prescinde daquilo que são as suas competências.

-----E, portanto, acho que já fiz aqui uma análise exaustiva das razões por que foi atribuído este topónimo ao Oteló, mas eu resumia a uma palavra: concórdia, paz social. Acho que é uma Democracia madura. E, porque somos uma Democracia madura, é que temos gestos como estes. Alguém que teve um comportamento censurável em parte da sua vida, mas também teve um momento de uma generosidade que arriscou a vida justamente para que os outros tivessem Paz, Democracia e Liberdade.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente. Vamos então passar à votação da proposta pela revogação da designação toponímica atribuída ao Oteló Saraiva de Carvalho.” -----

3.8.6. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta de Recomendação, a qual foi rejeitada, com vinte e cinco votos contra, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira e Acácio Silva de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com cinco votos a favor, sendo três do Partido Chega (Francisco O’Neill Marques, Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho e Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos) e dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira) e com cinco abstenções do Grupo Político Municipal

Isaltino Inovar Oeiras 25 (Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia e Alexis Godinho Gonçalves). -----

-----Os Senhores Deputados Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro e Afonso Duarte Guterres de Moraes, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 60/2026**-----

-----**RECOMENDAÇÃO - REVOGAÇÃO DA DESIGNAÇÃO TOPONÍMICA ATRIBUÍDA AO CAPITÃO OTELO SARAIVA DE CARVALHO, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CH**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título o qual foi rejeitado, com vinte e cinco votos contra, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com cinco votos a favor, sendo três do Partido Chega e dois do Partido Iniciativa Liberal e com cinco abstenções do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“O Senhor Primeiro-Secretário pede a palavra para uma declaração de voto.”-----

3.8.6.I. O Senhor Deputado Rui Miller (INOV25), Primeiro Secretário, fez a seguinte



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Declaração de Voto: -----

----- “Boa tarde, Senhor Presidente, Senhora Presidente. É só para dizer que irei entregar uma declaração de voto por escrito no final.”-----

----- O Senhor Deputado Rui Miller (INOV25), Primeiro Secretário, fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve: -----

----- “Ex.^a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Oeiras:-----

----- Serve a presente para apresentar a minha declaração de voto referente à proposta do partido Chega relativa à revogação da toponímia da Rotunda, atribuída a Otelos Saraiva de Carvalho, apresentada na sessão de hoje.-----

----- O meu voto de abstenção deve-se ao facto de a referida proposta constituir uma crítica à atuação do executivo da câmara; contudo não posso deixar de expressar aqui o meu acordo de que não deveria ser atribuído a Otelos Saraiva de Carvalho qualquer toponímia no concelho de Oeiras em virtude de tal constituir, quanto a mim, uma ofensa à magistratura portuguesa em geral e aos cidadãos em particular, alguns deles munícipes de Oeiras, que foram perseguidos e presos pelo Copcon sem culpa formada. Otelos Saraiva de Carvalho tornou-se um criminoso e terrorista, julgado e condenado pelos tribunais portugueses, pela morte de várias pessoas.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN).”-----

3.8.6.2. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte Declaração de Voto:

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- O PAN vota contra esta recomendação por considerar que a mesma não reúne a seriedade institucional que um tema desta natureza exige. Desde logo, é difícil levar a sério uma proposta que invoca o rigor técnico e a boa administração, mas que nem sequer respeita a língua portuguesa.-----

----- Antes de pretenderem reescrever a nossa história e alterar a toponímia, seria expectável

maior cuidado na sua redação. Em bom português, diz-se rotunda e não retunda, como surge no texto. Este detalhe, aparentemente menor, é revelador da falta de rigor com que esta matéria foi tratada, bem como indicar que o Hospital Fernando da Fonseca se situa em Carnaxide, Oeiras.---

-----Quanto à substância, importa dizer com clareza: a história é feita de luzes e sombras. Otelo Saraiva de Carvalho teve um papel determinante na Revolução dos Cravos e esse é um facto histórico que não pode ser apagado, independentemente da avaliação crítica que possamos fazer de outros momentos do seu percurso.-----

-----Acresce que este tipo de iniciativa levanta sérias questões de coerência. Não é possível invocar critérios de exigência ética ou histórica de forma seletiva, ignorando outros percursos públicos igualmente marcados por episódios controversos.-----

-----A memória coletiva exige rigor, equilíbrio e responsabilidade. Não pode ser instrumentalizada nem reduzida a exercícios simplistas. Esta recomendação não procura o consenso, procura a polarização. É um conteúdo desenhado para alimentar redes sociais, e o que não me espanta, de o ver escrutinado no próximo Polígrafo.-----

-----Obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada. Mais alguém pretende fazer uma declaração de voto? Senhor Deputado?”-----

3.8.6.3. O Senhor Deputado João Gouveia (INOV25) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“Senhora Presidente, só para dizer que apresentarei uma declaração de voto por escrito.”-----

-----O **Senhor Deputado João Gouveia (INOV25)** fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve:-----

-----“Abstenho-me na presente deliberação por não concordar com o seu conteúdo e fundamentos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Relativamente à figura de Otelo Saraiva de Carvalho, entendo que o seu percurso, corporiza, no pós Vinte Cinco de Abril, o pior que o PREC representou para os Portugueses, designadamente no que respeita a episódios que vão desde: mandados de captura em branco, ocupação de terrenos, indústria e propriedade privada, expropriação sem lei e julgamentos sem processo. Tal, na minha perspetiva, deveriam ter implicado plena responsabilização judicial e não se coaduna com a atribuição do seu nome a um topónimo, considerando que tal designação não deveria, à partida, ter sido atribuída. -----

----- Contudo, não acompanho a proposta apresentada no seu todo, por considerar que a mesma extravasa essa questão específica, colocando em causa a Câmara Municipal de Oeiras e o processo de escolha toponímica, matéria que se insere na esfera de competências do executivo municipal. -----

----- A minha posição é também informada por uma matriz de valores assente no humanismo personalista e na tradição democrata-cristã, que valoriza o Estado de Direito, a responsabilidade individual e a adequada separação de poderes e também em memória de todos aqueles que sofreram com a ação de Otelo. -----

----- Assim, em consciência e prestando uma homenagem a todos aqueles que sofreram aos braços da FP Vinte e Cinco e do COPCON votarei pela abstenção, o que traduz concordância quanto à inadequação da designação em causa, mas discordância quanto ao teor e alcance da proposta em apreço.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

----- “Por escrito, sim, senhor. Fica consignado. Quem pretende apresentar declaração de voto? Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25), é oral o seu voto?” -----

3.8.6.4. A Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25) fez a seguinte Declaração de Voto:

----- “Sim, sim. Apresentarei uma declaração de voto a título pessoal, escrita.”-----

----- **A Declaração de Voto não foi entregue.** -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito bem. Senhor Deputado Jorge Rato (PS), faz favor.”-----

3.8.6.5. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----O Partido Socialista votou contra a Proposta de Recomendação apresentada pelo Chega, por discordância com os seus considerandos e com as conclusões que pretende aprovar, estranhando que verse sobre topónimos, quando o proponente nem sequer conhece os limites do concelho ao dizer que o Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca se situa em Carnaxide. ---

-----Aduzir princípios constitucionais, normas jurídicas e princípios éticos, para reescrever a história e anular a relevância do papel de Otelo Saraiva de Carvalho na Revolução do Vinte Cinco de Abril, é abusivo e não é aceitável. Goste-se ao não, do seu carisma e das ações que marcaram a sua vida em democracia.-----

-----Ademais, não reconhecemos ao Partido Chega a coerência, o respeito pelas normas constitucionais e a adesão a valores éticos e democráticos, que lhe permitam, julgar os outros, em detrimento do que se conhece da sua história como partido e da atividade de muitos cidadãos que nele militam.-----

-----A história é o que é, não aquilo que o Chega quer que seja!”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. Mais alguma declaração de voto? Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), faz favor.”-----

3.8.6.6. O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----A Coligação Evoluir Oeiras votou contra este instrumento de acicatar de guerras culturais que o Chega disfarçou de proposta, porque esta proposta, pura e simplesmente, mais não é, não tem mais nenhum efeito que não seja cumprir o propósito do Chega, que é permanentemente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

acicatar guerras culturais na sociedade portuguesa.-----

----- Oteló Saraiva de Carvalho foi, como já aqui foi dito várias vezes, um personagem complexo, que teve uma atuação que foi positiva, pelo menos do nosso ponto de vista, positiva em alguns momentos, negativa, certamente, noutros, como todos os personagens que intervieram em momentos históricos diversos e que evoluíram com o desenrolar desses acontecimentos históricos e, ao longo da sua vida, teve atitudes positivas e teve atitudes negativas, produziu ações com efeitos positivos e outras com efeitos negativos. Passo “lapalissada”.-----

----- O que o Chega traz aqui é, pura e simplesmente, guerra cultural, porque o próprio voto do Chega incorre em inúmeras contradições, já para não falar nos erros factuais que foram apontados noutras declarações de voto. O Chega critica, por isto, por esta atribuição deste nome, a esta rotunda, supostamente não ter sido discutido numa série de instâncias onde devia ter sido discutido, ao mesmo tempo que propõe, com muita força, que devia ter sido atribuído o nome de Marcelino da Mata a esta rotunda. Portanto, isto é uma incoerência gritante e não podemos deixar passar em claro, sem querer contribuir para o facto, para o fenómeno de guerra cultural que o Chega procura acicatar permanentemente na sociedade portuguesa, que Marcelino da Mata, para ser simpático, também foi, no mínimo, um personagem complexo.-----

----- Nós podemos ler a descrição de uma história que abre um livro intitulado chamado: “O Fenómeno Marcelino da Mata”, assinado por Nuno Gonçalo Poças, onde cita Marcelino da Mata dizendo: “Apanhámos o gajo, despimos-lhe a farda, fizemos-lhe a mesma coisa que ele fez ao outro...” cortámos-lhe o órgão genital masculino, isto são palavras minhas, não foi isso que Marcelino da Mata disse, “Metemos-lha na boca. A mesma coisa que ele fez aos tais soldados brancos”. Já para não falar nos inúmeros relatos que há da participação de Marcelino da Mata em crimes de guerra, massacres, violência desnecessária, morte, tortura, mutilação de pessoas. Portanto, nada disto foi dito pelo Chega. E, se queremos falar da complexidade de uns, falemos da complexidade de outros. Para a guerra cultural do Chega, da nossa parte, nunca contribuiremos.

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor.”-----

3.8.6.7. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----A proposta de recomendação apresentada pelo Partido Chega não colhe em termos de inadequação material. A atribuição de topónimos é competência da Câmara Municipal e constitui uma discricionarieidade administrativa. A lei não exige obrigatoriedade de consulta pública nem parecer prévio, e a intervenção de uma Comissão Municipal de Toponímia só é obrigatória se estiver consagrada no regulamento ou houver deliberação da Câmara nesse sentido.-----

-----Também a controvérsia histórica ou o risco de divisão social não constituem ilegalidade. São argumentos politicamente legítimos, mas juridicamente frágeis. No entanto, à luz do Edital duzentos e catorze/dois mil e cinco, Regulamento Municipal de Toponímia de Oeiras, o artigo quarto determina que a Câmara Municipal deve consultar, previamente, a Junta de Freguesia para efeitos de parecer, ainda que não vinculativo. E essa consulta não ocorreu, ou não foi demonstrada; então, existe uma violação procedimental grave. Tal omissão gera a anulabilidade do ato administrativo. -----

-----Quanto ao mérito político, entendemos que figuras históricas controversas não devem ser apagadas. O percurso de Otelo Saraiva de Carvalho deve ser analisado como um todo, sem dissociar o lado positivo do lado negativo. Há que reconhecer a totalidade da biografia. Otelo tem o seu lugar e deve continuar a ser estudado como figura central da história contemporânea portuguesa, mas a sua homenagem pública tem de ser ponderada à luz do conjunto da sua vida e não apenas de um episódio. -----

-----Assim, o nosso voto foi favorável à revogação do ato administrativo, não apenas pela violação do Regulamento Municipal, mas também porque entendemos que a atribuição de



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

topónimos deve refletir figuras cujo percurso global não esteja marcado por divisões profundas. -

----- O nosso voto não é contra a memória do Vinte e Cinco de Abril, é a favor de uma memória coletiva, crítica e responsável. -----

----- Obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhor Deputado João Viegas (INOV25), faz favor. É para uma declaração de voto, é isso?” -----

3.8.6.8. O Senhor Deputado João Viegas (INOV25) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “É sim, Senhora Presidente. -----

----- Uma declaração de voto pessoal, tal como disse o líder de bancada. Não...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Direito a usar a palavra neste momento para declaração de voto, exclusivamente.” --

----- O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)**, continuou a sua intervenção: -----

----- “Exatamente. Eu votei contra porque Otelo Saraiva de Carvalho, não sendo uma figura simples, nunca foi, teve grandeza histórica, teve contradições, teve polémicas, teve sombras. Mas uma Democracia adulta olha para as suas figuras contraditórias sem as transformar em santos nem demónios. Mais do que isso, uma Democracia adulta tem essa obrigação. -----

----- Otelo foi, goste-se ou não se goste, admire-se ou não se admire, uma figura central do Vinte e Cinco de Abril. Foi comandante operacional, foi estratega militar, esteve ligado ao plano e à condução da operação que abriu as portas da Liberdade. Sem essa madrugada, não estaríamos aqui nesta Assembleia a discordar livremente uns dos outros. E talvez seja essa a maior ironia deste debate: o Chega a utilizar a Liberdade que Abril tornou possível para tentar apagar um dos homens que ajudou a torná-la possível. -----

----- Defender a presença de Otelo na memória pública não é absolver tudo o que veio depois. Não é negar a dor das vítimas da violência política. Não é minorizar nenhuma vida,

nenhuma família, nenhuma ferida. Mas também não é aceitável usar essas feridas para amputar a história. A memória democrática não se constrói por vingança retrospectiva. Constrói-se por verdade, por contexto, por coragem intelectual. Uma rotunda não absolve ninguém. Uma placa toponímica não transforma um homem em santo. A história não é património privado de nenhum partido. O Vinte e Cinco de Abril também não. Pertence ao povo português, aos militares que o fizeram, aos cidadãos que dele nasceram civicamente, às gerações que puderam votar, estudar, falar, discordar, viver sem medo. E, por isso, a memória de Abril deve ser grande o suficiente para incluir os seus heróis, as suas contradições e até as suas disputas. Há quem queira uma história sem incómodo, mas uma história sem incómodo é quase sempre uma história sem verdade. E a Democracia que Abril nos deu não precisa de uma memória domesticada, precisa de memória inteira. -----

-----Por isso, não voto contra para canonizar Otelo, não voto contra para apagar as suas sombras. Voto contra esta recomendação porque recuso que Oeiras participe numa lógica de mutilação simbólica da história. Voto contra esta moção porque uma comunidade madura não apaga, contextualiza; não simplifica, compreende; não reescreve por conveniência, assume a complexidade da história.-----

-----E, por último, para que fique em Ata, Otelo Saraiva de Carvalho foi absolvido em dois mil e um, com trânsito em julgado em dois mil e três, de todos os chamados crimes de sangue das FP Vinte e Cinco. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Deputado. Senhora Deputada Paula Neto (INOV25), também para uma declaração de voto. É isso? Faz favor.”-----

3.8.6.9. A Senhora Deputada Paula Neto (INOV25) fez a seguinte Declaração de Voto:

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento-a a si e na sua pessoa, a Mesa e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

todo o Executivo.-----

----- A minha declaração de voto consiste no seguinte: eu votei liminarmente contra a proposta de recomendação do Chega, do Chega, porque ela está mal formulada, porque tem uma distorção ideológica óbvia, porque o fundamento... ela critica mais a forma, do que propriamente o resultado, porque o fundamento é confuso e porque cabe à Câmara tomar estas decisões. E, entre os heróis do Chaimite e os heróis do TikTok, eu opto pelos heróis do Chaimite. -----

----- Disse, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Deputada. Mais alguém pretende usar a palavra para declaração de voto? Faz favor.” -----

3.8.6.10. O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Senhora Presidente, logicamente, se fomos nós a apresentar esta proposta, logicamente, e esta indignação, logicamente, votámos a favor. Contudo, o Chega é contra qualquer entidade, seja FP Vinte e Cinco de Abril ou outras, que sejam terroristas, assassinas e roubem bancos, conforme faziam estas associações de marginais para se autofinanciarem. -----

----- Contudo, eu quero dizer que o povo não teve voz nesta decisão, logo, incumpriu-se o Código do Procedimento Administrativo. E também fuge-se aqui à verdade relativamente à questão material, no sentido de saber se, efetivamente, o Edital dois mil e catorze de dois mil e cinco, não só no número quatro que referiu aqui o Partido da Iniciativa Liberal, mas também o número três, se foi cumprido ou não. Portanto, é por estas razões que votámos a favor.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Está a usar da palavra para uma declaração de voto, Senhor Deputado.” -----

----- O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Exatamente, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Para uma declaração de voto.” -----

-----O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Eu sei que não convém responder, mas muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Deputado. Muito bem, vamos então agora... temos agora um voto de saudação.” -----

3.9. VOTO DE SAUDAÇÃO AOS ANTIGOS COMBATENTES, APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO CHEGA -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** leu o Voto de Saudação mencionado em título, que a seguir se transcreve: -----

-----“Exposição de motivos -----

-----No passado dia nove de abril assinalou-se o Dia do Combatente, data de profundo significado nacional que evoca a Batalha de La Lys, travada em inil novecentos e dezoito, e homenageia todos os militares portugueses que, ao longo da nossa História, serviram Portugal em contexto de guerra, conflito ou missão operacional.-----

-----Trata-se de uma ocasião de memória, gratidão e justiça para com aqueles que, em diferentes gerações, colocaram o dever, a coragem e o espírito de missão acima do interesse pessoal, muitas vezes com elevado sacrifício físico, emocional e familiar.-----

-----Ao longo do século XX e já no século XXI, milhares de portugueses foram chamados a servir a Pátria em diversos teatros de operações, desde a Primeira Guerra Mundial às campanhas no Ultramar, bem como em missões internacionais de paz e cooperação no quadro dos compromissos externos do Estado português. Muitos perderam a vida. Outros regressaram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

marcados para sempre por ferimentos, incapacidades permanentes ou traumas invisíveis, como a perturbação de stress pós-traumático.-----

----- Importa igualmente reconhecer que, durante largos anos, numerosos antigos combatentes não receberam o apoio social, clínico e institucional compatível com os serviços prestados ao país. Muitos enfrentaram dificuldades no regresso à vida civil, no emprego, na saúde e no reconhecimento público que lhes era devido.-----

----- Também no concelho de Oeiras residem antigos combatentes e respetivas famílias, cidadãos que integram a nossa comunidade e cujo percurso de vida merece respeito e consideração. Oeiras, terra de forte ligação às Forças Armadas e à Defesa Nacional, tem especiais razões para valorizar esta memória e esta herança de serviço.-----

----- Saudar os antigos combatentes não é apenas recordar o passado. É afirmar valores permanentes: patriotismo, honra, responsabilidade, solidariedade e respeito por quem serviu Portugal.-- -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Oeiras, reunida em sessão plenária de vinte e oito de Abril de dois mil e vinte e seis, recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que possa: -----

----- Um – Saudar todos os Antigos Combatentes portugueses, reconhecendo o seu contributo para a defesa de Portugal, a sua coragem e o seu sentido de dever;-----

----- Dois – Prestar homenagem à memória de todos aqueles que tombaram ao serviço da Nação; --- -----

----- Três – Manifestar solidariedade para com todos os ex-combatentes que enfrentaram ou enfrentam dificuldades físicas, psicológicas, sociais ou económicas resultantes do serviço prestado;-- -----

----- Quatro – Recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que continue a promover iniciativas de reconhecimento público e valorização da memória dos Antigos Combatentes residentes no concelho;-----

-----Cinco -- Defender o reforço das políticas públicas de apoio social, médico e institucional dirigidas aos Antigos Combatentes e às suas famílias.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Portanto, é esta, é este chamado voto de saudação que eu ponho à discussão. Quem pretende usar da palavra? Quem pretende usar da palavra? Faz favor, Senhor Deputado António Moita (INOV25).”-----

3.9.1. O Senhor Deputado António Moita (INOV25) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado.-----

-----Eu queria expressar, em nome do grupo, ainda bem que, enfim, passamos de um tema que teve a discussão que teve para um tema que eu julgo que é consensual a todas as forças políticas.-----

-----Não, obviamente, não falo pelas restantes forças políticas, mas tenho a convicção de que assim é e também assim é relativamente àquilo que a Câmara Municipal, ao longo de tantos anos, tem feito, desde logo, pela existência de um espaço, um espaço digno que celebra aquilo que foram os feitos dos antigos combatentes. Por outro lado, pelas múltiplas ações que tem vindo a desenvolver ao longo dos anos, em prol da sua memória e, para aqueles que ainda estão vivos, para relembrar aquilo que foi feito, mas também pelo apoio que dá à Liga dos Combatentes, que é aquilo que nos importa.-----

-----A questão que se coloca tem a ver com o seguinte: o ato, a proposta que é feita, é descrita como um voto de saudação e, no preâmbulo, na exposição de motivos, há um conjunto de afirmações sobre as quais não há, penso eu, no nosso ponto de vista, qualquer contestação. O que se passa é que, na proposta em concreto, ou naquilo que seria um ato de saudação, passamos para uma recomendação.-----

-----Quando se diz: “Assim a Assembleia Municipal de Oeiras, em sessão plenária em vinte e oito de Abril de dois mil e vinte e seis recomendar à Câmara Municipal que possa:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Saudar todos os Antigos Combatentes; Prestar homenagem; Manifestar solidariedade e recomendar à Câmara Municipal que continue a promover iniciativas.”-----

----- Ora, aquilo que é entendimento, que foi discutido internamente pelo Grupo Político, tem a ver com a ideia de que o voto de saudação é isso mesmo: é uma saudação aos antigos combatentes e é uma saudação àquilo que a Câmara Municipal tem feito em prol destas pessoas, deste passado, desta memória que tem tido.-----

----- E, portanto, a decisão que tomámos foi no sentido de propor ao Chega, independentemente daquilo que seja a sua posição, de substituir a palavra “recomendar”, na primeira expressão que diz: “Assim a Assembleia Municipal de Oeiras, reunida em sessão plenária de vinte e oito de abril de dois mil e vinte e seis: -----

----- Saúda todos os antigos combatentes portugueses. -----

----- Ponto dois. Presta homenagem à memória de todos aqueles que tombaram e tal. -----

----- Ponto três. Manifesta a solidariedade para com os ex-combatentes. -----

----- Quarto. Em vez de recomendar, saúda a Câmara Municipal pela forma continuada como tem promovido iniciativas de reconhecimento público e a valorização da memória dos antigos combatentes residentes no concelho. -----

----- Quinto. Defender o reforço das políticas públicas de apoio social, médico e institucional dirigidas aos Antigos Combatentes.”-----

----- E, portanto, o que nós, no fundo, propomos é que o Chega transforme aquilo que no conteúdo está como uma proposta de recomendação, efetivamente num voto de saudação, que é um voto de saudação que nos junta a todos. E é bom que isto fique claro. Este voto não é de aproveitamento, ou não deve ser entendido como de aproveitamento do Chega. Este voto é um voto que se estende ao conjunto das forças políticas e assim deve ser entendido, mas, para que possa ser efetivamente um voto de saudação, estas duas palavras ou estas duas expressões que indiquei aqui terão de ser uma cortada, suprimida, a primeira, e a segunda que seja substituída por

uma saudação à Câmara Municipal por aquilo que tem feito.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada. Mais alguém pretende usar da palavra? Senhor Deputado Francisco O’Neill (INOV25), faz favor. Ah, já não tem tempo. Já não tem tempo. Peço desculpa. Mais alguém pretende usar da palavra, sobre este voto? É que já esgotou o seu tempo.”-----

3.9.2. O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) fez a seguinte **Interpelação à Mesa:**-----

-----“É só uma Interpelação à Mesa. É que o Senhor Deputado...”-----

3.9.3. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Só um bocadinho, só um bocadinho. O Senhor Deputado propôs uma alteração.”

-----O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** disse o seguinte:-----

-----“Exatamente. Era só para responder...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte:-----

-----“O Partido Chega está disposto a alterar?”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** disse o seguinte:-----

-----“Estamos dispostos. O que importa é o espírito que está ali subjacente e não a letra. Com certeza, é o espírito.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“E, portanto, está disposto a alterar... os termos...”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** disse o seguinte:-----

-----“Estamos dispostos a alterar as duas palavras. Muito bem.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Portanto, isto é um voto de saudação, não é uma proposta de recomendação. Aliás, nem podia ser. Eu já tinha visto isso. Fui eu a primeira pessoa a ter reparado nisso. Tenho a dizer,



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sim, mas sim, é assim. Portanto, senhores deputados, então isto pode ser alterado dessa maneira e vamos proceder então à votação. -----

----- O Senhor Deputado procede à alteração e volta aqui, está bem?"-----

----- O Senhor Deputado António Moita (INOV25) disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, posso? Senhora Presidente...eu sei, eu ouvi, mas eu não posso dizer o contrário.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “... que é para apresentar? Não, mas isso tem de ser... tem de estar escrito como deve ser, não é? Não pode ser rasurado, não pode ser rasurado, tem de estar...”-----

----- O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, eu vou proceder à alteração e depois volto a encaminhá-la com a devida retificação, porque eu aqui não posso escrever a proposta, não é?”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “É assim, o que eu sugiro é que, de facto, faça nova e que a apresente na próxima Sessão. É mais fácil.”-----

----- O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) disse o seguinte: -----

----- “Posso fazê-la oralmente? Posso fazer a retificação... posso fazer oralmente a retificação e fica em Ata?”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

----- “Pode fazer oralmente, pode fazer oralmente.”-----

----- O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) disse o seguinte: -----

----- “Então pronto, então eu faço-a se não houver inconveniente.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “E fica consignado em Ata. Exatamente.”-----

----- O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) disse o seguinte: -----

-----“Pronto, então dá-me licença?”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Então, faz favor.”-----

3.9.4. O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Assim, a Assembleia Municipal de Oeiras, reunida em sessão plenária de vinte e oito de abril de dois mil e seis, e tiro o restante, dois mil e vinte e seis, não é dois mil e vinte e cinco. Plenária de vinte e oito de abril de dois mil e vinte e seis, Doutora Saavedra. -----

-----Muito bem. E a frase seguinte foi toda retirada. O ponto um, dois e três mantêm-se. O ponto quatro retiro completamente, para não haver qualquer, portanto, questão de litígio ou de interpretação diferenciada, e depois o resto fica igual. É só isso. Não tem mais nada. Portanto, é simples, não tem... é exequível. Pronto.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Está toda a gente esclarecida? Faz favor, Senhora... faz favor.” -----

3.9.5. A Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias), disse o seguinte: -----

-----“Boa tarde, Senhora Presidente, Excelentíssima Mesa, Caros e Caras Vereadoras e Caros Colegas da Assembleia Municipal.-----

-----Eu quero apenas referir que me parece que isto é um aproveitamento completamente despropositado. A Câmara Municipal, há vários anos — eu diria há décadas, não tenho de memória — faz homenagem aos ex-combatentes. Portanto, o meu voto será contra. -----

-----Muito obrigada, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.” -----

3.9.6. O Senhor Deputado António Moita (INOV25) perguntou o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, posso?”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Faz favor, Senhor Deputado António Moita (INOV25).” -----

----- O **Senhor Deputado António Moita (INOV25)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Isto, há coisas que, às vezes, é difícil uma pessoa chegar a um entendimento e as discussões que antecederam são, obviamente, discussões que não contribuem para que depois, nestes momentos, possamos, de uma forma fria, analisar aquilo que os textos em concreto dizem.

----- Como eu tive a oportunidade de dizer na intervenção que fiz, este é um tema que, supostamente — e vamos verificar isso na votação — nos devia congrega a todos. Independentemente daquilo que seja o aproveitamento político daquilo que o Chega pretende fazer desta proposta, ou desta moção, ou deste auto, deste voto de saudação, eu não consigo, em momento algum, e fica aqui expressa a minha posição, contrariar aquilo que aqui está escrito. Eu concordo com aquilo que aqui está escrito e, portanto, concordo também que se há Câmara Municipal, que ao longo de tantos anos tem contribuído para a dignificação da memória dos antigos combatentes, não digo que tenha sido a única, mas Oeiras está certamente na linha da frente. -----

----- E, portanto, por mais tentativas que o Chega faça de aproveitamento, que, no nosso ponto de vista, seria indevido, de uma causa que é uma causa de todos, eu entendo, do meu ponto de vista, que está completamente claro que a Câmara de Oeiras tem tido um papel fundamental nesta ação, que a Câmara de Oeiras tem feito tudo aquilo que está ao seu alcance, ao contrário daquilo que o Estado, que a Administração Central do Estado, tantas vezes não faz pela defesa da memória dos combatentes. Não, isto é que é importante ser dito. E, portanto, nós não atuamos, ou eu não atuo, como representante de um grupo que se transformou num rolo compressor, seja lá daquilo que for. E, portanto, o meu entendimento é que, estando os pressupostos reunidos para um voto favorável a um ato de saudação aos ex-combatentes, estando garantido que é sabido que a Câmara Municipal tudo tem feito em prol dessa causa, eu não vejo outra razão senão a de votar

favoravelmente este voto.-----

-----Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada. Então, aguardamos que venha...”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** fez a seguinte intervenção:

-----“Peço só dois minutos, que já estão a enviar. Obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Sim, sim, aguardamos, vamos aguardar.”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** disse o seguinte:

-----“Muito obrigado, Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Senhora Deputada Elisabete Oliveira (INOV25).”-----

3.9.7. A Senhora Deputada Elisabete Oliveira (INOV25) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento-a, e em si, todos os autarcas aqui presentes, assim como o público que nos acompanha.-----

-----Senhora Presidente, há anos — não posso dizer quantos — mas lembro-me sempre que em Oeiras se fazia uma homenagem aos antigos combatentes. Essa homenagem... aquilo que está aqui proposto pelo Grupo Político Chega, já é feito em Oeiras.-----

-----Por isso, isto é um aproveitamento, um aproveitamento político da memória dos antigos combatentes. Isto é vergonhoso e é bastante lamentável, é bastante lamentável. Houve já duas grandes guerras, várias — a Guerra do Ultramar — e recordo-me, porque tenho estado presente muitas vezes na homenagem que é feita a esses antigos combatentes.-----

-----Agora, quer o Partido Chega, com esta proposta, vir fazer tábua rasa de tudo aquilo que se tem feito em Oeiras e dizer que deve haver uma saudação aos antigos combatentes. Essa saudação já é feita, já é feita em Oeiras. Não precisamos da proposta do Grupo Político Evoluir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Chega. Portanto, este voto de saudação..., portanto, eu estou contra, estou contra este voto de saudação, porque ele não faz qualquer sentido no nosso Concelho.-----

----- Muito obrigada.”-----

3.9.8. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Portanto, eu vou ler o que está aqui para saberem depois o que é que vão votar. O que está aqui é assim: é um texto que já foi lido e depois eu vou ler só a partir de certa altura, que diz assim: “Saudar os antigos combatentes não é apenas recordar o passado, é afirmar valores permanentes: patriotismo, honra, responsabilidade, solidariedade e respeito por quem serviu Portugal. -- -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Oeiras, reunida em sessão plenária de vinte e oito de abril de dois mil e vinte e seis: -----

----- Um - Saudar todos os Antigos Combatentes portugueses, reconhecendo o seu contributo para a defesa de Portugal, a sua coragem e o seu sentido de dever;-----

----- Dois - Prestar homenagem à memória de todos aqueles que tombaram ao serviço da Nação; -----

----- Três - Manifestar solidariedade para com todos os ex-combatentes que enfrentaram ou enfrentam dificuldades físicas, psicológicas, sociais ou económicas resultantes do serviço prestado;-- -----

----- Quatro - Defender o reforço das políticas públicas de apoio social, médico e institucional dirigidas aos Antigos Combatentes e às suas famílias.”-----

----- Foi isto que ficou.”-----

3.9.9. O Senhor Deputado António Moita (INOV25) disse o seguinte:-----

----- “Eu queria pedir-lhe, atendendo às dúvidas que se suscitaram, a interrupção desta Sessão por um período curto e até fazia a sugestão de que se aproveitasse a hora para o intervalo

que é habitual ser feito, são cinco e um quarto. Parece-me que seria possível e, assim, não se perderia tempo.” -----

3.9.10. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“E não se votasse ainda. E não se votasse ainda.” -----

-----**O Senhor Deputado António Moita (INOV25) disse o seguinte:**-----

-----“Não se votar imediatamente, solicitar a interrupção da Sessão e continuaremos a discussão imediatamente após.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:** -----

-----“Eu vou dar só a palavra... um momento. Eu vou dar só a palavra ao Senhor Vice-Presidente, que quer usar dela sobre este ponto. Faz favor. Muito rápido, Senhor Vice-Presidente.”

3.9.11. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, rapidamente explicar o que é que se passa aqui. -----

-----O Partido Chega não é um partido normal. De vez em quando, como o relógio, duas vezes por dia acerta, mas a maior parte do tempo ou está a falhar ou está a tentar, de alguma forma, enganar. O que é que está a acontecer aqui? Utilizando os antigos combatentes, que é um tema que supostamente deve ser consensual numa sociedade, homenagear aqueles que a defendem, pondo em causa a sua própria vida, tentam pôr à votação uma proposta para quê? Para poderem ter o seu ganho de causa, parecendo ou esquecendo, ainda que ponham lá um parágrafozinho, tudo o que tem sido feito ao longo destes anos, que a Senhora Deputada Elisabete Oliveira (INOV25) tão bem aqui trouxe. -----

-----Nós não podemos ter nenhuma ingenuidade ao olhar para um tema destes. Isto é uma manipulação por parte do Partido Chega. É só isso. É só isso que está aqui a acontecer. E por isso é que temos de olhar para este tipo de propostas com a devida atenção, porque estamos a saudar o apoio aos ex-combatentes e a saudar tudo o que a Câmara tem feito ao longo destas décadas. As



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

homenagens têm sido feitas. Todos os anos acontecem homenagens aos ex-combatentes. Quantas vezes foram os representantes do Partido Chega a essas homenagens? Zero. Zero. Nunca. Nunca estão. Todos os anos o Executivo Municipal vai homenagear os ex-combatentes. Está presente o Partido Chega? Não está presente. O que é que acontece? Chegam à Assembleia Municipal, fazem uma proposta de recomendação ou de saudação, depois cortam o vídeo, metem nas redes sociais e, se nós deixamos passar uma proposta desta natureza, onde é que vai ser colocado? Nas redes sociais do partido. E tudo o que o Município de Oeiras fez daqui para a frente foi a partir da proposta do Partido Chega. É preciso um bocadinho mais. Vocês têm algum jeito para aldrabar. Aqui é um bocadinho mais difícil, a peneira é mais fina. -----

----- É só, Senhora Presidente.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.”-----

3.9.12. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez o seguinte Ponto de Ordem à Mesa:-----

----- “Ponto de Ordem à Mesa, Senhora Presidente.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Faz favor, Senhora Deputada.”-----

----- A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) disse o seguinte:-----

----- “A Mesa aceitou ou não aceitou a proposta de interrupção dos trabalhos?”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

----- “A Mesa aceitou... Aceitou a proposta de interrupção dos trabalhos.”-----

----- A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) disse o seguinte:-----

----- “Então, se aceitou, não havia direito a que o Senhor Vice-Presidente tivesse falado, não é? Vamos lá ver se a gente se entende.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Muito bem, vamos então fazer a interrupção dos trabalhos.”-----

-----**INTERVALO**-----

-----A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo.-----

3.9.13. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Vamos, então, recomeçar os nossos trabalhos. E, antes da interrupção, tínhamos estado a ver o Voto de Saudação aos Antigos Combatentes, e alterou-se novamente de acordo com todos os líderes dos Grupos Políticos Municipais. E ficou da seguinte maneira:-----

-----“A Assembleia Municipal de Oeiras, reunida em sessão plenária de vinte e oito de abril de dois mil e vinte e seis:-----

-----Um – Saúda todos os Antigos Combatentes portugueses, reconhecendo o seu contributo para a defesa de Portugal, a sua coragem e o seu sentido de dever;-----

-----Dois – Presta homenagem à memória de todos aqueles que tombaram ao serviço da Nação;-----

-----Três – Manifesta solidariedade para com todos os ex-combatentes que enfrentaram ou enfrentam dificuldades físicas, psicológicas, sociais ou económicas resultantes do serviço prestado;-----

-----Quatro – Saúda a Câmara Municipal de Oeiras pelo trabalho desenvolvido neste âmbito e que prossiga as iniciativas de reconhecimento público e valorização da memória dos antigos combatentes residentes no concelho.”-----

-----Portanto, esta proposta, este voto de saudação, teve o acordo de todos os líderes dos Grupos Políticos Municipais, e é este voto que vai ser submetido à votação. Alguém quer dizer alguma coisa? Então vamos, podemos passar à votação que ainda temos uma tarde longa. Uma tarde longa. Então vamos lá.”-----

3.9.14. VOTO DE SAUDAÇÃO AOS ANTIGOS COMBATENTES, APRESENTADO POR



6

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS -----

----- “No passado dia nove de abril assinalou-se o Dia do Combatente, data de profundo significado nacional que evoca a Batalha de La Lys, travada em mil novecentos e dezoito, e homenageia todos os militares portugueses que, ao longo da nossa História, serviram Portugal em contexto de guerra, conflito ou missão operacional. -----

----- Trata-se de uma ocasião de memória, gratidão e justiça para com aqueles que, em diferentes gerações, colocaram o dever, a coragem e o espírito de missão acima do interesse pessoal, muitas vezes com elevado sacrifício físico, emocional e familiar. -----

----- Ao longo do século XX e já no século XXI, milhares de portugueses foram chamados a servir a Pátria em diversos teatros de operações, desde a Primeira Guerra Mundial às campanhas no Ultramar, bem como em missões internacionais de paz e cooperação no quadro dos compromissos externos do Estado português. Muitos perderam a vida. Outros regressaram marcados para sempre por ferimentos, incapacidades permanentes ou traumas invisíveis, como a perturbação de stress pós-traumático. -----

----- Importa igualmente reconhecer que, durante largos anos, numerosos antigos combatentes não receberam o apoio social, clínico e institucional compatível com os serviços prestados ao país. Muitos enfrentaram dificuldades no regresso à vida civil, no emprego, na saúde e no reconhecimento público que lhes era devido. -----

----- Também no concelho de Oeiras residem antigos combatentes e respetivas famílias, cidadãos que integram a nossa comunidade e cujo percurso de vida merece respeito e consideração. Oeiras, terra de forte ligação às Forças Armadas e à Defesa Nacional, tem especiais razões para valorizar esta inemória e esta herança de serviço. -----

----- Saudar os antigos combatentes não é apenas recordar o passado. É afirmar valores permanentes: patriotismo, honra, responsabilidade, solidariedade e respeito por quem serviu Portugal. -- -----

Assim, a Assembleia Municipal de Oeiras, reunida em sessão plenária de vinte e oito de Abril de dois mil e vinte e seis:-----

-----Um – Saúda todos os Antigos Combatentes portugueses, reconhecendo o seu contributo para a defesa de Portugal, a sua coragem e o seu sentido de dever;-----

-----Dois – Presta homenagem à memória de todos aqueles que tombaram ao serviço da Nação; -----

-----Três – Manifesta solidariedade para com todos os ex-combatentes que enfrentaram ou enfrentam dificuldades físicas, psicológicas, sociais ou económicas resultantes do serviço prestado;-----

-----Quatro – Saúda a Câmara Municipal de Oeiras pelo trabalho desenvolvido neste âmbito e que prossiga as iniciativas de reconhecimento público e valorização da memória dos antigos combatentes residentes no concelho.”-----

3.9.15. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Saudação, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Ahneida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves, Afonso Duarte Guterres de Morais e Acácio Silva de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins



Uk

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho e Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Toniás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado).-----

----- Os Senhores Deputados João Carlos Macedo Viegas, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 não estavam presentes na altura da votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 61/2026** -----

----- **VOTO DE SAUDAÇÃO AOS ANTIGOS COMBATENTES, APRESENTADO POR TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, o seguinte:-----

-----“Um – Saúda todos os Antigos Combatentes portugueses, reconhecendo o seu contributo para a defesa de Portugal, a sua coragem e o seu sentido de dever;-----

-----Dois – Presta homenagem à memória de todos aqueles que tombaram ao serviço da Nação;-----

-----Três – Manifesta solidariedade para com todos os ex-combatentes que enfrentaram ou enfrentam dificuldades físicas, psicológicas, sociais ou económicas resultantes do serviço prestado;-----

-----Quatro – Saúda a Câmara Municipal de Oeiras pelo trabalho desenvolvido neste âmbito e que prossiga as iniciativas de reconhecimento público e valorização da memória dos antigos combatentes residentes no concelho.”-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Portanto, é aprovado por unanimidade este Voto de Saudação. Temos agora... Não sei se querem fazer alguma declaração de voto. Façam favor. Senhor Deputado Nuno Carolo (PS).”

3.9.15.1. O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Votámos favoravelmente o presente Voto de Saudação, por entendermos que o reconhecimento aos antigos combatentes é um dever ético, histórico e coletivo.-----

-----Particularmente, permitam uma nota pessoal para mim, filho e sobrinho de seis homens que foram chamados a combater em todos os teatros da Guerra Colonial. Honrar quem foi chamado a combater é afirmar o valor da vida humana, da memória e da responsabilidade pública perante o sofrimento causado pela guerra.-----

-----Este voto recorda-nos que, ao longo do último século, milhões de homens e mulheres foram empurrados para conflitos devastadores que não escolheram. Sempre, e repito, sempre, decididos por regimes totalitários e de lideranças autocráticas que fizeram, e fazem, da violência



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

um instrumento de poder e da guerra um fim em si mesmo. -----

----- A nossa solidariedade dirige-se, antes de mais, às pessoas concretas, aos que combateram ontem, aos que combatem hoje e aos que, tragicamente, poderão ser forçados a combater amanhã. Pessoas que carregam, no corpo e na mente, as consequências de decisões tomadas longe do campo de batalha, sem verdadeiro compromisso com a paz, a justiça ou a vida.

----- Recordar os antigos combatentes é também um ato de lucidez histórica. É reconhecer que a guerra não é inevitável, que não é um destino, mas sim o resultado de escolhas políticas autoritárias, de ideologias fechadas e de sistemas que recusam o diálogo, a cooperação e o respeito pelo direito internacional e pelos direitos humanos. -----

----- Por isso, este voto favorável é, simultaneamente, um gesto de homenagem e um posicionamento claro. Estamos ao lado da memória, da paz e da dignidade humana e contra todas as formas de totalitarismo que, ontem, hoje e amanhã, continuem a promover a guerra como instrumento de dominação. -----

----- Obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Mais alguém pretende usar da palavra para algum voto? Faz favor, declaração de voto.”-----

3.9.15.2. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte Declaração de Voto:

----- “O PAN votou favoravelmente este Voto de Saudação, por considerar justo o reconhecimento devido a todos os antigos combatentes portugueses e às famílias que viveram, direta ou indiretamente, as consequências da guerra e do serviço militar em contextos de conflito.

----- Homenagear quem serviu o país não significa glorificar a guerra; significa reconhecer percursos humanos marcados, muitas vezes, por sofrimento físico, psicológico e social, cujos impactos se prolongam muito para além do regresso à vida civil. -----

----- Importa também lembrar que muitos antigos combatentes enfrentaram, durante

décadas, dificuldades de integração, problemas de saúde mental e insuficiente acompanhamento social e clínico. O reconhecimento institucional deve, por isso, ser acompanhado por políticas públicas de apoio efetivo, dignidade e proximidade. -----

-----Num Concelho com forte ligação às Forças Armadas, o PAN considera importante preservar esta memória coletiva com respeito, equilíbrio e sentido humanista. -----

-----Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhora Deputada. Mais alguém pretende usar da palavra para declarações de voto? Não? Então, passamos à moção em defesa do trabalho digno e da paz social, apresentada pelo Partido Socialista.” -----

3.10. MOÇÃO - “DEFESA DO TRABALHO DIGNO E DA PAZ SOCIAL”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** leu a Moção mencionada em título, que a seguir se transcreve: -----

-----“O anteprojeto “Trabalho XXI” foi apresentado como uma reforma laboral ampla, com mais de uma centena de alterações ao Código do Trabalho e legislação conexas. Desde o início, gerou contestação pública e um processo negocial prolongado, com versões sucessivas e sem consenso estruturante no diálogo social. Este quadro cria um risco real de aumento da conflitualidade laboral e de perda de confiança na concertação social como fator de estabilidade democrática. -----

-----Um. Considerandos -----

-----A proposta prevê o alargamento dos limites temporais e dos fundamentos legais da contratação a termo. Isto favorece a manutenção prolongada de vínculos precários e normaliza a instabilidade como prática de gestão. O impacto é especialmente gravoso em jovens e em trabalhadores no início da vida profissional, com efeitos previsíveis na autonomia, no acesso à



M

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

habitação, na constituição de família e no planeamento do futuro. -----

----- A proposta reintroduz e expande mecanismos de flexibilidade do tempo de trabalho, incluindo o banco de horas e ajustamentos conexos. Tal pode aumentar a imprevisibilidade dos horários e transferir para o trabalhador custos sociais de necessidades organizativas que deveriam ser tratadas por melhor planeamento e gestão. Esta opção prejudica a conciliação entre vida profissional e pessoal, afeta a saúde e reduz a previsibilidade do quotidiano, sendo um foco provável de conflito negocial e mobilização social. -----

----- A proposta abre ou alarga a possibilidade de afastar a reintegração do trabalhador quando o despedimento é judicialmente declarado ilícito, substituindo-a por compensação indemnizatória. Isto altera o sentido prático da ilicitude, tornando o incumprimento mais "administrável" mediante pagamento. Constitui um retrocesso, por reduzir a força reparadora do direito, enfraquecer o efeito dissuasor do controlo judicial e comprometer a tutela constitucional da segurança no emprego. -----

----- Estão previstas restrições à atividade sindical em empresas sem trabalhadores sindicalizados, condicionando reuniões e a difusão de informação sindical. O efeito expectável é afastar a representação coletiva do quotidiano laboral e enfraquecer o exercício efetivo de direitos coletivos. Trata-se de uma fragilização da liberdade sindical e da participação democrática no trabalho. -- -----

----- A proposta prevê a revogação do mecanismo que limita a subcontratação após despedimentos. Assim, passa a ser possível adquirir serviços externos para necessidades antes asseguradas por trabalhadores despedidos, incentivando a substituição do vínculo laboral direto por prestação de serviços. Este desenho promove rotatividade e precarização, ao tornar o despedimento uma etapa normalizada de reorganização baseada na substituição do vínculo. -----

----- A proposta altera regras estruturais da contratação coletiva, incluindo denúncia, sobrevigência, caducidade e modelos de arbitragem. Estas mudanças afetam a estabilidade do

ordenamento coletivo e o equilíbrio de forças na negociação. O enfraquecimento de mecanismos que evitam vazios normativos e coerção negocial pelo fator temporal é particularmente problemático quando se afirma como objetivo dinamizar a negociação coletiva.-----

-----Verifica-se ainda uma alteração no regime sancionatório da omissão de comunicação de trabalhadores à Segurança Social, com eliminação da pena de prisão e redução relevante da moldura máxima da multa. Esta mudança pode diminuir o efeito dissuasor. O trabalho não declarado é uma forma grave de vulnerabilização, por privar o trabalhador de proteção social plena, exigindo prevenção e sancionamento eficazes, sobretudo em sectores mais expostos à informalidade. -----

-----Dois. Conclusões -----

-----A. Conclui-se que o “Trabalho XXI”, tal como apresentado publicamente, concentra impactos em matérias estruturantes: precariedade contratual, desregulação do tempo de trabalho, tutela contra despedimento ilícito, direito à greve, liberdade sindical, subcontratação pós-despedimento, estabilidade da contratação coletiva e combate ao trabalho não declarado. -----

-----B. Estes domínios não são ajustes técnicos. São escolhas políticas com efeitos diretos na dignidade do trabalho, na previsibilidade da vida e na paz social, o que explica a rejeição negocial e a mobilização pública. -----

-----C. Qualquer reforma laboral legítima deve assentar em equilíbrio, proporcionalidade e proteção efetiva. Deve evitar transferir para os trabalhadores riscos estruturais do mercado e da organização produtiva. -----

-----Três. Deliberação -----

-----Em face do exposto, a Assembleia Municipal de Oeiras delibera rejeitar politicamente as linhas estruturantes da proposta governamental “Trabalho XXI” nos pontos identificados como de maior conflitualidade, por agravarem o desequilíbrio entre trabalho e poder económico e por colocarem em risco a paz social.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Portanto, é esta a moção que eu ponho à discussão da Assembleia. Quem pretende usar da palavra? Faz favor, Senhor Deputado António Moita (INOV25).” -----

3.10.1. O Senhor Deputado António Moita (INOV25) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Esta moção é uma moção que claramente vem fora daquilo que, no nosso entendimento, são as funções e as atribuições que esta Assembleia Municipal tem. -----

----- Para mais, este anteprojeto, que ainda, tanto quanto sei, é só isso, está ainda em discussão; julgo que há uma última reunião marcada no âmbito da concertação social. Está a ser objeto da intervenção de um conjunto de agentes políticos ao mais alto nível e, portanto, não nos parece que seja nem tempo nem modo de tratar uma questão que, como digo, está claramente fora das atribuições desta Assembleia, não tem diretamente a ver com o Concelho, nem tem relação próxima com as discussões que aqui podemos ter.-----

----- E, portanto, do nosso ponto de vista, esta moção não devia sequer estar a ser aqui objeto de discussão. Mas, enfim, é esse o entendimento e, portanto, nós também não contrariamos isso. Mas a nossa posição, de forma clara, é essa: enquanto estiver em concertação social, enquanto estiver a ser objeto de uma negociação que reconhecemos não tem sido fácil, e sem que tenha qualquer relação com o Município de Oeiras, não nos parece que faça nenhum sentido estar a concordar com algo que não fazemos a mais pequena ideia se vai ser assim. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Mais algum dos Senhores Deputados pretende usar da palavra quanto a esta moção? Senhor Deputado Nuno Carolo (PS), faz favor.” -----

3.10.2. O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

-----Há reformas que se limitam a ajustar normas. E há reformas que viram o tabuleiro contra quem trabalha e que alteram o equilíbrio social de um país.-----

-----A proposta do Governo PSD/CDS, chamada “Trabalho XXI”, não moderniza nada, é uma Contrarreforma, é uma tentativa de esvaziar a “Agenda do Trabalho Digno”, em vigor desde dois mil e vinte e três.-----

-----Não estamos perante um conjunto neutro de alterações técnicas, mas perante opções políticas que transferem riscos de organização, de mercado e de imprevisibilidade, do empregador para quem trabalha. Sim, desloca riscos, instabilidade e incerteza do lado das empresas para o lado dos trabalhadores.-----

-----Para o Partido Socialista de Oeiras, isto não é técnica legislativa. É escolha política. E é uma má escolha. Não falamos de detalhes. Falamos de um padrão claro, vejamos: mais contratos precários, horários imprevisíveis, despedimentos mais fáceis, direitos coletivos mais fracos e um Estado menos disposto a fazer cumprir a lei. O resultado é simples: vidas menos previsíveis, menos autonomia e mais medo. Sem previsibilidade não há liberdade real. Há apenas sobrevivência. A precariedade não é uma forma moderna de flexibilidade. É uma forma prolongada de incerteza. Alargar contratos a termo é dizer, sobretudo aos jovens, que o futuro pode esperar. Um Governo que normaliza essa espera não cria dinamismo — cria fragilidade.-----

-----O mesmo acontece a uma desregulação do tempo de trabalho. O tempo não é um detalhe técnico. É vida. Instrumentos como o banco de horas individual transformam horários em lotaria e fazem recair sobre quem trabalha o custo da má organização empresarial. Quando o tempo pessoal passa a variável de ajuste, a conciliação entre o trabalho e vida deixa de ser um direito. Passa a ser sorte.-----

-----Mais grave ainda é a forma como se trata o despedimento ilegal. Trocar a reintegração por uma indemnização preferencial é transformar a violação da lei num custo contabilístico. Despedir deixa de ser exceção. Passa a ser estratégia empresarial. Revogar limites à subcontratação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

após despedimentos vai no mesmo sentido: substituir trabalho com vínculo por trabalho mais frágil, mais barato e mais descartável. Na contratação coletiva, enfraquecer os mecanismos que evitam uma caducidade é negociar com uma arma apontada à cabeça de quem trabalha. Isso não é negociação. É imposição. -----

----- E quando se reduzem as sanções do trabalho não declarado, a mensagem é clara: incumprir compensa. E quem paga nunca é quem decide. -----

----- Aos jovens que nos ouvem, deixo o aviso simples: desconfiem quando vos venderem “modernização” que significa contratos que não permitem planear, horários que mudam sem aviso e direitos que existem no papel, mas não no dia-a-dia. Quando vos disserem que há flexibilidade, perguntem: flexibilidade para quem? Porque a fatura paga-se em casas adiadas, tempo roubado, saúde gasta e futuro suspenso. -----

----- Em resumo: isto não é uma discussão técnica. É uma escolha sobre o tipo de sociedade que queremos. -----

----- No Partido Socialista de Oeiras defendemos que uma reforma laboral séria promove produtividade sem fragilizar vidas, flexibilidade sem precariedade e eficiência sem medo. Esta não faz nada disso. Por isso, entendemos que esta Assembleia deve declarar-se contra um caminho que agrava desequilíbrios, enfraquece direitos estruturantes e coloca em risco a confiança social. -----

----- Termina, Senhora Presidente. -----

----- Porque enfraquecem direitos, agravam desigualdades e corroem a confiança social. Defender trabalho digno é defender a Democracia todos os dias. Defender previsibilidade é defender liberdade. Defender direitos coletivos é defender paz social. -----

----- Disse.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Mais alguém pretende usar da palavra? Mais alguém pretende? Não? Então, poderemos passar... Não sei se o Senhor Vice-Presidente pretende

usar da palavra? Pois, então, passamos à votação.”-----

3.10.3. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Moção, a qual foi rejeitada por maioria, com vinte e seis votos contra, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves, Afonso Duarte Guterres de Morais e Acácio Silva de Oliveira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com sete votos a favor, sendo três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Aníbal José Gonçalves Guerreiro) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques) e com três abstenções do Partido Chega (Francisco O’Neill Marques, Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho e Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Carvalho Santos). -----

----- Os Senhores Deputados João Carlos Macedo Viegas, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, não estavam presentes na altura da votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 62/2026** -----

----- **MOÇÃO – “DEFESA DO TRABALHO DIGNO E DA PAZ SOCIAL”,**
APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título o qual foi rejeitado por maioria, com vinte e seis votos contra, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, dois do Partido Iniciativa Liberal, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com sete votos a favor, sendo três do Partido Socialista, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza e com três abstenções do Partido Chega.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito bem. Portanto, foi rejeitada. Alguém pretende fazer alguma declaração de voto? Senhora Deputada Anabela Brito (IL)” -----

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** interveio e disse o seguinte: -- -----

----- “Pode concluir a votação, por favor? Vinte e seis votos contra e?” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Nuno Custódio (INOV25), Segundo-Secretário**, disse o seguinte:-----

-----“Três abstenções e sete votos a favor.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Três abstenções do Chega e sete votos a favor. Eu disse, eu disse quem eram. Eu disse, disse a favor ...”-----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“CDU, PAN e Evoluir Oeiras, certo? Pediu a palavra o Senhor... Já temos aqui várias pessoas a pedir a palavra. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) tinha pedido a palavra primeiro.”-----

3.10.3.1. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Apenas para dizer que não podemos deixar de referir que a Assembleia Municipal não tem poder legislativo sobre o Código do Trabalho, mas pode expressar a posição política local, dando voz aos munícipes em temas que impactam diretamente com a vida de cada um.-----

-----Concluimos que esta moção apenas terá relevância política e simbólica.-----

-----Do ponto de vista liberal, rejeitamos a moção socialista por entender que a reforma “Trabalho XXI” deve ser avaliada não como um ataque à dignidade laboral, mas como tentativa de modernização das relações de trabalho.-----

-----O nosso voto é pela defesa da liberdade contratual, da flexibilidade responsável e da transparência, garantindo que a flexibilidade não se transforme em abuso, mas em oportunidade para trabalhadores e empresas.-----

-----Disse.”-----



57

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Deputada. Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH), faz favor.” -

3.10.3.2. A Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “Obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Só para referir que vamos entregar uma declaração de voto escrita. -----

----- Obrigada.” -----

----- **A Declaração de Voto não foi entregue.** -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. Senhor Deputado António Balcão Vicente (INOV25), faz favor...
tinha pedido...”-----

----- O **Senhor Deputado António Vicente (INOV25)** disse o seguinte:-----

----- “É para uma intervenção.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Mas agora estamos aqui é para declaração... Neste momento era para declarações de
voto. A Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN) e depois o Senhor Deputado Tomás Pereira
(CEO).”-----

3.10.3.3. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte Declaração de Voto:

----- “O PAN votou favoravelmente esta moção por considerar que o trabalho digno, a
estabilidade laboral e a proteção dos direitos dos trabalhadores são pilares essenciais de uma
sociedade mais justa, equilibrada e socialmente sustentável.-----

----- A precariedade prolongada, a imprevisibilidade dos horários, a fragilização da
contratação coletiva e o enfraquecimento da proteção no despedimento têm impactos concretos na
vida das pessoas, sobretudo dos jovens trabalhadores e das famílias, condicionando projetos de
vida, acesso à habitação, saúde mental e estabilidade social.-----

----- O PAN entende que qualquer reforma laboral deve procurar o equilíbrio entre

competitividade económica e proteção efetiva dos direitos laborais, garantindo que a modernização das relações de trabalho não se traduz numa diminuição da dignidade, da segurança ou da previsibilidade na vida dos trabalhadores. -----

-----Sem prejuízo de reconhecermos que esta matéria se insere no plano legislativo nacional, consideramos legítimo que os órgãos autárquicos possam expressar preocupação política sobre temas com evidente impacto social, económico e humano nas comunidades locais. A defesa da paz social também se constrói através de relações laborais mais equilibradas, transparentes e justas.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), faz favor.” -----

3.10.3.4. O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----A Coligação Evoluir Oeiras votou a favor da moção, da proposta apresentada pelo Partido Socialista porque o tema do pacote laboral é pertinente discutir na Assembleia Municipal de Oeiras e em qualquer Assembleia Municipal do país, porque, naturalmente, este tema afeta trabalhadores um pouco por todo o país e, naturalmente, também os trabalhadores e as trabalhadoras de Oeiras. -----

-----O que está em causa neste pacote laboral não é uma modernização das relações no mercado de trabalho; pelo contrário, é um regredir conceções do mercado de trabalho e a propostas laborais que, na verdade, remontam mais à década de setenta e oitenta do século passado. -----

-----São discussões que tivemos muito no tempo da troika, numa altura em que se falava muito de custos de contexto, de flexibilização. Já na altura estava desatualizado; hoje em dia está ainda mais desatualizado.-----

-----Devíamos estar a falar do reforço dos direitos dos trabalhadores, da semana de quatro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dias, da incorporação da digitalização e da inteligência artificial no nosso tecido empresarial, muito composto por micro, pequenas e médias empresas.-----

----- Devíamos estar a falar sobre como modernizar, sim, as relações de trabalho entre os trabalhadores, as empresas e as entidades empregadoras, numa ótica de garantir mais direitos aos trabalhadores, mais tempo para viverem as suas vidas, um reforço dos direitos laborais com mais condições de trabalho digno.-----

----- Infelizmente, este pacote laboral apresentado pelo Governo do PSD e do CDS, os mesmos partidos que apoiam o INOV, o movimento que lidera aqui a Câmara Municipal de Oeiras, faz precisamente o oposto em relação a isso.-----

----- Apresentando-se a proposta do PS contra este pacote laboral e em defesa de muitos dos princípios, mesmo que de uma forma mais genérica do que aquilo que elenquei aqui, em defesa de muitos dos princípios que aqui enumeramos, só podíamos acompanhar esta proposta contra este pacote laboral, que é para rejeitar.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado Francisco Herdeiro (INOV25), também é para declaração de voto?”-----

3.10.3.5. O Senhor Deputado Francisco Herdeiro (INOV25) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “Sim, muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Senhora Presidente, eu apresento esta declaração voto, não apenas como um ato de discordância formal, mas como um imperativo de rigor perante o diagnóstico e os objetivos reais da proposta do Governo contemplada na tal questão do pacote laboral, objeto da Moção do Grupo Municipal do Partido Socialista nesta Assembleia, sobre um tema que não cabe a esta Assembleia trabalhar.--

-----Contrariamente à visão apresentada nesta moção, o anteprojeto avançado pelo Governo da AD nasce de um diagnóstico que é claro: -----

-----O nosso sistema laboral padece de um perfil excessivamente rígido e tradicional, típico de um período da nossa história económico-social em que predominavam as indústrias do primeiro e segundo setor. -----

-----Chegados à economia do século XXI, em que Portugal está agora assente numa economia de serviços do setor terciário, no turismo e na exportação de matérias-primas, a atual lei laboral atua como um entrave direto à produtividade, à competitividade das nossas empresas, e limita a liberdade dos trabalhadores dessas empresas na hora de se verem justamente recompensados do esforço do seu trabalho.-----

-----Não podemos ignorar que esta reforma também ainda não saiu em sede de Concertação Social, mas já chegou a esta Assembleia Municipal, da mesma forma que não podemos ignorar que ela não visa a precarização, mas sim a modernização necessária para a adaptação à economia moderna. -- -----

-----Ao contrário do que se afirma na Moção do Partido Socialista, o foco no “Trabalho” é o de estimular o emprego, sobretudo o emprego jovem e a retenção de talento, a valorização do mérito e do esforço daqueles que são o presente e o futuro da nossa economia. -----

-----Rejeitamos a tese de que estamos perante um enfraquecimento de direitos. -----

-----Pelo contrário, esta reforma dinamiza a negociação coletiva e coloca Portugal no mesmo patamar legislativo das economias mais avançadas da Europa, ao transpor diretivas europeias fundamentais, garantindo salários mínimos adequados e regulando, pela primeira vez, e com esta clareza, as condições de trabalho nas plataformas digitais. -----

-----Flexibilizar para valorizar e para crescer não é, em si, uma ameaça à paz social, mas antes o caminho a seguir para garantir que o trabalho em Portugal acompanha a evolução do trabalho do século XXI, protegendo os trabalhadores através de um sistema económico mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

robusto e capaz de gerar riqueza para todos. -----

----- Por estas razões, acredito que esta seja uma reforma que privilegia a competitividade e o talento, que valoriza a família, o direito a desligar e que integre os trabalhadores na gestão e na decisão das suas vidas e das empresas onde trabalham. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU), também para uma declaração de voto?” -----

----- **O Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU)** disse o seguinte:-----

----- “Obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “É uma declaração de voto, não é isso?” -----

3.10.3.6. O Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU) fez a seguinte Declaração de Voto: ---

----- “Sim, sim.-----

----- Esta moção, de facto, é das moções que nós votámos a favor, apesar de o pacote laboral estar a ser discutido. E, de facto, pena é que devia de chegar à Assembleia da República esta posição, pronto, que as diversas forças tiveram, porque este pacote laboral não é mais nem é menos do que um ataque muito direto aos trabalhadores, às populações: mais despedimento, mais precariedade e ataque aos salários, às reformas e aos horários. -----

----- E, por isso, esse pacote laboral, de facto, não pode passar.-----

----- Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado João Monge (INOV25), faz favor, também para uma declaração de voto. É isso?” -----

3.10.3.7. O Senhor Deputado João Gouveia (INOV25) fez a seguinte Declaração de Voto:----

-----“Sim, Senhora Presidente.-----
-----Apenas para dizer que adiro à declaração de voto, vou também assinar a declaração de voto do Deputado Francisco Herdeiro (INOV25) com ele.-----
-----Está bem? -----
-----Obrigado.”-----
-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----
-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. Para declarações de voto, não há mais ninguém? Senhor Deputado Nuno Carolo (PS).”-----

3.10.3.8. O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Só para terminar, Senhora Presidente. -----
-----Fica tudo dito por quem disse e por quem ficou calado.-----
-----O Partido Socialista, sendo proponente, votou naturalmente a favor desta moção. E quero registar um facto que não pode passar sem crítica: o voto contra esta moção representa, no nosso entender, uma escolha política que ignora e desvaloriza as consequências concretas que essas alterações podem ter na vida de quem trabalha.-----
-----O Partido Socialista considera que votar contra, neste contexto, não foi um ato neutro nem meramente procedimental. Foi recusar um alerta sério sobre a precariedade, a imprevisibilidade do tempo de trabalho, a fragilização da tutela efetiva perante o despedimento ilícito, o enfraquecimento de direitos coletivos e menor dissuasão do trabalho não declarado.-----
-----Quem votou contra optou por afastar do centro de decisão aquilo que devia ser central: a previsibilidade da vida, a segurança no emprego e a confiança nas regras que evitam que o conflito substitua o diálogo. A moção não pedia unanimismo nem propaganda, pedia prudência, equilíbrio e critérios mínimos de justiça laboral.-----
-----Quando se vota contra uma posição que procura prevenir a normalização da insegurança, está-se a dizer às pessoas, sobretudo aos jovens, que devem habituar-se a adiar a vida



57

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e a suportar o risco como condição permanente. Isso não é visão estratégica, é resignação. -----

----- Num tempo em que é fácil transformar direitos e ilegalidades em custos, o voto contra escolheu ficar do lado do confronto político e não do lado da responsabilidade social. -----

----- Disse.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhor... peço desculpa. Só um momento. Portanto, declarações de voto estão terminadas e temos intervenções. O Senhor Deputado António Balcão Vicente (INOV25) tinha primeiro pedido a palavra. Não é para declaração de voto, é para intervenção, não é isso? Sim. Portanto, temos o Senhor... Há mais alguma declaração de voto? Então, mas eu perguntei várias vezes, portanto, ainda temos uma declaração de voto. Senhor Deputado Ednilson (INOV25), faz favor.” -----

3.10.3.9. O Senhor Deputado Ednilson Santos (INOV25) fez a seguinte Declaração de Voto:-

----- “Excelência Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, Senhor Vice-Presidente na qualidade de substituto do Senhor Presidente, Caros Colegas Deputados aqui presentes, Senhores Vereadores e funcionários que dão apoio. -----

----- Eu acho que, relativamente a esta matéria, ficou mais claro qual é a posição do INOV. A posição do INOV aqui, relativamente a este pacote, nós somos contra. Nós acabamos de, dentro do grupo político, ter uma intervenção. Aquilo que temos aqui de deixar bem claro que a intervenção de cada deputado refere, pura e simplesmente e exclusivamente, à responsabilidade da sua esfera. -----

----- Relativamente a esta matéria, eu acho que ficou bem claro, através do nosso líder da bancada e do nosso representante na pessoa do Senhor Vice-Presidente, que esta matéria não é da esfera da nossa competência, e não sendo da esfera da nossa competência... é declaração de voto. Eu estou a fazer declaração do nosso voto. E o nosso... sim, do meu voto.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Do seu voto.” -----

-----O **Senhor Deputado Ednilson Santos (INOV25)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“O meu voto foi contra. O meu voto foi contra, porque, no meu entender, nós não temos de nos pronunciar sobre esta matéria. Isto é uma matéria que, ficou bem claro, é da competência, neste momento, do órgão que está a apreciar, que nós não temos de nos pronunciar.

-----Por isso, resumindo e concluindo, fica aqui, o nosso voto é claro, a minha posição: a posição de que eu sou contra o pacote que nós estamos aqui a debater. -----

-----Por isso, muito obrigado, Senhora Presidente. Fico por aqui.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. Deputada, é para alguma declaração de voto?”--

----- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** perguntou o seguinte:-----

-----“Não, Senhora Presidente. É para um esclarecimento: as declarações de voto são individuais de cada deputado?”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte:-----

-----“Podem ser, Senhora Deputada, vamos lá ver. Não sei se a Assembleia Municipal tem de promover alguma Sessão de esclarecimento aos Senhores Deputados. Vamos lá ver. Vamos continuar.”-----

-----A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** disse o seguinte:-----

-----“Então, pode ser que tenhamos trinta e três declarações de votos.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

-----“Cada deputado pode fazer uma declaração de voto individualmente. Senhores deputados, vamos continuar os nossos trabalhos. Pergunto: não há mais declarações de voto? Não? Então, vamos continuar os nossos trabalhos. -----

-----Quem está inscrito para intervir ainda neste período: o Senhor Deputado António



01

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Balcão Vicente (INOV25), que foi a primeira pessoa que levantou a mão. O Senhor Deputado Tomás Barra (INOV25) também quer intervir, é isso? Mais alguém quer intervir? Paula Neto (INOV25), Alexis (INOV25), Mónica Albuquerque (CEO), Sílvia Marques (PAN) e Alexandra Tavares de Moura (PS) também?”-----

3.11. O Senhor Deputado António Vicente (INOV25) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, colaboradores da Assembleia e munícipes. -----

----- Permitam-me, Senhoras e Senhores Deputados, uma reflexão sobre o que, nos últimos dias, se tem dito, nomeadamente nesta Casa, acerca da liberdade e do significado do Vinte e Cinco de Abril. -- -----

----- E, para tal, permitam-me ainda que me socorra do trabalho de uma das mais ilustres historiadoras portuguesas que, a este período histórico, tem dedicado grande parte da sua investigação, a Professora Irene Flunser Pimentel. Porque sobre história falam os historiadores, e não os curiosos.-----

----- A ditadura nacional militar, fundada com o golpe de Estado de vinte e oito de maio de mil novecentos e vinte e seis, sempre que derrotou as revoltas republicanas entre os anos de mil novecentos e vinte e sete e mil novecentos e trinta e um, utilizou, por sistema, a deportação dos seus adversários políticos, quase sempre sem julgamento. -----

----- Para dar um ar de aparente legitimidade às perseguições políticas, a partir de julho de mil novecentos e vinte e seis, os Tribunais Militares Territoriais (TMT) passaram a julgar os “delitos políticos” e, em março de mil novecentos e vinte e sete, para julgar os acusados militares e civis implicados em “crime de rebelião”, criaram o Tribunal Militar Especial de Lisboa (TMEL).

----- Um ano depois, a ditadura nacional fundiria as diversas polícias na Polícia de Informações (PI).-----

-----Sem contar com centenas de exilados, a ditadura nacional foi responsável, entre mil novecentos e vinte e seis e mil novecentos e trinta e um, por cerca de dez mil prisões políticas e sociais, por mais de duzentos e quarenta mortos e mil e duzentos feridos. É sintomático que, quando se fala de História, os falsificadores recuam e saem da sala. O Chega acabou de sair da sala porque a verdade não lhe interessa. Só lhe interessa a porcaria da falsificação dos dados. ----

-----Entre mil novecentos e vinte e seis e mil novecentos e trinta e nove, período que já inclui o Estado Novo salazarista, houve onze mil seiscentos e vinte e oito presos políticos e mil quinhentos e onze deportados, registando-se, no período de mil novecentos e trinta e seis a mil novecentos e trinta e oito, mais de sete mil detidos. -----

-----E, no Estado Novo, como funcionou o sistema de justiça política?-----

-----A atuação de Salazar evidenciou-se logo, de imediato, ao ser nomeado chefe do Governo, em mil novecentos e trinta e dois, com a regulamentação, em cinco de dezembro, do regime de punição dos “crimes” políticos, que previa a pena de desterro de seis a doze anos, para local à escolha do Governo. -----

-----Para a punição dos delitos políticos, foi erguido, em seis de novembro de mil novecentos e trinta e três, um Tribunal Militar Especial (TME), no qual, entre mil novecentos e trinta e três e mil novecentos e quarenta e cinco, foram julgados sete mil quatrocentos e noventa e quatro processos referentes a treze mil oitocentos e três réus, dos quais dez mil trezentos e sessenta e seis acusados de crimes políticos. -----

-----Em vinte e três de janeiro de mil novecentos e trinta e três, ano em que uma Constituição legitimou o Estado Novo, foi criada a Polícia de Defesa Política e Social (PDPS), substituída, em vinte e nove de agosto, pela Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), com um poder de detenção praticamente ilimitado. -----

-----Em mil novecentos e trinta e quatro, foi criada, no âmbito da PVDE, a Secção de Presos Políticos e Sociais, na qual ficaram integrados os cárceres privativos do Aljube, dos fortes de



2

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Caxias e Peniche, bem como da Fortaleza de São João Baptista, na ilha Terceira. A estes juntar-se-ia, em mil novecentos e trinta e seis, a nova “colónia penal” do Tarrafal, no norte da ilha de Santiago, em Cabo Verde, destinado a presos políticos e presos sociais, preventivos, condenados a pena maior e a desterro ou mesmo nem sequer sentenciados. O seu nome evoca as mais terríveis cenas de horror, violência gratuita e aniquilação de todos os valores humanos.-----

----- As mudanças cosméticas a que o final da Segunda Guerra Mundial, em quarenta e cinco, obrigou o regime de Salazar... contaram com a criação dos Tribunais Plenários Criminais (TPC), em substituição dos temidos Tribunais Militares Especiais. Tribunais plenários onde juizes ao serviço do regime desonraram vergonhosamente os simples conceitos de justiça e de humanidade. -----

----- Ao mesmo tempo, a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado daria lugar à PIDE, Polícia Internacional e de Defesa do Estado, com funções de prevenção e repressão política dos crimes contra a segurança interna e externa do Estado. -----

----- A sua atuação assentava no medo que espalhava entre a população, com o objetivo de a manter numa autêntica apatia política.-----

----- Era esta polícia que determinava o regime de prisão preventiva, que, de ilimitada até mil novecentos e quarenta e cinco, passou a ter a duração de três meses, mas passíveis de prorrogação por dois períodos de quarenta e cinco dias cada, proposta pela PIDE, que assim podia manter os detidos preventivamente durante seis meses e ainda recorrer a mais um ano de medida provisória de segurança, antes ou sem a ida a tribunal. Mas, em caso de necessidade, não hesitava, mesmo ao fim desses seis meses, em “recapturar” os presos à saída da prisão, para mais um novo período de seis meses. -----

----- Que métodos sistemáticos de “investigação” tinha a PIDE/DGS? -----

----- Subordinada ao chefe do Governo, a PIDE conservou da sua antecessora a instrução preparatória dos processos. A PIDE prendia frequentemente para investigar e era nesse período de

instrução e de interrogatório que, sem qualquer fiscalização judicial, torturava sistematicamente os presos, nos chamados interrogatórios “contínuos”, eufemismo para os espancamentos e métodos “científicos” da privação do movimento, ou “estátua”, do sono, ou tortura do “sono”, e de contactos, ou isolamento celular. -----

-----Nas colónias africanas em guerra já, o tipo brutal de tortura da PIDE/DGS resultava frequentemente na morte do detido.-----

-----Mas nem só os adversários políticos eram sujeitos a estes tratamentos. Que o digam os emigrantes que tentavam fugir “a salto” da fome e da miséria para os bidonvilles dos arredores de Paris como o Champigny e tinham a fatalidade de ser apanhados nas teias dos passadores de fronteira. Eu pessoalmente recordo muito bem, recordo ainda hoje o grito, os gritos que, no Largo da Estação da CP de Vilar Formoso, se ouviam provindos do posto da PIDE, que se situava a escassas centenas de metros de distância. Fazem parte das memórias da minha adolescência e da minha juventude.-----

-----Como pode haver, hoje, quem queira negar ou justificar estas barbaridades?-----

-----O que era a medida de segurança aplicada aos presos políticos?-----

-----A PIDE passou a ter, a partir de quarenta e sete, a capacidade para propor a aplicação de medidas de segurança, através das quais podia administrativamente fixar residência ou expulsar do país, sem processo judicial nem julgamento, “indivíduos cuja atividade” fizesse “recessar a perpetração de crimes contra a segurança do Estado”.-----

-----As medidas de segurança de um a três anos de prisão foram reguladas, em mil novecentos e quarenta e nove, mil novecentos e cinquenta e quatro e em mil novecentos e cinquenta e seis, “por período indeterminado de seis meses a três anos, prorrogável por períodos sucessivos de três anos, desde que continuem a revelar-se perigosos”.-----

-----A partir de então, as medidas de segurança tornaram-se aplicáveis mesmo contra réus absolvidos em tribunal e prolongavam sempre o tempo de detenção dos condenados a prisão maior.



U

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Após a substituição de Salazar por Marcello Caetano na presidência do Conselho de Ministros, a PIDE passou a designar-se Direção-Geral de Segurança (DGS). Em mil novecentos e setenta e dois, o prazo da prisão preventiva passou a ser limitado a três meses e as medidas de segurança para os “delinquentes políticos” foram extintas, mas apenas na chamada “metrópole”, o que limitou o número de presos. Algo que não desapareceu foi o impedimento de assistência dos advogados nos interrogatórios dessa polícia, cujos métodos de tortura endureceram ainda mais, à medida que a DGS tinha dificuldade em responder a todas as novas frentes de oposição ao regime e recorreu a uma repressão e violência redobradas. -----

----- Quantos presos políticos houve em Portugal durante a ditadura? -----

----- A Comissão do Livro Negro do Regime Fascista (CLNRF), criada após Vinte e Cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, contabilizou quase dezasseis mil oitocentos e noventa e um presos às mãos da PVDE entre os anos de trinta e três e quarenta e cinco, registando-se períodos com mais detidos, como aconteceu entre trinta e seis e trinta e nove, em que os presos políticos chegaram aos nove mil quinhentos e setenta e cinco. -----

----- Através de uma análise do Cadastro de Presos da PIDE/DGS, realizada pela Professora Irene Pimentel, é possível contabilizar, entre a criação da PIDE, em outubro de quarenta e cinco, e Vinte e Cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, doze mil trezentos e oitenta e cinco presos políticos, incluindo estrangeiros e engajadores. Note-se que muitos presos foram detidos mais do que uma vez e que os doze mil trezentos e oitenta e cinco presos sofreram um total de dezanove mil setecentas e oito detenções. -----

----- Nos anos do marcelismo houve um nítido abrandamento da repressão policial, com mil oitocentas e noventa e uma prisões, ou seja, uma média anual de duzentas e setenta detenções, mas refira-se que, em mil novecentos e setenta e três, houve quinhentas e sessenta e uma detenções.

----- A partir da meia-noite de vinte e seis para vinte e sete de Abril, foram libertados cento e vinte e oito opositores das prisões de Caxias e Peniche. Em mil novecentos e setenta e quatro,

foram inventariados quatro mil duzentos e quarenta e nove presos políticos nas colónias, dos quais dois mil e duzentos em Moçambique, mil novecentos e vinte e um em Angola, a que se juntavam os cinquenta angolanos presos no Campo do Chão Bom do Tarrafal, em Cabo Verde, sessenta e dois guineenses na ilha das Galinhas e vinte e seis cabo-verdianos (catorze no Tarrafal e doze em Angola). --- -----

-----A perseguição política a quem pensava diferente e defendia a liberdade durante o Estado Novo não foi um acidente revolucionário. Era a essência de um regime mesquinho e opressor que hoje alguns pretendem reabilitar, utilizando a História como arma de arremesso político, negando factos ocorridos, inventando novos acontecimentos ou criando narrativas em tudo contrastantes com a realidade. -----

-----Por isso, é fundamental manter viva a memória, porque um povo sem memória é um povo que já morreu e não deu conta disso.-----

-----Por isso é fundamental lembrar que, se hoje aqui nos reunimos em total liberdade, o devemos aos que tudo arriscaram na noite de vinte e quatro para Vinte e Cinco de Abril de setenta e quatro. A todos eles, a todos eles, a todos sem exceção.-----

-----Porque, como muito acertadamente se tem dito, o Vinte e Cinco de Abril não tem donos. É um facto. -----

-----Mas, por uma questão de honestidade intelectual, não podemos esquecer que tem autores: os militares do Movimento das Forças Armadas. Todos eles. -----

-----E é por isso, meus senhores, senhoras e senhores deputados é para eles que hoje vai a minha homenagem. -----

-----Vivam os Militares de Abril.-----

-----Viva a liberdade! -----

-----Viva Portugal!-----

-----Disse.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado Tomás Barra (INOV25).” -----

----- O **Senhor Deputado Tomás Barra (INOV25)** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, eu retiro a minha declaração para a próxima semana, por falta de tempo da minha bancada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. Senhora Deputada Paula Neto (INOV25), também tem pouco tempo.” -----

3.12. A Senhora Deputada Paula Neto (INOV25) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. Procurarei respeitar o tempo. -----

----- O Oeiras Education Forum teve a sua segunda edição nos dias oito e nove de abril. O auditório do Taguspark recebeu a conferência Oeiras Education Forum, uma iniciativa do Município de Oeiras em parceria com a CNN Portugal. -----

----- O evento reuniu investigadores e expertises nacionais e internacionais... Senhora Presidente há muito barulho na sala.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “... é melhor falar porque o tempo também está a decorrer.”-----

----- A **Senhora Deputada Paula Neto (INOV25)** prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “Pois, é parar o tempo. O evento reuniu investigadores e expertises nacionais e internacionais sob o mote Educação, Transformação Social e Desenvolvimento Económico. Ao longo do evento discutiu-se um dos temas mais prementes do país, a educação, o seu presente e o seu futuro. -----

----- O sucesso do Oeiras Education Forum deve-se à circunstância de haver, de facto, uma preocupação coletiva sobre este tema. E, em bom rigor, quem lá esteve sabe bem que esta preocupação não é uma preocupação só a nível nacional, mas é também uma preocupação

internacional. -----

-----Ao longo de dois dias, Oeiras afirmou-se como um ponto de encontro, um ponto de partilha de experiências locais, nacionais e internacionais.-----

-----Importa sublinhar que Oeiras debate estes temas há muito tempo, tendo-os assumido como uma prioridade estratégica. Oeiras tem a ambição de formar os melhores alunos do país e afirma-se como uma cidade educadora, investindo na educação musical, artística e científica, na formação de professores e técnicos educativos, no desporto escolar, etc. Portanto, não é de estranhar que um fórum desta natureza seja feito aqui em Oeiras. -----

-----Só para dizer que Oeiras investe em bolsas de mérito, bolsas de estudantes para os PALOP, bolsas para professores em Oeiras e bolsas de investigação científica. E entre dois mil e dezoito e dois mil e vinte e cinco, foram investidos cerca de sete milhões de euros em bolsas de mérito. Investe no conforto e na estabilidade dos professores.-----

-----E só para resumir, gostava de deixar aqui alguns dados: -----

-----Em dois mil e vinte e cinco, Oeiras investiu dois milhões e trezentos mil euros em bolsas de estudo; nove mil e quinhentos euros em bolsas para professores; cinco milhões e setecentos mil euros no funcionamento das escolas; duzentos e seis mil euros nos centros de estudo; cinco milhões em atividades de enriquecimento curricular; três milhões e meio em requalificação das escolas.-----

-----Se hoje Oeiras é o Concelho com o maior número de licenciados e doutorados do país, com estes investimentos, com estas estratégias, com esta prioridade da agenda política, é fácil prever que Oeiras nas próximas gerações, continuará a marcar a agenda no que respeita à inovação, à visão e ao empoderamento democrático do país. -----

-----Disse, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhor Deputado Alexis Gonçalves (INOV25),



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

já só tem trinta e oito segundos. Não sei se... se for trinta e oito segundos, muito bem; senão...”-

3.13. O Senhor Deputado Alexis Gonçalves (INOV25) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, eu vou passar os cumprimentos todos, mas há aqui uma pessoa que queria cumprimentar especialmente, que é a Senhora Dona Eugénia Martins que é esposa do Senhor Salvador Martins, que está aqui presente a nos ouvir.-----

----- E muito rapidamente, queria repor a verdade dos factos. -----

----- Quando nós falamos do Vinte e Cinco de Abril e das pessoas que compuseram o Vinte e Cinco de Abril, nós temos de ter memória histórica. -----

----- E eu queria falar de um assunto relativo ao Senhor Salvador Martins e repor factos que foram um pouco deturpados no passado dia Vinte e Cinco de Abril. -----

----- No dia Vinte e Cinco de Abril, foi dada a paternidade de um determinado projeto... Posso? Foi dada a paternidade de um determinado projeto relativamente à construção... Posso Senhora Presidente? Relativamente à construção...”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----**

----- “Senhor Deputado, peço desculpa, terminou o seu tempo e, misto, eu tenho de ser rigorosa. Terminou, terminou. Não posso conceder-lhe mais tempo do que aquele que é permitido. Está esgotado o tempo. Peço desculpa.”-----

----- **O Senhor Deputado Alexis Gonçalves (INOV25) concluiu a sua intervenção:-----**

----- “Então, farei essa intervenção na próxima Sessão.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----**

----- “Muito bem. Tenho agora inscrita a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO). Faz favor.”-----

3.14. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) interveio e disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes e quem assiste à distância. -----

-----Eu gostaria de começar por pedir alguns esclarecimentos à Câmara Municipal. Só vejo cinquenta segundos no tempo para responder, lamentavelmente. Mas vou colocar as questões na mesma e, portanto, se não for possível responder, agradeço que a resposta seja reencaminhada por email com a brevidade possível.-----

-----A primeira situação diz respeito à Estrada do Cacém, que une Barcarena a Caxias, passando na zona de Laveiras, que está cortada desde o início de fevereiro, após o comboio de tempestades, que impede que o autocarro mil quinhentos e vinte e cinco faça a sua rota normal por esta estrada, uma vez que abriu uma brecha no alcatrão e, salvo erro, também caíram fios de eletricidade. E, portanto, este autocarro mil quinhentos e vinte e cinco faz a ligação de Caxias pelo estabelecimento prisional para Monte Abraão Estação e efetua agora um desvio por Queijas pela Estrada Militar até ao cemitério de Barcarena, retomando depois o percurso da Igreja de Barcarena. E, portanto, já passaram mais de dois meses e questiono qual é que é a resolução para esta situação, porque as pessoas de Laveiras estão sem forma de usar o transporte público e têm de se deslocar mais do um quilómetro até ao Bairro de Sá Carneiro para apanhar o autocarro.-----

-----A segunda situação também diz respeito a um corte de via, desta vez na Avenida Salvador Allende, em Caxias, que fica logo a seguir aos semáforos daquela curva em L, da Avenida Sete de Junho de mil setecentos e cinquenta e nove, que desde também o comboio de tempestades fez com que o muro de uma casa privada esteja a cair para a via pública, com risco iminente, e foram colocadas umas grades que uns dias estão no local, outros dias não estão e, por isso, é conforme a vontade do freguês. É grave ainda porque estas grades não impedem a passagem de peões no local. Estamos nisto há mais de dois meses, e há quem passe em contramão, há quem retire as grades, porque a alternativa é fazer mais de um quilómetro por dentro do Alto do Lagoal para sair cem metros à frente. Como é que dois meses depois a Câmara ainda não resolveu a situação junto do proprietário e repôs a normalidade, sabendo o impacto que isto tem e de quem usa aquela via diariamente.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- E Senhor Vice-Presidente, escusa de se estar a rir, que eu sei que estas coisas são coisas que demoram, mas não têm piada porque implicam com a vida diariamente de centenas de pessoas. E a segunda questão, Senhor Presidente, se esta situação se desenvolvesse na Marginal, acredito que estaria resolvida no dia a seguir.-----

----- Terceira questão. Também referir novamente uma situação que já aqui abordei, a insegurança do acesso à estação de comboios da Cruz Quebrada. Este problema foi identificado e descrito há meses (também foi trazido por nós aqui à Assembleia) e foram relatadas tentativas de assalto e, sobretudo, falta de iluminação adequada. Nada de estrutural foi, entretanto, resolvido e, no passado dia dezanove de abril, tivemos aquilo que se temia: um trabalhador da CP foi violentamente agredido a caminho do seu turno em pleno acesso à estação, às seis e um quarto da manhã. Hoje sabemos que persistem zonas sem iluminação adequada, os acessos continuam inseguros e, especialmente, em horários críticos. Existem edifícios devolutos que funcionam como focos de insalubridade e insegurança, e continua a não existir uma alternativa de transporte que evite estes percursos pedonais que são de risco. É urgente uma resposta concreta, melhorar a iluminação e garantir a vigilância, criar alternativas de transporte e intervir nos espaços abandonados que alimentam esta situação. Perante a questão, é simples, o que foi feito não é suficiente, o que falta fazer é urgente e, por isso, pergunto: que medidas concretas, com que calendário vão ser implementadas para garantir a segurança naquela acesso? E quando é que os munícipes podem esperar sentir esta diferença no terreno?-----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), faz favor.”-----

3.15. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.”-----

-----Gostaria de questionar relativamente à fiscalização e utilização de lugares de estacionamento reservado a pessoas com mobilidade reduzida no Concelho de Oeiras.-----

-----Gostaria de saber se existe, atualmente, algum mecanismo de revisão periódica destes lugares. -----

-----Como é que é garantida a fiscalização da correta utilização, nomeadamente da obrigatoriedade de exibição visível do dístico? -----

-----Temos recebido relatos de munícipes sobre utilização irregular destes espaços, quer pela ausência de dístico visível, quer pela ocupação indevida por veículos não autorizados. Importa recordar que estes lugares existem para responder a necessidades reais de acessibilidade e autonomia de cidadãos com mobilidade condicionada. -----

-----Gostaríamos também de solicitar um ponto de situação relativamente às várias propostas relativas a bem-estar animal que têm vindo a ser discutidas nesta Assembleia. Concretamente, que medidas já foram implementadas? Quais se encontram em execução? E quais têm previsão de avanço nos próximos tempos? -----

-----Relativamente ao regulamento das cuidadoras de colónias de gatos, após a recomendação apresentada pelo PAN e da posterior fase pública de recolha de contributos, já passou praticamente um ano sem que tenha sido conhecido qualquer desenvolvimento concreto.

-----Assim, questionamos em que fase se encontra atualmente o regulamento e quais foram, de uma forma geral, os principais contributos recolhidos nesse processo participativo? -----

-----Obrigada.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente da União de Freguesias Madalena Castro, faz favor.”-----

3.16. A Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U. F. de Oeiras, São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----



01

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Só para dar duas informações rápidas.-----

----- A primeira tem a ver com uma das questões que a Deputada Mónica Albuquerque (CEO) colocou, de uma derrocada de um muro de uma propriedade privada, em Caxias, que está a ser acompanhada tecnicamente pela Câmara. A Câmara já fez notificações, e obviamente que, de acordo com a lei, a Câmara tem de fazer uma primeira, uma segunda notificação, e só depois pode atuar, depois de passados todos os prazos. De todo o modo, quero referir que passo lá quase todos os dias e que a circulação de veículos se faz normalmente, embora haja uma situação, ou uma sensação de insegurança bastante grande, quando se passa por ali. -----

----- Por fim, quero dar uma nota de felicitações ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo, que é também Presidente dos Leões de Porto Salvo, pela organização do “Oeiras Brinca”, que teve lugar no pavilhão dos Leões de Porto Salvo este fim de semana, que de facto foi fantástico, teve imensas famílias, muitas, muitas crianças, e que soube hoje que contou com a presença de cerca de quinze mil visitantes. -----

----- Muito obrigada. São estas iniciativas que fazem a diferença em Oeiras.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. A Câmara para responder tem... Sim, sim, faz favor, faz favor.” ----

3.17. O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, na intervenção da Senhora Deputada Paulo Neto (INOV25), ela referiu que há um investimento municipal de cinco vírgula cinco milhões em AEC, Atividades de Enriquecimento Curricular no Concelho de Oeiras. Eu solicitava o esclarecimento ao Executivo de quanto deste valor é que é, de facto, transferido pelo Ministério da Educação em despesas correntes para o Município.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. Mais alguém pediu a palavra? Faz favor, Senhor Deputado da CDU.”

3.18. O Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Obrigado, Senhora Presidente. -----

-----O que trazemos aqui, já perguntámos mais do que uma vez, é a situação dos elevadores nas estações de Paço de Arcos e de Caxias, que não funcionam há cerca de dois anos, o que tem criado grandes dificuldades na mobilidade de muita gente e até com carrinhos de bebés. Sabemos que não é da competência da Câmara, mas é preciso, da parte da Câmara, fazer pressão junto das respetivas instituições que têm essa responsabilidade. -----

-----A outra questão é no Bairro da Nova Morada, em Paço de Arcos, na Avenida dos Fundadores, que tem dois sentidos, na qual têm criado alguns estragos nas viaturas quando passam camionetas ou autocarros. Já em tempos a Câmara informou que ia fazer um estudo. Até hoje nada. Mantém-se tudo na mesma. -----

-----Obrigado, Senhora Presidente.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU). A Câmara tem cinquenta segundos. Penso que não consegue responder às perguntas todas que foram feitas e, portanto, esgotando esse prazo, terminamos aqui esta parte.” -----

3.19. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, muito rapidamente, a generalidade das perguntas são respondidas por escrito. Não quero deixar de dizer uma nota muito importante do investimento importantíssimo que o Município de Oeiras tem realizado na educação. É provavelmente o Município do país que per capita mais investe, que mais bolsas de estudo atribui. E dizer o seguinte, porque já que estamos a falar da educação e já que houve quem quisesse falar sobre isso, dizer-lhe que nós estamos no meio de um processo de descentralização no qual os municípios foram objeto de uma fraude política, porque as escolas foram transferidas para a esfera municipal sem o devido envelope financeiro. Portanto, querer discutir investimento na educação com o Município de Oeiras, quando nós nos estamos a confrontar com obras que não têm os recursos financeiros para ser realizadas, é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

no mínimo estranho. Dizer que continuaremos, no entanto, a apoiar os alunos do Concelho de Oeiras, garantindo o seu futuro e garantindo que continuamos a ser o Município que mais investe no futuro dos jovens do Concelho. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- Obrigada, Senhor Vice-Presidente. A Câmara não vai poder responder a mais... Não sei se querem...”-----

3.20. O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Na última Sessão fui eu que não pude responder e, portanto, isto faz parte do circuito.

----- Sim, nós sabemos que há grande investimento na educação no Concelho de Oeiras, não estamos... Associar à pergunta que fiz sobre as AEC e quanto é que montante de transferências correntes. Se pergunta ao Senhor Presidente se ele tem nota de quanto é que incorporou no Orçamento de dois mil e vinte e cinco em ativos de valores transferidos pelo Ministério da Educação, em valores de património que foi transferido líquido. -----

----- Mas também aproveito para... se foi alvo de fraude, devia ter feito melhor o seu trabalho.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhora Deputada, ainda tem tempo para intervir. Tem seis segundos, Senhora Deputada. Faz favor.”-----

3.21. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, é para efeitos de um requerimento. Aliás dois e, portanto, tenho o tempo próprio de fazer, sobre um requerimento.-----

----- E já que as respostas não foram dadas em relação às questões que coloquei, também pretendo que as mesmas sejam convertidas em requerimentos para serem respondidas. -----

----- Além das questões que coloquei, a Senhora Presidente da Junta indicou que haveria

notificações ao proprietário e, portanto, queria requerer formalmente as notificações que foram enviadas para o proprietário. Estou certa de que os prazos já terão sido ultrapassados, sou uma pessoa atenta a todos os editais da Câmara Municipal, não me apercebi de nenhuma notificação para este proprietário e, portanto, gostava de ter acesso a essas notificações. -----

-----O primeiro requerimento está feito.-----

-----O segundo, relativamente à Ribeira de Algés, foi entregue ao Ministério do Ambiente um estudo no início do ano, mas importa saber que avanços houve deste então. E, por isso, após os episódios do último inverno e intervenções noutras zonas do país, questionamos se Oeiras voltou a ser adiada, porque o que está em causa é a saúde das populações. Questiono três questões para serem respondidas por requerimento:-----

-----Qual é o ponto de situação dos contratos com o ministério e as obras previstas. -----

-----Existem garantias de que o investimento se mantém? -----

-----Terceiro. E quanto às vistorias do troço encanado, das recomendações do LNEC, estão a ser cumpridas? Se sim, faço um requerimento para obter as respostas a estas questões e as cópias dos relatórios do LNEC. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. Bom, penso que poderemos passar ao Período da Ordem do Dia.” -----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

4.1. Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras acerca da Atividade do Município, nos termos da alínea c), do n.º 2, do Artigo 25.º, da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro (os documentos relativos a esta Informação Escrita ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Alguém pretende usar da palavra? Sim, se querem, faz favor, Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO).” -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) interveio e disse o seguinte: ---

----- “Muito obrigada. -----

----- Então em relação à Informação do Presidente, eu agradeço o envio do documento e também agradeço aos serviços da Câmara que o produziram. -----

----- Também lamento que o Senhor Presidente da Câmara, mais uma vez, não esteja presente nesta discussão, para poder defender o relatório que supostamente também ajuda a produzir. -- -----

----- Começo pelos anexos que deveriam constar e não constam. É na Informação da reunião ordinária de abril que devia ser remetido o Relatório Anual de Atendimento e não consta, bem como o Relatório de Avaliação de Satisfação dos Serviços de Atendimento, pelo que o requeremos também desde já, porque também não consta. -----

----- Relativamente ao conteúdo do documento, a Informação Escrita apresentada é extensa e detalhada, mas levanta também um conjunto de questões que importa esclarecer, sobretudo quando olhamos para a relação entre aquilo que é apresentado e aquilo que é efetivamente... está a acontecer no terreno. Interessa questionar então resultados, prioridades e capacidade de execução. - -----

----- Começo por saudar o Gabinete de Apoio à Presidência, que me parece que finalmente elabora um relatório da sua atividade e não apenas um relatório das presenças do Senhor Presidente em eventos. E, portanto, finalmente conseguimos ver mais do trabalho deste gabinete. -----

----- Em relação à página cinquenta e seis da Execução Orçamental, temos no plano financeiro, importa destacar que, à data de trinta e um de março, a execução da despesa se situa nos catorze ponto cinco por cento do orçamento. Este valor, por si só, poderia ser enquadrado como normal no início do ano, mas deixa de o ser quando conjugado com os vários sinais presentes

no relatório: em que se revelam atrasos nos projetos, obras ainda em fase preparatória e até riscos assumidos no próprio relatório da não execução de investimentos. E, portanto, perguntamos como se explica este desfasamento entre o planeamento e a execução, e que medidas concretas estão a ser tomadas para garantir que o orçamento é de facto executado e se traduz num investimento no território e tentando não falhar os prazos que alguns são apertados, como sabemos. -----

-----Depois, a terceira questão: a habitação, os números versus o ritmo real, na página cento e cinquenta e quatro e cento e cinquenta e cinco. Eu não me vou prolongar, mas existem catorze programas de habitação, dos quais quatro estão concluídos. E isto levanta a questão essencial: qual é que é o ritmo real da entrega de habitações no Concelho? Porque entre aquilo que está previsto, o que está em obra e aquilo que efetivamente está entregue, existe uma diferença significativa que importa clarificar, se será atempadamente resolvido com o financiamento. -----

-----Depois, em relação à comunicação, na página sessenta e oito, mais a tabela de contratos, que também agradecemos o envio, verificamos um investimento de cerca de um ponto quatro milhões de euros em serviços de organização de eventos e cerimónias protocolares, enquanto persistem atrasos em áreas estruturais como habitação, escolas, projetos estruturais e valorização do património existente. -----

-----Portanto, contratos de novecentos e oitenta e quatro mil para serviços de organização de eventos sociais e cerimónias protocolares, mais quatrocentos e noventa e dois mil no mesmo tipo de serviços, num lote adicional. Não se percebe como é que estas coisas continuam a ser um gasto de dinheiro desta ordem e também, já agora, continuam sem estar os documentos de Caderno de Encargos e outras coisas acessíveis online, para que as coisas possam ser transparentes. -----

-----Depois, em relação aos projetos de Porto Salvo, na página sessenta e sete, os projetos em curso apresentam uma baixa dinâmica e um elevado grau de complexidade, é o que diz o relatório, o que evidencia que não estamos perante atrasos pontuais, mas perante bloqueios estruturais que têm impedido o avanço efetivo das intervenções previstas. Isto é particularmente



07

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

relevante numa zona que é frequentemente apontada pelo Município como uma zona estratégica para o Concelho, até porque está lá também o Taguspark, mas continua a verificar-se um desfaseamento entre aquilo que é anunciado e aquilo que é efetivamente concretizado no terreno. -

----- “Que medidas concretas está o Executivo a implementar...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, está a aproximar-se do fim da sua intervenção.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** perguntou o seguinte:-----

----- “Estou mesmo a terminar, Senhora Presidente. Que medidas concretas está o Executivo a implementar para ultrapassar estes bloqueios em Porto Salvo e qual é o calendário previsto para a concretização dos projetos identificados?-----

----- Finalmente, o que se passa com os regulamentos administrativos...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, já vai em onze segundos, tenho de a interromper.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** disse o seguinte:-----

----- “São duas frases, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Tenho de a interromper, Senhora Deputada.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

----- “Finalmente, o que se passa com os regulamentos administrativos que aguardam a elaboração dos serviços há anos?”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, desculpe, tenho de a interromper porque o tempo é igual...”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“Requer-se o ponto de situação de cada um dos ...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhora Deputada, eu vou silenciá-la.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** disse o seguinte:-----

-----“Já terminei, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Pronto. Muito bem. Mais alguém quer intervir nesta... Senhora Deputada, faz favor. Iniciativa Liberal. E o Senhor Deputado Francisco (CH)... primeiro a Senhora Deputada... Francisco O’Neill (CH).”-----

-----A **Senhora Deputada Marina Pereira (IL)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, e estimado público aqui presente ou a assistir de forma remota,-----

-----Relativamente ao documento da Informação do Senhor Presidente à Assembleia Municipal, começamos por saudar a inclusão de informação relativa aos pedidos de reunião ou audiência recebidos pelo Gabinete de Apoio à Presidência,-----

-----Lamentamos que não seja, no entanto, incluída ou explicitada informação de quantos desses pedidos de munícipes foram efetivamente satisfeitos ou concretizados.-----

-----Quanto à informação sobre processos judiciais que envolvem a Câmara, mantém-se a ausência de informação sobre qual o objeto das dezoito ações judiciais iniciadas no período, contrariando o dever de informação sobre esse aspeto que está previsto no regulamento.-----

-----Mais adiante é referida a atividade do Gabinete de Apoio ao Imigrante, sem que, no entanto, se quantifique a quantidade, tipologia e sucesso dos contactos recebidos.-----

-----Já relativamente à atividade da Divisão Administrativa e de Contraordenações da Polícia Municipal, é incluída a informação sobre o número de processos iniciados e concluídos,



01

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mas nada é indicado sobre o número de processos em aberto e sobre a duração que os mesmos têm. Qual a pendência?-----

----- A informação prestada sobre as ocorrências reportadas pelo “Meu Bairro” sofreu alterações neste novo documento, mas verificamos que, de acordo com a mesma, a velocidade de entrada de ocorrências continua a ser significativamente superior à de conclusão, o que nos permite inferir que o bolo se vai avolumando por cada mês que passa. -----

----- Todas estas situações traduzem uma dificuldade, ou mesmo incapacidade, dos munícipes em verem resolvidos os problemas que sentem na sua relação diária com o Município.

----- Não há soluções em tempo útil das queixas ou dificuldades dos munícipes, que se vai agravando à medida que o tempo passa e, na ausência de uma figura independente, como seria o Provedor do Município proposto pela Iniciativa Liberal e rejeitada pelo INOV, faz os munícipes sentirem-se abandonados e sem respostas por parte do Município. Essa insatisfação faz...” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “... silêncio que está uma Senhora Deputada a usar da palavra.” -----

----- **A Senhora Deputada Marina Pereira (IL)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Esta insatisfação que os munícipes vão sentir de forma crescente, vai, de certa forma, descredenciando os mesmos no que são os funcionamentos da nossa Democracia. Portanto, deveria haver uma preocupação do Executivo da Câmara em criar canais de comunicação dos munícipes para que eles realmente possam saber em que ponto estão as coisas e o que é que se passa com as suas reclamações, e não apenas cair em saco fundo.-----

----- Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Deputada.-----

----- **Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH)**, faz favor.” -----

-----O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) interveio e disse o seguinte

-----“Senhora Presidente. -----

-----Relativamente à Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, logicamente havia muito a dizer, mas perante cinco minutos, vou fazer aqui um *sumário cognitio* daquilo que, para mim, é mais importante. -----

-----Relativamente, em termos litigiosos, constatamos o registo de novas dezoito ações judiciais num trimestre, que evidenciam um saldo líquido do aumento relativamente à pendência judicial e que sugere, portanto, uma pressão contínua sobre os serviços jurídicos do Município, que não podemos deixar de mencionar. Como também a natureza de novas ações, como é o caso do contencioso administrativo.-----

-----Relativamente... Temos aqui também uma situação quantitativa de sessenta e nove processos arquivados, versus duzentos e dez pendentes. O Grupo Municipal do Chega ao analisar esta situação, podemos dizer que este arquivamento pode dizer, ou que pode alegar, ou depreendermos que existe uma boa capacidade de resolução administrativa ou judicial, o que é bom, ou alternativamente, fragilidade das pretensões indemnizatórias apresentadas. Portanto, é uma questão que até poderia ser o próprio Departamento Jurídico a esclarecer. Temos também uma manutenção de duzentos e dez processos pendentes, relativamente também com um impacto orçamental no futuro caso haja indemnizações, que não sabemos.-----

-----Posso também mencionar aqui alguns aspetos críticos quanto à necessidade de prova do facto ilícito, culpa, dano ounexo de causalidade, e a importância de políticas de prevenção que também penso que deveriam ser aqui abordadas. -----

-----Quanto à fiscalização do Tribunal de Contas, o Partido Chega vê com bom agrado, muito bem, a verificação da legalidade financeira e a conformidade com a lei é sempre bem-vinda. Contudo, existe aqui uma diversidade de contratos, conforme já tinha referenciado e não só, que demonstra até que o contrato de empréstimo, por exemplo, que foi aqui também procedido, merece



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

uma especial atenção. Claro que isto tudo a pagar pelo povo, o povo é que se preocupa mais do que quem pede os empréstimos. -----

----- A análise crítica quanto à dívida em geral, eu penso que o mapa da centralização de dados do Banco de Portugal clarifica, e bem, relativamente à dívida em si. Entrou mais receita, é verdade, nos cofres de Oeiras, mas também saiu mais. Porquê? Porque temos mais dívida, também temos de pagar mais empréstimo. Portanto, aquilo que eu quero dizer, o critério de exclusão pode subestimar um risco financeiro real, na medida em que as empresas municipais podem gerar passivos contingentes no futuro. -----

----- Mas a nível geral e abordando agora questões positivas. O elevado número de processos de acidente arquivado certamente foram justificados, portanto, o que é uma boa notícia. A obtenção do visto do Tribunal de Contas atesta a regularidade formal de todos os processos e a existência de valorização da dívida. Assim, sendo, ficámos esclarecidos. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado João Viegas (INOV25), faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Desde já a cumprimento a si, à Mesa, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta e a quem nos ouve. - -----

----- Esta Informação Escrita é o retrato de um concelho em movimento e, mais do que isso, é a demonstração de uma ideia política que Oeiras conhece bem. Só há desenvolvimento verdadeiro quando a capacidade financeira se transforma em vida concreta para as pessoas. Há quem olhe para estes documentos à procura de uma vírgula, de uma falha, de um atraso, de uma obra suspensa para tentar diminuir o conjunto. É legítimo fiscalizar, é até necessário, mas fiscalizar

não é reduzir uma floresta a uma folha caída. Fiscalizar é compreender a escala, a direção e a consequência da governação. E aqui a escala é clara. Oeiras paga em onze dias. Apoia estudantes com mais de mil e quinhentas bolsas. Oeiras responde à habitação. Acompanha famílias. Gere pedidos, entrevistas, fogos e candidaturas. Oeiras enfrentou tempestades, ativou a Proteção Civil, respondeu a centenas de ocorrências e ainda teve capacidade solidária para apoiar outro município, em dificuldade. Isto não é propaganda, é Administração Pública com músculo, método e sentido humano. --- -----

-----Quando se fala de Oeiras, por vezes, fala-se apenas do Concelho rico, do Concelho desenvolvido, do Concelho que aparece bem nos indicadores nacionais. Mas essa leitura é pobre. O verdadeiro valor de Oeiras não está apenas na riqueza que atrai, está na forma como transforma essa riqueza em coesão social, em educação, em habitação, em espaço público, em ciência, em cultura, em Proteção Civil e, sobretudo, em dignidade humana. E é aqui que se distingue uma governação comum de uma governação com visão. É uma visão que tem rosto, tem liderança e tem obra: chama-se Isaltino Morais. Podemos discordar de opções, podemos discutir prioridades, podemos até exigir mais e devemos fazê-lo, mas não podemos fingir que Oeiras chegou a este patamar por acaso. Não chegou. Chegou por estratégia, por continuidade, por coragem política e por uma noção rara de Poder Local: a de que governar é deixar obra feita e não apenas discurso pronunciado. -----

-----O primeiro trimestre de um ano não é uma meta final, é o arranque da maratona. Há pontos a esclarecer, há mapas a completar, há execuções a acelerar, há processos a melhorar. Mas só quem não conhece a máquina municipal pode confundir prudência, programação e contratação com ausência de ação. O que esta Informação revela é simples: Oeiras funciona. Funciona no atendimento, na resposta social, na educação, na Proteção Civil, na sustentabilidade, na inovação e nas contas. E funciona porque tem uma liderança que não se contentou em administrar o possível, quis sempre alargar o horizonte do possível, muitas vezes até ao impossível. Por isso, esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Assembleia e nesta Assembleia devemos fazer escrutínio sim, mas escrutínio sério, porque Oeiras não precisa de elogio fácil, nem de crítica pequena. Precisa de exigência à altura da sua ambição. E a sua ambição é esta: continuar a ser o Concelho onde desenvolvimento e justiça social não são adversários, mas antes duas faces da mesma política pública. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado André Cotrim (INOV25).” -----

----- O **Senhor Deputado André Cotrim (INOV25)** interveio e disse o seguinte:-----

----- “Obrigado pela concessão da palavra, Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. Cumprimento-a a si, à Mesa, aos caros Vereadores, aos colegas Deputados e ao público que nos assiste em casa. -----

----- Bem sei que estamos quase a entrar no mês de maio e o tempo começa a melhorar. Há menos chuva, o sol começa a aparecer mais vezes e as temperaturas aumentam. Assim, a lembrança do inverno rigoroso vai desvanecendo-se, apagando das nossas memórias as dificuldades pelas quais passámos nesse mesmo tempo. -----

----- Desta forma, hoje a minha intervenção vai precisamente incidir na resposta do Município de Oeiras à onda de tempestades de janeiro e fevereiro que está contemplada nesta Informação Escrita, de modo a reavivar a memória. Foi uma resposta verdadeiramente exemplar e reveladora de que prevenir e planear é igual a uma boa reação nos momentos de crise. Ao analisar estes três meses, percebemos que este cenário climatérico impôs um verdadeiro teste à capacidade de resiliência do Concelho. Foram registadas trezentas e oito ocorrências, foi ativado nove vezes o Centro de Coordenação Operacional Municipal e foram divulgados onze comunicados técnicos operacionais, que permitiram que houvesse uma melhor preparação para as ocorrências.-----

----- Desta forma, pode dizer-se que a resposta foi clara, rápida e eficaz. O Município

enfrentou tudo isso com competência, coordenação e um elevado sentido de missão. No entanto, nós não nos preocupámos só com o nosso cantinho. Ao vermos outros lugares do país a passar por dificuldades, Oeiras decidiu enviar treze viaturas e vinte e três operacionais para o Pombal, de modo a ajudar a reparar os danos causados por estes fenómenos climáticos extremos. -----

-----Em vez de perdermos tempo em considerações e comentários, oferecemos ajuda concreta, ajuda real. Foi um gesto exemplar de solidariedade intermunicipal. Numa altura em que o país estava sem rumo e a vontade de ajudar era muita, mas a coordenação dessa ajuda era escassa, Oeiras mostrou um caminho e colocou meios ao serviço dos municípios que mais precisavam. Este início atribulado do ano só nos veio mostrar que estes eventos adversos poderão ser mais frequentes e vieram para ficar. Sendo assim, urge a necessidade de um planeamento estrutural. Há que trabalhar na prevenção e na antecipação, de modo a enfrentar com mais facilidade estas crises.

-----Esta preparação tem de ir muito mais além de planos e aqui em Oeiras, sabemos perfeitamente isso. Esta preparação passa por sistemas de drenagem reforçados - olhe-se para as obras que estão a acontecer em Algés e em Tercena - passa por desenvolvimento de tecnologias que permitam uma monitorização em tempo real, passa pela formação das equipas e das pessoas, passa por um cuidado permanente do espaço público (que Oeiras tão bem o sabe fazer) e passa por informar e preparar a população para estes fenómenos. -----

-----Desta forma, é importante que esta Assembleia reconheça muito bem o trabalho da Proteção Civil, das equipas municipais, dos bombeiros, da Polícia Municipal e de todos aqueles que estiveram e que estão todos os dias no terreno a proteger as pessoas e os bens. -----

-----Concluindo, a Informação Escrita mostra bem em como o Município tem esta capacidade de resposta incrível a crises. No entanto, também nos mostra que o futuro irá exigir mais coordenação e mais resiliência. Mas penso que Oeiras estará à altura do desafio. Quando são vidas de pessoas que estão em jogo, Oeiras sabe que não há espaço para brincadeiras e enfrenta estas situações dando primazia ao profissionalismo e ao fazer bem feito. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Disse.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Senhora Deputada Paula Neto (INOV25), faz favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Paula Neto (INOV25)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Durante o primeiro trimestre de dois mil e vinte e seis, o Município desenvolveu um conjunto alargado de iniciativas na área da educação e da juventude, com resultados relevantes a nível da participação, inclusão e qualidade das respostas.-----

----- Na área da educação, o Programa Oeiras Educa + assumiu-se como um instrumento central na política educativa municipal. Durante este trimestre foram disponibilizadas trinta e seis atividades, duzentas e cinquenta e seis sessões abrangendo áreas como as artes, a ciência, a cidadania, o ambiente e o desporto. O Programa destacou-se pela promoção de uma oferta educativa muito acessível, inclusiva e diversificada, incluindo alunos com necessidades específicas e reforçando o compromisso com a equidade. O Programa Oeiras Educa + integrou e acompanhou diversas iniciativas culturais e educativas.-----

----- Só alguns exemplos muito rápidos: as histórias do Holocausto, o rato vai à escola, educar para o direito, sala aberta, espetáculos de magia, matemática, o segredo do senhor João, iniciativas eco artísticas, a apresentação da ópera a Flauta Mágica. E todas estas atividades previstas para este período foram concluídas com sucesso. Paralelamente, foi assegurado o acompanhamento da Rede Educativa do Concelho, incluindo onze agrupamentos de escolas e o apoio a trinta e nove instituições de infância da rede solidária. Este apoio incluiu não só o acompanhamento técnico, mas também a integração de crianças em creche e pré-escolar, quando já não existiam vagas na rede pública. No âmbito dos projetos educativos manteve-se o desenvolvimento das várias iniciativas estruturantes, como a Orquestra Geração que conta com

trezentos e oito alunos, o programa Teach for Portugal, o projeto MUS-E e diversas iniciativas na área da ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática. -----

-----Um destaque para atividades como a mostra de teatro escolar, programas de ensino da língua chinesa e projeto de alfabetização de alunos. Foi igualmente assegurado o acompanhamento de mil quinhentos e noventa e oito bolseiros do ensino superior, assim como a supervisão das refeições escolares com oitenta e três visitas de modo a garantir, obviamente, a qualidade do serviço. -----

-----Organizou-se uma viagem relativa ao prémio Câmara Municipal - os melhores alunos finalistas do ensino secundário, que foram a Silicon Valley, quinze alunos, quinze alunos de mérito que ganharam este prémio. Apoiou-se a organização do Parlamento Jovem e acompanharam-se nove sessões de plenários e comissões de especialidades com os jovens eleitos. Foi lançado o estudo do “pbones off” a aplicar em todos os alunos do primeiro, segundo e terceiros ciclos. Deu-se continuidade ao projeto piloto de alfabetização de adultos, realizou-se a segunda fase do programa de formação para professores na região autónoma do Príncipe que envolveu cinquenta e dois docentes e quinze supervisores. E também nesta dimensão internacional, a participação no programa Diálogos União Europeia/Angola, que incluiu uma missão técnica ao Lobito, promovendo a partilha das boas práticas na área da educação, saúde e ambiente. -----

-----Dizer ainda que, no ano letivo de dois mil e vinte e quatro/dois mil e vinte e cinco, foram atribuídas mil quatrocentas e trinta e três bolsas de estudo, um investimento municipal global de dois milhões e setenta e sete mil euros, cem por cento financiamento municipal. O Município de Oeiras tem uma intervenção no domínio educativo largamente excedente em relação ao institucionalmente, ao legalmente e ao financeiramente exigível. -----

-----Relativamente a este trimestre e na área da cultura, as bibliotecas fizeram uma aposta clara na modernização e expansão dos serviços, nomeadamente a renovação da sala de leitura da Biblioteca de Oeiras e o reforço da biblioteca itinerante, que amplia obviamente o acesso a várias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

freguesias. A componente digital ganhou peso com a plataforma BiblioLED que registou um interessante número de leitores: cento e noventa e nove leitores e mil e noventa e cinco empréstimos digitais. A atividade cultural foi igualmente intensa com trezentas e dezanove atividades realizadas. -----

----- A programação cultural incluiu ainda eventos de grande dimensão e impacto como a sétima edição da Maratona da Poesia, iniciativas ligadas ao Dia Internacional da Mulher e ao Dia da Poesia. Um destaque para o início da temporada da Orquestra de Câmara de Oeiras e a de Câmara de Cascais e Oeiras. A Mostra das Artes da Palavra, no Templo da Poesia, exibiu um singular Café dos Poetas, os duelos poéticos entre Almada Negreiros versus Mário Cesariny. O Festival Internacional de Jazz regressou e uma particular referência ao painel de azulejos da autoria da artista Graça Morais, em homenagem aos milhares de presos políticos da prisão de Caxias, de resto já hoje aqui citados. -----

----- E finalizava com a edição do “Era uma vez nos Jardins do Marquês - a Primavera”. É um evento que atrai muitos visitantes de fora do nosso Concelho, reuniu vinte e dois mil visitantes e assinalou o início da primavera, promovendo simultaneamente a sensibilidade e a sensibilização ambiental. -----

----- Uma palavra para o enoturismo. Dizer o seguinte aqui: o vinho Villa Oeiras produzido pela Câmara Municipal de Oeiras e que teve na sua premissa preservar o património vinícola e todo o edificado, um projeto de cariz público, de recuperação, preservação e revitalização do património, que tornou conseqüentemente o enoturismo uma realidade na nossa região. -----

----- Senhora Presidente, no âmbito das visitas ao Concelho, queria lançar-lhe um desafio. O desafio de convidar os deputados e as deputadas a visitar as adegas Marquês de Pombal e Casal da Manteiga, muito particularmente a pensar nos deputados que se juntaram agora a nós, para que conheçam e reconheçam este trabalho, este esforço e esta iniciativa do Município e, também, como obviamente, um gesto de acolhimento e confraternização. -----

-----Só dizer, para terminar, que o valor investido neste trimestre na requalificação e manutenção do património cultural foi de cerca de duzentos mil euros. O valor investido em atividades culturais, quatrocentos e cinquenta e dois mil euros. Subsídios a agentes culturais, setenta e dois mil euros. Enfim, um trimestre sustentado por indicadores qualitativos muito elevados, evidenciando uma política cultural estruturada com uma forte presença territorial e, naturalmente, um impacto significativo na comunidade. -----

-----Disse, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada. -----

-----Mais algum inscrito? Mais alguém quer usar da palavra? Senhor Deputado Nuno Carolo (PS), faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Nuno Carolo (PS)** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, Senhor Presidente e Executivo, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

-----O **Senhor Deputado Nuno Carolo (PS)** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, Senhor Presidente e Executivo, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

-----A análise da Informação Escrita do Senhor Presidente, analisando em particular a Direção Municipal de Obras, Gestão Ambiental e Habitação, revela uma elevada capacidade técnica, operacional e administrativa. No entanto, essa capacidade não é acompanhada por escolhas políticas claras nos domínios que hoje definem a centralidade, a credibilidade ambiental de uma governação pública moderna: energia descentralizada, gestão inteligente da água e economia circular mensurável.-----

-----Privilegia inventário, descrição de atividades e monitorização genérica, mas omite decisões estruturais sobre tecnologias maduras, custo-eficazes e amplamente utilizadas por



10

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

administrações públicas comparáveis. -----

----- Esta omissão não é neutra do ponto de vista político: traduz uma opção implícita por manter o modelo atual, mesmo quando este é reconhecidamente vulnerável aos choques climatéricos, energéticos e financeiros. -----

----- A ausência de referências claras ao autoconsumo energético, reutilização de água, telegestão hídrica e métricas robustas na gestão de resíduos fragiliza o discurso de sustentabilidade que propagandeiavam e expõe uma discrepância entre a ambição declarada e a transformação efetiva do território. -----

----- O documento evidencia um paradoxo estrutural: dispõe de dados, plataformas, sensores e capacidade de execução, mas não assume compromissos operacionais verificáveis nos domínios onde o impacto ambiental, financeiro e social seria mais imediato e mensurável. -----

----- As ausências identificadas não resultam de limitação tecnológica nem de desconhecimento técnico. -----

----- Resultam da falta de decisão política explícita, de priorização estratégica e de vontade de submeter a política ambiental a escrutínio por indicadores claros. -----

----- Enquanto o ambiente for tratado sobretudo como uma área de gestão e não um eixo de transformação estrutural, continuará a existir execução sem mudança de modelo ou de paradigma. -----

----- Senhora Presidente, -----

----- Da análise deste documento surgem algumas questões de política pública que queremos colocar: -----

----- Um. Porque não existe qualquer referência explícita à instalação de painéis fotovoltaicos para autoconsumo, em edifícios municipais, equipamentos públicos e infraestruturas operacionais, apesar da sua viabilidade técnica, retorno económico e contributo direto para a autonomia energética? -----

----- Dois. Que opção política justifica a ausência de uma estratégia municipal de

autoconsumo energético descentralizado, quando o próprio documento reconhece elevados consumos energéticos em serviços permanentes e infraestruturas públicas? -----

-----Três. Porque não é apresentada uma política integrada de rega inteligente, baseada em sensores, previsão meteorológica e automatização, num contexto de escassez hídrica estrutural amplamente reconhecida? -----

-----Quatro. Que razão explica a inexistência de referências à utilização sistémica de águas pluviais para rega de espaços verdes, limpeza urbana ou outros usos não potáveis, quando o documento descreve extensivamente infraestruturas de drenagem e recursos disponíveis? -----

-----Cinco. Porque não é assumida uma estratégia ativa de captação controlada de águas subterrâneas, como instrumento de resiliência hídrica e redução da dependência da rede pública, apesar do levantamento detalhado desses recursos constar do próprio documento? -----

-----Seis. Como se justifica a ausência de sistemas de telegestão da água em rede, aplicados de forma transversal aos jardins e espaços verdes municipais, permitindo controlo remoto, deteção de fugas e avaliação de eficiência hídrica em tempo real? -----

-----Sete. Porque continuam os espaços verdes a ser tratados como unidades isoladas, sem uma gestão integrada da água, da energia e da manutenção, quando sabemos existir capacidade tecnológica para o fazer? -----

-----Oito. Em que critérios se baseia a atual dimensão da rede de ecocentros móveis, quando esta se revela insuficiente face à dimensão territorial e populacional, sem análise de cobertura, frequência ou acessibilidade? -----

-----Nove. Porque não são apresentados indicadores claros de desempenho dos ecocentros móveis, como quantidades recolhidas, tipologia de resíduos, impacto na redução de deposição ilegal ou custo por tonelada recolhida? -----

-----E por fim, -----

-----Dez. Até que ponto estas omissões de soluções maduras e indicadores claros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

compromete a credibilidade política do discurso ambiental, transformando a sustentabilidade num enunciado programático sem correspondência operacional? -----

----- Obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Mais alguém pretende intervir? Ninguém? Senhor Deputado Tomás Barra (INOV25), faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado Tomás Barra (INOV25)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente da Câmara, Vereadores e estimado público que nos assiste nesta hora tão tardia.-----

----- Discutir a ação municipal nas áreas do desenvolvimento social, da saúde e da juventude é discutir aquilo que é o futuro da nossa comunidade. Está mais do que claro que somos um município cimeiro em estratégia e em trabalho, como podemos observar através dos sucessivos resultados ao longo dos anos. As pessoas foram, são e serão o cerne da nossa política no Inovar, e a arte de fazer bem feito é o nosso mecanismo para a construção do futuro. -----

----- Começemos assim pelo desenvolvimento social. São duzentas e dezoito novas sinalizações, seiscentas e dez famílias acompanhadas no âmbito RSI, onde foram atribuídos mais de quarenta e cinco mil euros em subsídios de carácter eventual e cento e cinquenta e um mil euros do Fundo de Emergência Social. Mantém-se o exímio acompanhamento às pessoas sem-abrigo. “Sem abrigo”, não nos estamos a referir a doentes mentais e a toxicodependentes que, obviamente, sem o mesmo acompanhamento, dada a sua condição. Até ao momento, estão inscritos mil e novecentos idosos no serviço “Oeiras está lá”, que se destina a apoiar munícipes com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, ou com deficiência e em situação de carência económica na realização de pequenas tarefas domiciliárias. Estão também inscritos duzentos e cinquenta idosos (e não só) no Serviço de Teleassistência Domiciliária, que permite assegurar uma melhor qualidade

de vida a estes munícipes, independentemente de viverem sós, ou passarem grande parte do dia ou da noite sozinhos. -----

-----É importante também falarmos no aumento de cento e cinquenta para cento e oitenta euros, no apoio às medidas de aquecimento que já conta com mil seiscentos e vinte e dois processos e que perfaz o valor total de duzentos e noventa e dois mil euros. Para pessoas com situação de deficiência, são feitos todos os dias quarenta e oito transportes e, para os migrantes, temos centros locais de apoio à integração. Na capacitação profissional foi inaugurado no passado dia vinte e cinco de fevereiro o Polo de Formação da Outurela no qual passarão a funcionar o Instituto de Emprego e Formação Profissional e a Agência de Empreendedores Sociais. Continuamos com o apoio às entidades sociais locais participando dezassete entidades na área social, num valor de duzentos e oitenta e quatro mil euros, destacando a Apoio, a Associação de Amigos de Santa Cruz, a Associação de Moradores do Bairro Vinte e Cinco de Abril, a Associação de Moradores do Bairro dos Navegadores, a Associação os Traquinas, o Núcleo de Karaté de Oeiras, o Centro de Solidariedade Social de Oeiras e São Julião, a Pombal XXI e a Santa Casa Misericórdia. -----

-----Quero destacar também o Oeiras Community Valley, onde no primeiro trimestre de dois mil e vinte e seis foi firmado um período de consolidação estratégica e foi reforçada a sua missão para potenciar o ecossistema social e empresarial no nosso Concelho. -----

-----Falamos agora também sobre saúde. Oito mil novecentos e oitenta idosos encontram-se ativos no Programa Saúde + de participação de medicamentos, para que ninguém que precise fique sem medicamentos. Minhas senhoras e meus senhores, isto é uma verdadeira vitória do Estado Social, porque os senhores deputados que aqui estão sentados, graças a Deus, não têm a noção do que é a necessidade de precisar de medicação e não a ter, como já muitas vezes vi no meu consultório. E graças a estas medidas do cartão, os nossos doentes e os nossos idosos têm este acompanhamento tão fundamental para a construção que é a nossa sociedade, e acreditamos neste Estado Social em Oeiras. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Temos também dois mil oitocentos e setenta e um munícipes registados no Programa Médica em Casa, que consiste num serviço de atendimento telefónico vinte e quatro horas por dia, onde se faz uma triagem para depois se passar a um atendimento médico, marcarem-se consultas médicas ou pedir-se mesmo uma ambulância do Instituto Nacional de Emergência Médica. -----

----- Temos também o Programa Chat que continua a crescer com novas inscrições para privilegiar a saúde mental dos nossos jovens, quer numa perspetiva da psicologia clínica, quer numa perspetiva da psicologia ocupacional. -----

----- Foram também proinovadas vinte e duas ações de rastreio às doenças sexualmente transmissíveis e, no âmbito das novas competências descentralizadas da saúde, foram efetuados cento e sessenta e dois pedidos de intervenção. -----

----- No movimento Cidade dos Afetos dois mil e vinte e seis foi promovido um baile, um workshop e, no passado dia dezasseis de abril, houve a inauguração de mais uma grinalda de corações junto ao Centro Jovem de Queluz de Baixo. Ocorreram ainda várias sessões de colheitas de sangue. Sobre a juventude, relativamente ao Projeto Tempo Jovem, ocupação de tempos livres, temos registadas cento e oitenta e cinco inscrições, onde os jovens puderam participar e continuar neste processo de ocupação dos seus tempos livres em áreas específicas dentro da nossa esfera municipal. Foram também cento e trinta jovens integrados no programa Projeto Experimenta-te, com várias áreas distintas como a dança, a fotografia, o design, jogos, cozinha, construção de guitarras, tudo isto para os nossos jovens desenvolverem outras capacidades que o nosso ensino regular não lhes consegue transmitir. -----

----- Foi também aprovado aqui nesta mesma câmara o Plano Municipal para a Juventude, que assume-se como um potencial planeador estratégico para a juventude do nosso Concelho e o Parlamento Jovem da Educação, iniciativa pioneira do Município de Oeiras, que continua com as suas sessões plenárias e, neste sentido, continuamos a dar voz aos jovens para terem uma participação ativa naquilo que são a construção das políticas de educação quer no nosso Concelho,

quer do nosso país destacando que, no dia nove de abril, três jovens deputados participaram no CNN Education Fórum num debate moderado pelo nosso Presidente da Câmara. -----

-----O Programa Mexe-te nas Férias preencheu as suas cem vagas disponíveis, portanto, temos um autêntico sucesso e, por isso, cabe à bancada municipal do INOV saudar o estratégico e exímio desenvolvimento dos trabalhos e projetos no âmbito da ação social, saúde e juventude, diferenciadores de Oeiras na Área Metropolitana de Lisboa e em Portugal.-----

-----Disse, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Mais alguém pretende intervir? Ninguém? Então dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

-----Devido ao adiantado da hora, vou tentar ser o mais breve possível. Havia um anúncio, aqui há uns anos chamado “o algodão não engana”. Então vamos lá ver. As políticas ambientais do Concelho de Oeiras, “as decisões políticas não são tomadas, não estão ajustadas”. Cem pontos possíveis na classificação para as políticas de adaptação às alterações climáticas. Não consigo entender.--- -----

-----“Oeiras não tem um sistema de rega inteligente”. Eu estava aqui a ver uma notícia, quando o sistema Neptuno, não sei... A Senhora Presidente Madalena Castro lembra-se, porque é do tempo da Senhora Presidente a implementação do Projeto Neptuno. O Projeto Neptuno de controlo de rega à distância foi implementado a partir de dois mil e cinco. É uma pena o Deputado Carolo (PS) já não estar presente, isto é o atraso geracional que o Partido Socialista tem no Município de Oeiras. É uma geração de atraso. Um projeto que vem desde dois mil e cinco. Não consigo entender. O controlo de rega à distância do Município de Oeiras foi o primeiro do país a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

construir uma rede LoRa (Long Range) - não sabem o que é, vão procurar – que é para se conseguir fazer a telemetria e o controlo à distância da Internet das coisas. O primeiro do país a implementar.

----- “Energias renováveis, não conseguimos fazer a adaptação”. O município português com mais capacidade de carregamento dos veículos em carregadores rápidos e ultrarrápidos na relação com os quilómetros de estrada do Concelho. É difícil assim. Somos o primeiro em Portugal nisso. Só. Só. Implementação dos painéis fotovoltaicos, é claro que estamos a pôr em todos os edifícios públicos. Também podiam ter visto parte do que foi feito nestes três meses, se tivessem ido ver a conclusão já neste mês da travessia em Algés, que foi posta a passagem superior há algumas semanas, mas claro está, os deputados municipais da oposição, a maior parte deles não quiseram estar presentes, naturalmente, não veem. Se calhar também não passam na Marginal, não conseguem olhar.-----

----- Depois, sobre a execução. Então, mas estamos preocupados com a execução ao fim de três meses? Estou preocupado com a execução daqui a uns meses. Nestes meses, espero que os serviços estejam a lançar os procedimentos necessários.-----

----- Em relação aos projetos em Porto Salvo que possam estar atrasados. Lembro-me daquele, do projeto que não avançou porque o IHRU (e isto é responsabilidade de ambos os Governos, dos dois últimos governos), o IHRU não decidiu a candidatura a tempo e horas e, depois, como o projeto ultrapassava o valor que estava que está autorizado no IHRU teve que ir para... Como é que se chama? O Vereador Nuno Neto não está presente... Pela entidade que tem de pôr o carimbo, qualquer coisa de “missão”, agora não me recordo o nome. A Estrutura de Missão. A Estrutura de Missão demorou nove meses para pôr o carimbo, o mesmo tempo que nós demoramos para fazer um projeto para construir dezenas, ou centenas de apartamentos, foi o tempo que a Estrutura de Missão levou para colocar o carimbo. Aos nove meses da Estrutura de Missão somaram-se os dezoito meses que tinha levado o IRU também para aprovar o projeto. Portanto, eles demoraram vinte e sete meses para aprovar o que nós fizemos, o que nós desenvolvemos em

nove meses. De facto, não é possível executar este tipo de projetos, porque depois quando chega ao Estado Central, também não tem a aprovação devida.-----

-----Também em Porto Salvo, o que está atrasado, ou pode demorar mais tempo, se os senhores deputados municipais estivessem estado presentes na inauguração do posto de enfermagem, mas não lhes diz respeito, claro está, em Porto Salvo não lhes diz respeito, mas o Senhor Presidente de Junta, aposto que estará recordado que eu expliquei o ponto em que estava o Rossio de Porto Salvo, que depende da construção primeiro da VDP. Logo que estejam disponibilizados os terrenos, é lançado o concurso para a VDP, os projetos estão concluídos, a revisão do projeto está concluída, e depois da VDP estar a ser construída é lançado o concurso para o Rossio de Porto Salvo. Porquê? Porque precisamos que a VDP esteja concluída para haver alternativa de trânsito no centro de Porto Salvo para se poder começar a construção do Rossio, dadas as alterações na circulação. Portanto, é este o ponto de situação. O resto, os senhores deputados já falaram.-----

-----Eu só queria dar um último lamiré sobre aquilo que foi dito pela Deputada da Iniciativa Liberal, da falta de comunicação. Senhora Deputada, seria verdade se o descontentamento dos munícipes de Oeiras não estivesse patente na larga maioria que deram ao Executivo Municipal, a quem governa os destinos da Câmara. Se houvesse descontentamento com a comunicação, ou pela forma como são respondidos, certamente, não tinham dado a vitória eleitoral que deram. Portanto, mas..., continue.-----

-----Presidente, é só.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada.-----

-----A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** tinha levantado a mão para...”-----

-----A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** referiu o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Só para dizer ao Senhor Vice-Presidente que os deputados não estiveram presentes no posto de enfermagem de Porto Salvo, na inauguração, porque estavam no Fórum de Educação de Oeiras. E, não, pergunte é onde é que estavam os seus, porque uma mão sobra para os que estiveram presentes do INOV no Fórum, tão importante, de Oeiras.-----

----- Obrigada.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

----- Faz favor, Senhor Vice-Presidente.”-----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, só para dizer à Senhora Deputada da Iniciativa Liberal que eu não sei se já percebeu a dimensão da atividade municipal. Cinco estavam aí, imagine onde estavam os outros.”-----

----- **Vários senhores deputados intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, eu gostava de conseguir falar sem ser bruscamente interrompido pelo desespero da Senhora Deputada. Dizer apenas que a atividade municipal de Oeiras é extraordinária, é riquíssima como está patente na Informação Escrita do Senhor Presidente. Vossa Excelência nunca a vi em nenhuma inauguração extraordinária. Zero. Zero. Depois, naturalmente que quando falam nesta Assembleia Municipal não conhecem a atividade do Município. Veja, eu acabei de falar de um deputado municipal que está vinte e um anos atrasado em relação ao controlo de rega no Concelho de Oeiras. Vinte e um anos. Eu espero que Vossa Excelência seja mais breve.

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Faz favor, Senhora Deputada. Dezasseis segundos.” -----

-----A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** observou o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhor Vice-Presidente. -----

-----Não, em inaugurações não me vai ver. Mas vê-me naquilo que é importante e o importante são fóruns e coisas do género. Isso sim, vê-me e já me viu várias vezes. Aliás, nesse Fórum que é tão importante para Oeiras, gostava também de saber onde é que esteve o Executivo, porque também foram poucos aqueles que estiveram presentes. E, já agora, também perguntar à Deputada Paula...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada, já terminou o seu tempo.” -----

-----A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** concluiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: --- -----

-----“Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Peço desculpa, o adiantado da hora, eu peço aos senhores deputados que tenham contenção. Muito obrigada, muito obrigada. Senhora Deputada, não falei consigo, eu estou a falar ali com o Senhor Deputado João Viegas (INOV25). Faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** disse o seguinte: -----

-----“É só para dar um louvor à Doutora Anabela Brito (IL). Como professora, exatamente, porque, de facto, como sabem a matemática, o zero vezes qualquer coisa é sempre zero. E faça-lhe um louvor sentido, porque a sua antecessora, líder do seu partido, sabe a quantas inaugurações e fóruns, aliás, quando questionada, respondeu-me: “você não tem nada a ver com a minha vida social”. Sabe a quantas foi? A zero. A zero durante quatro anos. -----

-----Portanto, eu louvo a Senhora Deputada, a Iniciativa Liberal está a começar a participar. Começaram pelo Fórum de Educação, é bom para a sua curva de aprendizagem. Pode ser que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

comece a ir a mais eventos.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Penso que, quanto a este ponto... A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) quer intervir. Faz favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, para requerer formalmente a resposta às dez questões colocadas pelo Partido Socialista que não tiveram objetivamente resposta clara, contundente e simples por parte do Senhor Vice-Presidente. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. Fica registado. -----

----- Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO).”-----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** interveio e disse o seguinte: ---

----- “Senhora Presidente, muito obrigada. -----

----- É exatamente para os mesmos fins do PS. Para requerer a resposta a todas as questões, nomeadamente a dos regulamentos municipais, que não concluí a minha questão.-----

----- Portanto, quero saber, em relação...”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada...” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “É um requerimento, Senhora Presidente, eu tenho um minuto para o fazer.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Senhora Deputada, então eu agradeço que...”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Faço um requerimento para a resposta por escrito da Informação do Presidente que não me foi respondido.-----

-----E também saber o ponto de situação de todos os regulamentos municipais administrativos que estão citados na página quinze do relatório. Saber o ponto de situação de cada um, uma vez que estão pendentes há anos.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. Fica consignado em Ata, portanto...” -----

-----**APRECIADA** -----

4.2. Apreciação do Relatório relativo ao Estatuto do Direito de Oposição (os documentos relativos a este Relatório ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----“Quem pretende inscrever-se para este ponto dois da nossa Ordem de Trabalhos? Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO). Mais ninguém? Agradeço que se inscrevam todos, que é para sabermos. Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN). Mais alguém? Mais alguém se quer inscrever neste ponto dois? Faz favor. Faz favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte intervenção: ----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Ao longo dos anos de mandato, o Grupo Político Evoluir Oeiras tem sido fiel ao compromisso que assumiu com os oeirenses: uma oposição ativa, exigente e responsável. Não nos limitamos a assistir - intervimos, questionamos e exigimos. Muitas vezes, aliás, pedindo informação que deveria ser disponibilizada de forma transparente, sem necessidade de requerimentos.-----



13

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Saudamos o reconhecimento da necessidade desta discussão deste ponto da Ordem do Dia após o envio de Requerimento do nosso Grupo Político o que permite hoje estarmos aqui a discutir o relatório de direito de oposição, onde verificamos o que é a oposição em Oeiras, quem a faz e como o executivo da Câmara Municipal lida com a mesma. -----

----- Este relatório mostra bem a importância do trabalho do Grupo Político Evoluir Oeiras. Foram submetidos noventa e cinco requerimentos, pela Vereadora Independente da Coligação Evoluir Oeiras, a única da oposição na Câmara no anterior mandato, e alguns dos quais nem sequer foram respondidos. Já este mandato, PS e Chega, na oposição da Câmara, apresentaram zero requerimentos no relatório que estamos aqui a analisar. -----

----- Na Assembleia Municipal, dos setenta e quatro requerimentos submetidos, cinquenta e seis são do Grupo Político Evoluir Oeiras, ou seja setenta e seis por cento num verdadeiro trabalho de fiscalização e escrutínio do trabalho do executivo. Muito longe do acompanhamento de outros grupos políticos que, no seu conjunto, apresentaram dezoito requerimentos num ano. --

----- Analisando trata-se de um relatório em que o presidente conclui que: “demonstra terem sido assegurados os direitos previstos no Estatuto do Direito de Oposição, permitindo-se aos titulares do direito de oposição o acompanhamento, a fiscalização e a crítica nas orientações políticas da Câmara Municipal.”-----

----- O Senhor Presidente conclui que o direito de oposição foi assegurado. Mas não foi.--

----- E não foi porque:-----

----- A oposição não foi ouvida na sede de elaboração do relatório e, portanto, não houve pronúncia. O relatório é, por isso, juiz em casa própria. -----

----- Persistem ainda neste relatório omissões de informação essenciais, nomeadamente a data dos pedidos, para que pudesse ser comparada com a data das respostas. -----

----- Continuam os incumprimentos sistemáticos nos prazos de consulta e de resposta.-----

----- Muitas respostas só surgem após as queixas sucessivas à Comissão de Acesso de

Documentos Administrativos. -----

-----E, mais grave, consideram-se “respondidos” requerimentos que, na prática, não o foram, recusando acesso à informação que é essencial ao exercício do mandato. Respostas que indicam “não damos acesso ao que pedem”, outras que indicam “não está justificada a necessidade de acesso à informação”, quando ser oposição seria a justificação. E não estamos a falar de documentos com dados pessoais, só para não vir já com a desculpa. -----

-----Na reunião de avaliação das Grandes Opções do Plano também foi solicitado que o documento que foi entregue pelos vários grupos políticos e com as propostas dos vários grupos políticos fossem adicionadas a este relatório do Direito de Oposição, e também não foi. -----

-----Acresce ainda uma situação particularmente grave: os requerimentos da oposição são tratados por um adjunto que é simultaneamente deputado na bancada da maioria. Uma incompatibilidade evidente por ter acesso em primeira mão ao conteúdo das questões da oposição. Perante tudo isto, a conclusão da nossa parte é clara: o Estatuto do Direito de Oposição está longe ainda de ser cumprido em Oeiras. -----

-----Deixem-me lembrar-vos também que este foi o ano, dois mil e vinte e cinco, em que a oposição foi silenciada na Assembleia de tomada de posse. A oposição é um elemento fundamental da Democracia. Não é para ser silenciada e, depois, apresentado um relatório a dizer que se cumpre o Direito de Oposição. -----

-----Enquanto não se permite...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Está a terminar o seu tempo, Senhora Deputada.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** concluiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: -----

-----“Estou a terminar, Senhora Presidente.-----

-----Enquanto não se permite o acesso a toda a documentação, não se cumpre Abril. -----



12

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Enquanto não é dado acesso à documentação básica, não se cumpre Abril. -----

----- Enquanto forem precisas queixas à CADA, não se cumpre Abril. -----

----- Enquanto as questões que aqui fazemos não forem respondidas e as situações resolvidas, não se cumpre Abril.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Agradeço que termine, Senhora Deputada, porque já ultrapassou.” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Sem direito de oposição, falha a Democracia. E falhando a Democracia, falha Abril. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), faz favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** interveio e disse o seguinte:-----

----- “Entendemos que este relatório pode e deve ser mais exigente. Mais do que uma listagem de documentos, reuniões, recomendações e comunicações, este relatório deveria permitir perceber com maior clareza como é que o Direito de Oposição foi efetivamente exercido e qual foi o seu impacto concreto na vida democrática municipal. -----

----- Seria importante, por exemplo, que no futuro o relatório incluísse uma avaliação mais qualitativa, que propostas foram acolhidas, quais foram rejeitadas, quais tiveram seguimento prático, em que matérias houve contributos da oposição incorporados e que melhorias foram introduzidas nos processos de consulta e participação.-----

----- Também seria útil distinguir melhor entre disponibilização de informação e verdadeira transparência. Ter acesso a documentos é essencial, mas a qualidade democrática mede-se também pela antecedência, clareza, completude e utilidade da informação disponibilizada. -----

-----O Direito de Oposição não deve ser visto apenas como uma obrigação legal a cumprir, mas como uma dimensão essencial da Democracia local. Uma oposição informada, ouvida e respeitada contribui para melhores decisões, mais escrutínio e maior confiança dos munícipes nas instituições. -----

-----Importa também deixar uma nota política. Este relatório mostra, de uma forma bastante clara, que a aprovação de propostas não resulta de alinhamentos circunstanciais, mas sim do seu mérito. As propostas do PAN têm sido acolhidas porque respondem a necessidades concretas, são exequíveis e são apresentadas com sentido de responsabilidade institucional. É essa forma de estar, baseada no diálogo, na coerência e na utilidade que faz a diferença e onde nos revemos.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

-----Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** fez a seguinte intervenção:-

-----“Senhora Presidente, só para que fique em Ata, ali para a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), que quantidade não é qualidade. E pela falta de qualidade dos requerimentos do Evoluir Oeiras é que “mataram” a vereadora, “mataram” deputados municipais. É que a quantidade era tão bera de requerimentos, só para encher, aquilo realmente foi uma desgraça. ----

-----Relativamente ao Chega, que é aquilo que interessa aqui falar, só neste mandato já ultrapassámos os trinta e seis requerimentos. Trinta e seis requerimentos para quem disse aqui que nós não fazíamos nenhum. Portanto, lavem os dentes para falar de nós, e leiam, e tenham qualidade nos requerimentos. É que os vossos são uma nulidade. Os vossos são uma nulidade. Mas pronto, vamos passar... Senhora Presidente, eu pedia um bocadinho de silêncio, é que assim é complicado....” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“É uma animação, esta Assembleia é uma animação. Faz favor de continuar, Senhor



U

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Deputado.” -----

----- O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Ficam picados... Ficam picados... A qualidade é péssima dos requerimentos daquela ala, pronto. Portanto, nós apresentámos isso, obtivemos apenas oito respostas aos nossos requerimentos e, os restantes, temos vários que na próxima semana se encontrarão numa situação de incumprimento por parte da resposta da Câmara Municipal, o que eu quero aqui mencionar a devida prudência, porque estamos a violar o CPA relativamente aos quinze mais quinze. Quinze dias para resposta, mais quinze dias de dilação, o que está todavia aqui a verificar-se. -----

----- Regista-se igualmente que um dos requerimentos aqui trazidos pelo Partido Chega para que fosse analisado pelo Senhor Presidente e que não consta neste relatório, nem podia constar, porque não foi remetido, carece de adequada fundamentação à luz dos princípios da transparência e da tutela do Direito de Oposição. Porque este requerimento não saiu desta Assembleia e, a nosso ver, e em termos jurídicos, tem de ser remetido ao Presidente da Câmara Municipal de Oeiras para, logicamente, tomar uma posição. Portanto, isto também devia estar aqui cabimentado, nem que fosse a Senhora Presidente a alegar, relativamente ao Doutor Isaltino Moraes, que há aqui um requerimento que não vai sair desta Assembleia, e que despacho eu e ponto final. Portanto, isto devia estar contemplado. Eu sei que é bom rir, mas, às vezes errar é humano e a Senhora Presidente também pode ter-se enganado. -----

----- No plano político-deliberativo refira-se que, não obstante, foi formalmente declarado que têm sido facultadas informações aos titulares relativamente ao Direito de Oposição, aqui representados nesta Assembleia. Isto é uma situação que o Partido Chega, logicamente, vê com alguma indignação e que evidencia uma possível desconformidade entre a prática administrativa e os deveres legais de prestação de informação. -----

----- Para finalizar, quero também só dizer aqui a seguinte situação, ali à extrema-esquerda,

em especial ao Livre e ao Bloco de Esquerda, camuflados de Evoluir Oeiras, ou de “destruir” Oeiras, que eu acho que é o melhor, é que eu tentei compreender a vossa essência neste Direito de Oposição com tantos requerimentos. E cheguei à conclusão do seguinte: na teoria da evolução do homem, desde o “ramapitecu” até ao homem de sapiens sapiens houve uma evolução, mas vocês ficaram estagnados no “homo estagnus”. Vocês estagnaram, portanto, estão ali entre o “ramapitecu” e o sapiens sapiens. São os “homo estagnus”. E, realmente, é a vossa cabecinha. Portanto, eu vou fazer aqui um encaixe, para que vocês venham fazer uma desintoxicação intelectual para o Chega, porque isso tem cura. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), tinha pedido a palavra.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** referiu o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, queria exercer a defesa da honra quando for possível.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Quer defender... Defesa da honra. A seguir já defende. -----

-----Então faz favor, Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), tinha pedido a palavra.”-----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Agradeço silêncio nesta Assembleia.” -----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** observou o seguinte:-----

-----“Tik Tok pitecus”.-----



97

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “Bom, olhem, está a descontar o tempo.”-----

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente. -----

----- Pede-se a palavra, não para avaliar a qualidade técnica do relatório aqui apresentado, mas sim, para apreciar politicamente o detalhe do cumprimento do estatuto do Direito de Oposição. Apreciamos politicamente a análise da Câmara, sem contabilizar a metro a política que o Partido Socialista faz. -----

----- Diz o relatório que o estatuto tem por finalidade assegurar o cumprimento da lei do estatuto de oposição que garante às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática (...) nos termos da Constituição da República. -----

----- Não há dúvida que se se entende por direito à informação a resposta aos requerimentos, o direito à consulta prévia, a possibilidade de os partidos serem ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade, o direito à pronúncia, à presença nas comissões, então nada há a dizer sobre este tema.-----

----- Mas a questão estará na forma ou na substância?-----

----- Ora então! Verifica-se que os documentos de celebração de contratos-programa, relatórios e contas, planos de atividades são submetidos aos órgãos. Bem como são votadas as propostas de recomendação de cada um dos partidos.-----

----- E depois?? O que é que acontece às propostas apresentadas pelos partidos da oposição? O relatório não diz. -----

----- E quanto tempo levam os relatórios e os documentos de um órgão para o outro? O relatório também não diz. -----

----- E quanto à audição dos partidos, que a lei exige em prazo razoável, pode considerar-

se razoável sermos chamados na antevéspera à discussão do plano e orçamento, sentarmo-nos à mesa com um documento de centenas de páginas entregue no momento, sem tempo para leitura, análise ou para propor a alteração de uma vírgula?-----

-----Se isso é audição, é uma audição meramente formal. E, nesse caso, mais do que cumprir o estatuto, estamos a fingir cumpri-lo. -----

-----Ainda dar nota da ausência das datas de elaboração dos requerimentos, o que impede a verificação, neste relatório, da contagem dos prazos. Senhor Vice-Presidente, foram cumpridos os prazos de resposta aos requerimentos??-----

-----E também no que toca às comissões eventuais importa dizê-lo: o direito de participação não pode existir apenas em teoria. Há comissões sem atividade conhecida, outras sem referência no relatório. É o exemplo da Comissão Permanente dos Direitos Humanos, Sociais, Cidadania e Cooperação Descentralizada e das comissões eventuais dos cinquenta anos do Vinte e Cinco de Abril ou mesmo da Comissão de Acompanhamento e Aperfeiçoamento da Implementação do Serviço de Transporte da Carris Metropolitana. Na verdade, quando se entende em sede de regimento que as comissões só podem funcionar com a presença da mesa, esta é por si só uma forma de impedir o seu funcionamento, pois a agenda acaba por não permitir a existência das reuniões! Opções obviamente políticas. -----

-----Quanto ao conhecimento das atas das reuniões de Câmara (conforme referido no relatório) à Assembleia Municipal, afirma-se que esta foi dado conhecimento a seguir à aprovação das mesmas. Se foi, não chegou aos líderes dos grupos municipais e, não chegando, o dever não está plenamente cumprido. -----

-----Em resumo: uma coisa é assegurar o cumprimento da lei na forma. Outra, bem diferente, é garantir o cumprimento na substância. -----

-----E nessa substância, o relatório reconhece o direito a falar... mas não verdadeiramente o direito a participar. E nas assembleias municipais muitas vezes nem o direito de falar é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

reconhecido, pois temos ouvido muitas vezes e diversas vezes que o essencial é o incumprimento das orientações (pretendia dizer “cumprimento”) emanadas do programa eleitoral vencedor das eleições” Cito.. -----

----- Diga-se, elevado sentido democrático! E muito respeito pelas minorias! -----

----- Já para não falar de que o pouco do que se propõe encontra, de facto, muito pouco acolhimento, É legítimo? É. É democrático? Não!-----

----- Obrigada, Senhora Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Deputada.-----

----- Faz favor. Para defesa da honra, não é, Senhora Deputada?”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte intervenção em **Defesa da Honra:**-----

----- “Exatamente, Senhora Presidente.-----

----- Fui acusada de “matar” deputados e uma vereadora. Fui acusada de ter de lavar os dentes. E de fazer requerimentos com pouca qualidade e de destruir Oeiras. Pronto. -----

----- Queria dizer que, da parte do Grupo Político Evoluir Oeiras, seja do meu grupo político, seja da minha pessoa, não “matámos” ninguém, não destruimos nada. Fazemos exatamente o contrário. E, portanto, queria defender a honra, dizer que é inadmissível este tipo de comportamentos na Assembleia Municipal de um colega Deputado e dizer, Senhor Deputado, em relação à qualidade dos nossos requerimentos, em nenhum deles o Senhor Deputado encontrará a palavra “retunda”. E olhe, vou-lhe dizer mais, Senhor Deputado, foram os nossos requerimentos que permitiram saher o risco que existe no caniço de Algés e que levou depois a ações para intervenções do risco que lá foi detetado. -----

----- Também foi pelos nossos requerimentos, Senhor Deputado, se não sabe, que foi evidente o risco da inalação de fibras de amianto, no passeio marítimo do Dafundo. E esse

requerimento, Senhor Deputado, esse requerimento foi feito em dois mil e vinte e dois e respondido em dois mil e vinte e quatro. Dois anos depois. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhora Deputada.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** observou o seguinte:-----

-----“E não preciso que o Senhor Deputado me mande lavar os dentes, que obviamente lavo muitas vezes.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada.”-----

-----Senhores deputados... Senhores deputados, vamos continuar.-----

-----Vou dar a palavra ao Senhor Vice-Presidente, para querendo usar dela. Atenção, senhores deputados... Silêncio, senhores deputados. Silêncio. Silêncio, senhores deputados. Vamos trabalhar. Vamos continuar os trabalhos.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,-----

-----Muito brevemente dizer o seguinte. Efetivamente, nós cumprimos a lei que prevê o Direito de Oposição. Cumprimos os prazos, respondemos aos requerimentos, sempre que é humanamente e profissionalmente possível aos nossos colaboradores. Não é um adjunto do Presidente que responde aos requerimentos. A função do adjunto do Presidente é exatamente verificar se os serviços estão tempestivamente a dar resposta a estes mesmos requerimentos. E também sabemos que, apesar de todo o exercício de retórica que vai sendo aqui feito, que o Município de Oeiras é, provavelmente, aquele que mais respeita esta dimensão do Direito de Oposição das câmaras que nós conhecemos. Por exemplo, ao contrário do Município de Lisboa que, num mandato anterior, para não haver depois respostas a seguir, nunca escondemos contratos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

nunca entregámos os contratos numa reunião de Executivo Municipal e recolhemos a seguir, impedindo aos vereadores de verem ou de levarem os contratos com eles. Nunca impedimos nenhum vereador de reunir com dirigentes do Município de Oeiras, apesar de haver muitos municípios vizinhos que o fazem, que o impedem. Um Presidente desse município vizinho até foi vereador aqui nos mandatos anteriores, portanto, quererem nos dar lições é lamentável.-----

----- O que é que resulta daqui? Conforme é atestado pelos nossos serviços, nós cumprimos o que a lei determina, ouvimos, entregámos. Naturalmente, estamos isentos de falhas? Ninguém está isento de falhas. Os requerimentos, por vezes, são respondidos com algum tempo de demora, porque têm de ir para os serviços, os serviços têm de dar parecer. Depois de dar parecer, dos serviços têm de ir para o serviço correspondente para elaborar o ofício para enviar para a Assembleia Municipal. Nós procuramos fazê-lo tempestivamente, agora se não vos satisfaz, senhores deputados, naturalmente que todas as questões são possíveis de ser arranjadas, para arranjar aqui algum problema ou criar alguma retórica catastrofista que em Oeiras é impossível, que não é respeitada a oposição. Hélas, não há quem faça melhor. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente.” -----

----- **APRECIADO** -----

4.3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 306/2026 – DMAG/DFP/DPOC – relativa à Prestação de Contas Individual de 2025 e Aplicação do Resultado Líquido do Exercício (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Quem pretende usar da palavra sobre este ponto da nossa Ordem de Trabalhos? Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Para dizer que a análise das contas de vinte/vinte e cinco do Município de Oeiras revela uma realidade clara. Não estamos perante um problema de falta de recursos, mas sim de coerência de gestão. É sobre essas incoerências que a Iniciativa Liberal se quer focar.-----

-----Primeira incoerência. Aumentar impostos com contas folgadas. O Município apresenta um saldo orçamental muito positivo. Não há pressão financeira relevante, nem problema estrutural de dívida. Mesmo assim, o IMI aumentou. Isso não é uma inevitabilidade, é uma escolha política. É uma escolha errada. É mais fácil aumentar impostos do que reformar a despesa.-----

-----Segunda incoerência. Receita volátil a financiar despesa rígida. O Município arrecada cerca de oitenta e seis milhões em IMT, trinta e dois milhões em IMI e vinte e cinco milhões em derrama. Depende fortemente do ciclo imobiliário e económico, mas, do outro lado, temos mais de cento e noventa milhões de euros em despesa corrente fixa, estrutural, difícil de ajustar. É um risco claro financiar despesa permanente com receita volátil.-----

-----Terceira incoerência. Muita despesa, pouca avaliação. Há cerca de noventa e sete milhões de bens e serviços, setenta e três milhões em pessoal e trinta e um milhões em transferências correntes. Mas onde está a avaliação? Que programas foram medidos? Que custos foram reduzidos? Que políticas foram revistas ou eliminadas? Há muito dinheiro a ser gasto, mas pouca prova do que está a ser bem gasto.-----

-----Quarta incoerência. Bons resultados, menos liquidez. Apesar dos resultados positivos, as disponibilidades descem de trinta vírgula nove milhões para vinte e dois vírgula nove milhões. Há resultado positivo, mas menos liquidez. Isso merece escrutínio.-----

-----Quinta coerência. Evolução patrimonial pouco clara. Os ativos fixos apresentam um crescimento muito significativo face ao ano anterior. Mas o que mudou em termos reais para justificar essa variação? Sem explicação clara, os números crescem, mas a transparência não acompanha.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Senhores deputados, o que vemos é fácil de resumir: contas positivas, baixa pressão de dívida, receita elevada, mas aumento de impostos, despesa elevada e falta de avaliação. Isto não é falta de capacidade, é uma escolha política. -----

----- Para a Iniciativa Liberal, o caminho devia ser outro. Reduzir a carga fiscal começando pelo IMI. Avaliar sistematicamente a despesa pública, eliminar o desperdício e garantir que cada euro aplicado tem retorno real para os munícipes. Os municípios devem ter contas equilibradas, mas também devem, no fundo, devolver essa margem aos cidadãos através de menos impostos, mais liberdade e maior capacidade para cada família decidir como usar o seu próprio dinheiro. ---

----- Disse.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU), faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU)** referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- O Relatório e Contas de dois mil e vinte e cinco está elaborado com detalhe, em alguns aspetos talvez excessivo, mas é de ressaltar o bom trabalho exercido pelos diversos serviços e trabalhadores que se ocuparam do mesmo. Dada a enorme dimensão do documento e a forma como está apresentado, seria bom que no mesmo constasse uma síntese em relação ao essencial, facilitando a procura do que é mais relevante. -----

----- A posição da CDU em relação ao documento em causa é a abstenção. Consideramos que o Relatório e Contas estão bem detalhados, seguramente feitos com rigor, mas reflete a apreciação de documentos anteriores, Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e vinte e cinco que, em devido tempo, tiveram o nosso voto contra nesta Assembleia Municipal, pelo que seria descabido estarmos agora a favor. -----

----- Obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----
-----“Obrigada, Senhor Deputado. -----
-----Senhor Deputado Nuno Carolo (PS), faz favor.” -----
-----O **Senhor Deputado Nuno Carolo (PS)** interveio e disse o seguinte:-----
-----“Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, -----
-----O Relatório de Prestação de Contas de dois mil e vinte e cinco é tecnicamente extenso, detalhado e visualmente convincente. Mas a política não se mede pela elegância do documento. Mede-se pela transformação concreta no território. E quando saímos do gráfico e entramos na vida real, fica uma evidência: o concelho continua a viver de planeamento, enquanto as obras estruturantes continuam adiadas. -----
-----Há indicadores, eixos, percentagens, centenas de ações. Mas a pergunta que interessa às pessoas é a mais simples: o que mudou, de forma palpável, naquilo que condiciona mais o dia-a-dia? E é aqui que este relatório, apesar do volume, revela a falha política do executivo. -----
-----Senhora Presidente: gestão não é governação. -----
-----Este relatório descreve ações e processos. Mas evita o que distingue governação de mera administração: escolhas difíceis, prioridades assumidas e consequências claras. -----
-----Não se percebe, com nitidez: -----
-----o que foi priorizado à custa de outra coisa, -----
-----o que foi adiado por decisão política, -----
-----o que falhou, e porquê.-----
-----Sem escolhas assumidas, não há política. Há apenas administração confortável. -----
-----O relatório fala muito de execução, mas fá-lo através de um modelo que dilui responsabilidades. Quando temos mais de mil ações, centenas sem indicadores relevantes e muitas classificadas como “não aplicável”, cria-se um efeito perverso: uma tarefa administrativa simples passa a pesar tanto como uma obra estruturante. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O essencial perde-se no acessório. E quando tudo conta da mesma forma, não é verdadeiramente prioritário. -----

----- Isto não é transparência. É ruído organizado.-----

----- E há ainda outra marca: a normalização do adiamento. As expressões “Em curso.” “Em preparação.” “Em desenvolvimento.” “Em articulação.” -----

----- Quando estes estados se repetem ano após ano para os mesmos projetos deixam de significar progresso. Passam a significar estagnação institucionalmente aceite. -----

----- É assim que muitos projetos não “falham” — simplesmente nunca acabam.-----

----- Vejamos um exemplo claro: a mobilidade. Este eixo continua a apresentar resultados fracos face a outros domínios. E é precisamente aqui que estão obras estruturantes como a Via Longitudinal Sul, a Via Longitudinal Norte ou a Circular de Barcarena. E não é um detalhe: algumas destas soluções estão previstas no Plano Diretor Municipal, desde 1994. -----

----- Ou seja: há munícipes que já nasceram, cresceram e hoje trabalham no concelho com estas vias sempre “em preparação”. Isto não é planeamento. É adiar o inevitável. -----

----- O relatório também mostra uma realidade financeira confortável em receitas, com crescimento fiscal, em dois mil e vinte e cinco cobraram-se mais de cento e cinquenta e oito milhões em impostos, em particular associados ao imobiliário. -----

----- Mas, ao mesmo tempo, o modelo promete muitas vezes mais investimento do que consegue sustentar, e quando a receita prevista não se materializa, a resposta repete-se: reprogramar. Reprogramar em Oeiras é o nome institucional do adiamento. -----

----- Senhora Presidente,-----

----- Esse adiamento tem causas concretas. O relatório deixa sinais de fragilidade interna: absentismo elevado, envelhecimento significativo e investimento baixo em formação. Traduzindo em linguagem simples: uma máquina municipal cansada tem dificuldade em executar projetos complexos. Depois recorre-se a soluções de curto prazo: contratação externa, avenças, mais

processos. E o ciclo repete-se: mais papel, menos obra. -----

-----Há muita informação publicada, sim. Mas pouca ajuda a responder depressa ao essencial:-----

-----O que é estrutural, o que é secundário, o que avançou, o que ficou parado. -----

-----Publicar ficheiros não é transparência. Transparência é permitir escrutínio. -----

-----E escrutínio sério, em obras estruturantes, exige três coisas simples: -----

-----Calendário público, com marcos verificáveis: projeto, procedimento, adjudicação, consignação, início e conclusão.-----

-----Responsáveis identificados, políticos e técnicos. -----

-----Mecanismo de correção para quando falha uma meta — e não apenas uma nova previsão vaga. -----

-----Sem isto, a autarquia fica presa em reprogramações e a população fica presa no trânsito, todos perdemos tempo.-----

-----Senhora Presidente, -----

-----Este relatório mostra capacidade administrativa. Mas revela uma fragilidade política séria: dificuldade em transformar prioridade em execução visível. -----

-----Enquanto as obras estruturantes existirem sobretudo em documentos, o Município continuará a governar o papel — não o território - é Pouco para Oeiras. -----

-----O que se exige é menos dispersão, mais hierarquia, datas, responsáveis e obras no terreno. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), se faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** fez a seguinte intervenção:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- O Relatório e Contas de dois mil e vinte e cinco apresenta-nos um Município que, segundo o Executivo, nestes documentos, seria apenas um caso exemplar de sucesso económico, social e financeiro. Efetivamente há muitos domínios em que o é. Mas a realidade é mais complexa, exige mais rigor e, sobretudo, mais honestidade política. -----

----- O relatório confirma uma dinâmica preocupante, vejamos. O IMT disparou setenta e dois por cento num só ano. Tornou-se a principal fonte de receita municipal ao nível fiscal e o crescimento desta receita fiscal e de receita geral e corrente da Câmara assenta, portanto, nas transações imobiliárias e na valorização dos imóveis do Concelho. Isto significa que, do lado da receita, a Câmara está cada vez mais dependente de um modelo que está assente em dinâmicas como a especulação imobiliária, o aumento dos preços da habitação, a pressão económica e no acesso à habitação sobre quem vive e trabalha em Oeiras. E o Executivo celebra isto apenas como um sucesso em toda a linha, sem reconhecer os problemas e desafios inerentes a um crescimento e uma política orçamental e económica assente neste modelo, que tem pés de barro. -----

----- Isto também tem de ser visto como um sinal de alerta. Quando a receita fiscal e a receita corrente e a receita geral do orçamento da Câmara crescem à custa da dificuldade das famílias em aceder à habitação, à custa da especulação imobiliária, há um problema político sério e estrutural. Por este lado, este Relatório e Contas insiste em rankings, em prémios e em distinções internacionais, mas não podemos tapar o sol com a peneira e ignorar os desafios e problemas que também temos no nosso Município, e que estas contas traduzem. Desafios ao nível da coesão territorial, do acesso à habitação e do combate às desigualdades. Oeiras está a tornar-se um concelho cada vez mais competitivo, mas também cada vez menos inclusivo. -----

----- Por fim, este Relatório parece aderir à narrativa do sucesso inevitável. O documento repete a ideia perigosa e habitual do INOV de que tudo o que é positivo resulta de uma gestão

estratégica exemplar, mas a realidade é outra. O crescimento e a boa situação económica e financeira da Câmara Municipal resulta também em boa parte de fatores externos, como a dinâmica no mercado imobiliário, o PRR e a dinâmica em geral da Área Metropolitana de Lisboa. -----

-----A Câmara está a beneficiar de tendências que não controla e que não podem ser simplesmente alocadas à tal gestão estratégica exemplar. E apropria-se politicamente destes resultados, destas tendências e destas dinâmicas que são exógenas, são fatores exógenos à realidade orçamental e económica da Câmara. -----

-----Este Relatório revela problemas claros do lado da receita, como já referi, e do lado da despesa ao não acautelar as ameaças e desafios resultantes de uma receita corrente que tem uma parcela conjuntural muito grande, assente num modelo de desenvolvimento baseado na valorização e, por vezes, na especulação imobiliária. -----

-----Por outro lado, do lado da despesa, pese embora as boas taxas de execução, consideramos que são taxas de execução altas e boas de políticas que são erradas e más, tanto ao nível da habitação, como do urbanismo, do ordenamento do território, da mobilidade, do combate às alterações climáticas e de tantas outras dimensões da vida do nosso Município. -----

-----Por tudo isto e por estas razões políticas, pese embora o detalhe técnico e a extensão do Relatório, muitos números e as taxas de execução muito altas, por traduzirem a execução de políticas erradas, nós não acompanharemos estas contas da Câmara. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Senhor Deputado Alexis Gonçalves (INOV25).” -----

-----O **Senhor Deputado Alexis Gonçalves (INOV25)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Obrigado, Senhora Presidente. Desculpe, estou um bocadinho com a garganta afetada, por causa do ar condicionado, mas aproveito para a cumprimentar a si, à Mesa, o Senhor



19

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Vice-Presidente, o Executivo, todos os Deputados Municipais, os serviços técnicos e o público. -

----- Bom, eu vou começar então. O resultado líquido positivo de quarenta e três milhões, mais precisamente quarenta e três milhões quatrocentos e sessenta e oito mil euros, referente à Câmara Municipal de Oeiras refere-se ao exercício de dois mil e vinte e cinco. E para uns, pode ser considerado excelente, para outros médio e para outros pode ser um alvo de contestação por esta ou aquela razão, apenas por questões políticas. -----

----- Então, para iniciar este debate, iniciar o debate deste documento, mais correto, será, em primeira instância, fazermos uma análise técnica e financeira e, posteriormente, far-se-á uma análise e o comentário político. -----

----- Neste ponto, importa notar que houve um crescimento de trinta e um vírgula nove milhões de euros no resultado líquido positivo, relativamente a dois mil e vinte e quatro. E já vamos ver porquê. Mas para fazer uma análise técnica mais correta, vamos ver o seguinte. -----

----- Para começar, gostaria de referir que em Portugal existem trezentos e oito municípios, duzentos e setenta e oito no continente, dezanove nos Açores e onze na Madeira. Destes municípios, em dois mil e vinte e cinco, cento e dezoito apresentaram resultados negativos em dois mil e vinte e cinco, muito negativo ou totalmente desastroso. Felizmente, o Município de Oeiras não se enquadra nesse registo. Dos cento e noventa municípios com resultados positivos em dois mil e vinte e cinco, apenas oito tiveram resultados líquidos acima dos quarenta milhões de euros. Quais são, e por ordem: Lisboa, Sintra, Porto, Cascais, Oeiras, Vila Nova de Gaia, Amadora e Maia. Mas se falarmos no ranking dos municípios com maior investimento em obras e serviço público, o cenário muda e o ranking passa a ser: Lisboa, Oeiras, Porto, Cascais, Sintra e Vila Nova de Gaia. --- -----

----- O que é mais impressionante em termos financeiros é que Oeiras faz com menos, ou seja, destes municípios todos, Oeiras está em quinto lugar atrás de Sintra, Vila Nova de Gaia, Lisboa e Cascais, suplantando apenas o Porto no que diz respeito à sua dimensão geográfica, com

um total de quarenta e cinco vírgula nove quilómetros quadrados. -----

-----No que diz respeito ao número da sua população, Oeiras, desta lista, ocupa o último lugar, estando Lisboa em primeiro lugar. É obra. O concelho com menos área geográfica e com menos população desta lista está em todos os indicadores económicos em segundo lugar e, em certos casos, em primeiro lugar. E estes números são baseados não naquilo que eu digo, mas nos últimos censos de dois mil e vinte e um, com atualizações feitas em dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco.-----

-----Em dois mil e vinte e cinco, a taxa de desempregados no Concelho de Oeiras teve uma redução de sete vírgula nove por cento relativamente a dois mil e vinte e quatro, com um total de três mil seiscientos e vinte e três desempregados. -----

-----Dos oito concelhos referidos anteriormente e de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, nem sequer tem a ver nada com o Município de Oeiras. Oeiras tem o valor mais baixo, seguido de Cascais, considerados com uma taxa de desemprego muito reduzida. -----

-----Já agora, para cultura geral, informo que os Concelhos de Lisboa e Maia são considerados por terem uma taxa de desemprego intermédia, enquanto os outros concelhos, Amadora, Sintra, Vila Nova de Gaia e Porto são considerados por ter uma taxa de desemprego elevada.-----

-----O ativo do Concelho de Oeiras ascende a mil e cinquenta e cinco milhões de euros, com um património líquido de novecentos e vinte e um milhões e setecentos e tal mil euros, quase novecentos e vinte e dois milhões de euros, registando um passivo dos mais baixos, em cento e trinta e três milhões de euros. -----

-----Os rendimentos de dois mil e vinte e cinco, no valor de duzentos e setenta e três milhões de euros cobrem claramente e largamente os gastos totalizados, no valor de duzentos e vinte e nove milhões de euros. É claro que o argumento do IMI em dois mil e vinte e cinco nem sequer pode ser argumento, porque o aumento do IMI nem sequer estava, digamos, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

definitivamente declarado para dois mil e vinte e cinco e terá reflexo no futuro e não agora. -----

----- O balanço financeiro de dois mil e vinte e cinco teve um crescimento de um vírgula um milhão de euros relativamente a dois mil e vinte e quatro, o que representa um aumento de dez vírgula sete por cento. -----

----- As participações financeiras cresceram quatro vírgula sete milhões de euros relativamente a dois mil e vinte e quatro, muito devido aos resultados líquidos do exercício do SIMAS. --- -----

----- Os ativos suplantam claramente o passivo, o que neste ponto, mais uma vez, apresenta o Município de Oeiras com um lugar de destaque. O seu património líquido é o quarto maior do país, estando apenas atrás de Lisboa, Porto e Sintra, e estando à frente, por exemplo, de Cascais. Teve um crescimento de cento e dez milhões de euros em relação ao ano anterior, representando uma variação positiva de treze vírgula seis por cento.-----

----- No que diz respeito ao passivo, é importante sublinhar a sua descida em oito vírgula cinco milhões de euros face ao registado em dois mil e vinte e quatro, e um passivo não corrente de cento e um milhões de euros. Teve uma diminuição de onze ponto quatro milhões de euros relativamente a dois mil vinte e quatro.-----

----- Cerca de oitenta e sete por cento de todos os recursos e património do Município estão suportados por capitais próprios, demonstrando uma altíssima independência face a entidades e credores externos. -----

----- No que diz respeito à capacidade de endividamento da Câmara Municipal de Oeiras, tanto criticada pela oposição, temos de referir que o seu limite anual de utilização do novo endividamento é de cento e vinte e sete milhões de euros, correspondente apenas a quarenta e cinco por cento da sua margem disponível, de um total de trezentos e dezoito milhões de euros. Está muito longe da capacidade do seu endividamento (baseado pela legislação, a capacidade do endividamento baseia-se na média de receitas correntes dos três últimos anos).-----

-----Nessa matéria, é importante compararmos a capacidade de endividamento de uma autarquia na mesma proporção da capacidade de endividamento de uma empresa ou de um particular. - -----

-----Se as autoridades financeiras têm confiança para emprestar dinheiro, a uma empresa ou a um particular, é um sinal positivo. Significa que existe uma confiança financeira de ambas as partes. A entidade que empresta acredita no seu parceiro comercial e no retorno financeiro. -----

-----Neste caso, o mesmo se passa com o Município de Oeiras. Consegue-se financiar pela confiança dos seus parceiros... -----

-----Eu vou aguardar um bocadinho, Senhora Presidente, porque está este ruído... -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Faz favor, faz favor.” -----

-----**O Senhor Deputado Alexis Gonçalves (INOV25)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Neste caso, o mesmo se passa com o Município de Oeiras. Consegue-se financiar pela confiança dos seus parceiros e porque existe uma grande segurança na assunção de todos os compromissos financeiros. -----

-----Aqui é importante realçar que a Câmara Municipal de Oeiras está longe do seu limite de endividamento e consegue gerar riqueza para assumir as suas obrigações. -----

-----Muitas operações financeiros e empréstimos, quer venham de instituições públicas, empresas privadas, parceiros sociais ou particulares, não são apenas por não ter cash flow financeiro, património ou rendimentos sólidos. -----

-----Muitas das vezes, são utilizados estes mecanismos financeiros para fazer uma gestão equilibrada de rendimentos com o dinheiro de outros parceiros sem se descapitalizar. -----

-----É muito importante termos o dinheiro do nosso lado para fazer face a qualquer emergência ou projetos não previstos. São operações financeiras correntes e normais entre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

empresas, parceiros e entidades. -----

----- Para além do mais, importa referir que o património do Concelho está sempre a crescer, com os seus ativos a aumentar desde a década de noventa ou seja, a Câmara de Oeiras não vende património para obter liquidez, satisfazer emergências de última hora, ou por qualquer estratégia financeira errada. -----

----- O património cresce, os seus ativos crescem, e mesmo que vendam alguma vez algum património por estratégia política ou financeira, o mesmo já pertence ao Município. -----

----- E quase sempre, essas eventuais vendas são realizadas com grandes mais-valias que virão a beneficiar as políticas do bem comum para os oeirenses. -----

----- Apresento, só para terminar, alguns dados para os mais céticos: -----

----- O saldo das operações de tesouraria de dois mil e vinte e cinco cresceu sete vírgula um por cento, com um aumento de um vírgula três milhões de euros. -----

----- E o equilíbrio financeiro foi cumprido no quadriénio de dois mil e vinte e dois a dois mil e vinte e cinco. Todas as despesas efetivas foram cobertas por todas as receitas efetivas. -----

----- Em termos políticos, aqui uma breve análise. Independentemente das críticas que a oposição possa fazer, o Município de Oeiras, para além da sua solidez financeira, continua e continuará a investir em diversos projetos em várias áreas, nomeadamente: -----

----- Projetos em escolas e centros de saúde, com renovação e melhorias dos edifícios e equipamentos necessários. -----

----- Desenvolvimento de projetos em dois mil e vinte e cinco com grande impacto de valores investidos na habitação, inovação tecnológica, coesão social, mobilidade e transição energética e neutralidade carbónica. -----

----- Todos estes projetos colocam o Município de Oeiras como líder na implementação de políticas públicas e de excelência em Portugal. -----

----- Oeiras é um dos municípios mais ricos e superavitários do país. É o segundo município

com maior concentração de grandes empresas, atrás de Lisboa. Cresceu todos os anos de forma sustentada e até aumentando o seu diferencial para os concelhos que lhe seguem. -----

-----Como prova que o Concelho de Oeiras não para, está a diversidade e a quantidade de prémios e menções recebidas durante estes últimos anos, por isso, não deixa nada ao acaso. -----

-----No que diz respeito a distinções nacionais e internacionais em dois mil e vinte e cinco, apenas vou citar algumas: -----

-----Reconhecimento da excelência da sua produção vinícola com vários prémios; -----

-----Recebeu o Galardão ECOXXI da Associação Bandeira Azul de Ambiente e Educação por ter os melhores resultados, com uma média de noventa e sete vírgula nove por cento em vinte e um indicadores; -----

-----Alcançou a pontuação máxima em seis indicadores no emprego, cooperação com a sociedade civil, certificação do sistema de gestão, alterações climáticas, saúde, bem-estar e qualidade do ar e informação ao público; -----

-----Atribuição do prémio de mérito ECO XX na Energia;-----

-----Prémio ODS Local, com o Selo de Dinâmica Municipais, desempenho e boas práticas municipais.;-----

-----Prémio Internacional Global Innovation Award pelo desenvolvimento sustentável, premiando projetos em inovação urbana e ação climática; -----

-----Prémio UBACT pelo trabalho da transição alimentar;-----

-----Recebeu vários prémios no pilar social, como o Grau Ouro das Autarquias que cuidam dos cuidadores informais; -----

-----Prémio de Excelência Autárquica dois mil e vinte e cinco em áreas da saúde, educação e desporto; -----

-----Menção honrosa no Prémio Europeu de Ciência Cidadã. -----

-----São apenas alguns dos reconhecimentos recebidos só no ano de dois mil e vinte e cinco.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Se falássemos dos prémios e distinções dos últimos quarenta anos recebidos pela Autarquia, não seria suficiente uma Sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Por fim, o parecer final do auditor externo:-----

----- Dá o seu parecer favorável para que a Assembleia Municipal aprecie e vote os documentos apresentados pela Câmara Municipal de Oeiras;-----

----- Aprecie e vote a aplicação dos resultados propostos pela Câmara Municipal de Oeiras.

----- Por todas estas razões, podemos afirmar que o Concelho de Oeiras é dos mais sólidos em Portugal em quase todas as vertentes, para não dizer em todas. -----

----- O Município de Oeiras tem solidez financeira, património, liquidez, capacidade de endividamento, autonomia, visão do futuro e capacidade para criar projetos de sustentabilidade em todas as áreas.-----

----- Como estamos felizmente num país livre e democrático, a oposição é livre de criticar e apresentar os seus argumentos políticos. Sim, porque apenas podem ser políticos, já que os números não mentem. -----

----- Na verdade, até a oposição sabe que o que estamos a dizer é verdade, todos os indicadores o demonstram. -----

----- Os membros da oposição também quase todos, ou mesmo todos gostam de viver em Oeiras. Sabem que é bom viver em Oeiras. Sabem que os seus amigos e familiares também gostam, ou gostariam de viver em Oeiras. -----

----- Temos projetos em inúmeras áreas: cultura, desporto, investimento, saúde, educação, parques tecnológicos e é uma autarquia de primeira linha. -----

----- No que me diz respeito, e para finalizar, gosto de viver em Oeiras, tenho orgulho e vaidade em ser oeirense e também na morte que espero que seja daqui a muitos anos, quero ficar em Oeiras. -----

----- Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** fez a seguinte intervenção:-

-----“Senhora Presidente, dispomos de apenas cinco minutos para outra matéria que exige o máximo de rigor e de responsabilidade. E enquanto Grupo Municipal do Chega, reforço que todas as apreciações e votações nesta Assembleia Municipal têm implicações jurídicas, financeiras e políticas que não podem ser desvalorizadas nesta votação. -----

-----Assim, o Executivo propõe a aplicação do resultado líquido de exercício, designadamente os resultados transitados no montante de quarenta e um milhões duzentos e noventa e cinco mil cento e noventa e oito euros e noventa e nove cêntimos, isto à risca, portanto, à linha. E a reserva legal no valor de dois milhões cento e setenta e três mil quatrocentos e trinta e um euros e cinquenta e três cêntimos. Tratando-se assim de uma deliberação formalmente enquadrável no Regime Financeiro das Autarquias Locais que não questionamos. -----

-----Contudo, a sua aprovação não pode ser dissociada da fiabilidade das demonstrações financeiras que lhe servem de base. Da análise técnica efetuada, emergem aqui fragilidades relevantes que comprometem essa fiabilidade. Desde logo, a rubrica de inventários, por exemplo, no valor aproximado de um vírgula seis ou sete milhões de euros, integra vinho a granel. Por exemplo, produtos acabados e matérias-primas. Não obstante, algumas melhorias recentes ao nível do controlo interno, subsistissem limitações sérias quanto à consistência da informação financeira. Em concreto, não foi possível apurar com o rigor exigível os custos de produção, envelhecimento e engarrafamento, o que afeta diretamente critérios de valorização adotados. Esta insuficiência é agravada pela inexistência de um sistema de contabilidade analítica. -----

-----Senhora Presidente, eu pedia um bocadinho de respeito pela minha intervenção aos colegas da extrema-esquerda, se fosse possível...” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Vamos fazer silêncio, por favor.”-----

----- O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Muito obrigado.”-----

----- De contabilidade analítica plenamente estruturada e funcional, em desconformidade com as boas práticas e com os princípios da transparência e da especialização económica subjacentes ao sistema da contabilidade para a administração pública que aqui em Oeiras, temos verificado com bom agrado. Do ponto de vista jurídico-financeiro esta situação tem consequências claras, não é possível validar com segurança e, em concreto, aquilo que está inscrito relativamente aos montantes em sede de inventário, ficando assim comprometida a consistência das rubricas de resolução associadas, designadamente variações de inventários, vendas e outros rendimentos. E, sobretudo, limita-se à capacidade desta Assembleia Municipal de exercer um controlo efetivo e informado. Estamos, portanto, e perante uma limitação material ao âmbito da auditoria, o que justifica a emissão de uma opinião com reservas na certificação legal de contas, conforme consta relativamente nesta apreciação e votação nos termos das normas de auditoria aplicáveis, como verificámos. -----

----- Isto aqui levanta uma questão ao Grupo Municipal do Chega. Pode esta Assembleia aprovar a aplicação de resultados quando subsistem dúvidas materialmente relevantes sobre a sua fundamentação? Logicamente que não. A prudência jurídica e financeira impõe uma resposta exigente. A aprovação não deve ser um ato automático, mas sim, um ato consciente, sustentado, completo e auditável. Assim, o que está aqui em causa não é apenas uma decisão contabilística, mas a credibilidade da gestão financeira municipal, o respeito pelos princípios da legalidade e da responsabilidade perante os munícipes.-----

----- Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Não havendo mais ninguém, dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, eu ia só pedir ao Diretor Financeiro, Doutor Bruno Mouco, já que aqui estamos até tão tarde, com a sua licença, de esclarecer durante dois minutos as dúvidas que foram levantadas pelo Grupo Político do Chega e, depois, eu falo sobre as questões políticas que foram levantadas, algumas delas interessantes, mas ao lado. -----

-----Com sua licença, Doutor Bruno, por favor.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Faz favor, Senhor Vice-Presidente.” -----

-----O **Senhor Bruno Mouco, Diretor Financeiro da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

-----“Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

-----Relativamente à reserva que a auditora coloca, de facto, ela identifica o esforço que tem sido feito do apuramento do valor de produção do vinho. Contudo, ela não consegue confirmar com fiabilidade, porque os registos contabilístico da contabilidade e gestão ainda não estão disponíveis. Nós estamos em fase de implementação da nova contabilidade de gestão ao abrigo de...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.** -----

-----O **Senhor Bruno Mouco, Diretor Financeiro da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Não, é residual, quer dizer, não tem qualquer impacto. Estamos a falar de um ponto



07

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

nove milhões que ela não consegue ter fiabilidade, mas a margem de erro não é significativa. Claro que não põe em causa a aprovação das contas, nem tão pouco a aprovação do resultado líquido, que ele está validado pela senhora auditora. O que ela disse é que, de facto, os cálculos que existem (e reconhece-os) não têm espelho nos balancetes da contabilidade de gestão, porque eles ainda não existem. Contudo, volto a frisar, tem sido feito um esforço muito grande dos serviços para que os valores sejam o mais aproximado do real. Temos feito contabilidade de gestão à mão, não é, e foi feita à mão com folhas de Excel, contudo a reserva que tem é pelo facto de que no RP ainda não é possível fazer esse reconhecimento. Estamos neste momento em fase de implementação, contamos que, durante este ano, já consigamos ter os registos espelhados no RP. Claro que nós estamos sempre sujeitos à disponibilidade dos recursos informáticos por parte da Software House, da AIRC, que forneça os módulos, para fazermos os registos.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, eu continuo agora então... Não, agora... Já fizeram as questões, agora sou eu.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Neste momento, o Senhor Vice-Presidente chamou para esclarecimentos, quer continuar no uso da palavra?”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sim, sim, Senhora Presidente. -----

----- Então é o seguinte. Agora também me vou espraçar. Vossas Excelências, peço imensa desculpa, levam para as questões políticas, e numa área destas, onde o Município de Oeiras é tão bem-sucedido, somos obrigados depois a explanar. -----

----- No entanto, quero começar por agradecer em primeiro lugar o trabalho de todos os

serviços do Município, porque este relatório é resultado do trabalho dos serviços do Município e, muito particularmente, aos serviços da área financeira. Está ali a Senhora Diretora Municipal, o Senhor Diretor de Departamento, a Senhora Chefe de Divisão, que estão aqui até estas horas assistindo a este debate. Espero que tenham gostado da experiência e que estejam tão esclarecidos quanto os munícipes que não assistem nas redes sociais, porque a maior parte destes debates estão fora da realidade.-----

-----Todavia, dizer o seguinte. O problema do Município de Oeiras não era de tesouraria, nem financeiro, quando aumentou os impostos, é uma opção política, objetivamente. Dizia a Senhora Deputada da Iniciativa Liberal que não havia pressão financeira. Claro que não, Senhora Deputada. Há uma pressão que Vossa Excelência não entende, nem nunca entenderá, que é a pressão social da necessidade das pessoas. Quem está do lado do privilégio não conhece o que é a necessidade social das pessoas. E, por isso, para si tudo isto é uma folha de Excel e é números. É só números. Eu percebo, do seu lado não há pressa. Vossa Excelência nunca perceberá, porque está do lado dos que não entendem, não entendem que o sofrimento pede pressa. Quem não tem creche, tem pressa. Quem não tem casa digna, tem pressa. Quem não tem pão, tem pressa. Vossa Excelência nunca tem pressa, porque não tem necessidade. Quem tem necessidade, tem pressa. E nós, peço desculpa dizer-lhe isto, como temos outro tipo de sensibilidade social, que acreditamos que Vossa Excelência nunca entenderá, temos muita pressa. Muita pressa em antecipar qualidade de vida, em antecipar equipamentos essenciais para essa qualidade de vida, a entregar aos munícipes de Oeiras os equipamentos e a qualidade de vida que fazem a sua dignidade. Percebemos que Vossa Excelência não esteja deste lado, não queremos que esteja. Nós estamos do lado dos que têm pressa em ter qualidade de vida.-----

-----Depois, Senhora Presidente, permita-me responder ali ao Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO). O Senhor Deputado às vezes desilude-me, porque tem responsabilidades, tem responsabilidades maiores, e eu digo isto com toda a honestidade. Tem responsabilidades maiores.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

O Município de Oeiras procura valorizar o património imobiliário. Mal seria... Então Vossa Excelência preferia que nós vivêssemos de transferências do Estado Central e que não prezássemos a valorização do nosso território? Nós vivemos da valorização do nosso território, objetivamente. É isso que nós fazemos quando temos estradas em condições, quando temos passeios em condições, quando temos espaços verdes de qualidade, quando temos equipamentos de qualidade. Tudo isto contribui para a valorização patrimonial que vai para lá daquilo que Vossa Excelência diz, que nós estamos integrados numa lógica, numa dinâmica regional e, portanto, a nossa valorização vem apenas dessa lógica. Errado. Nós também, também a nossa posição de valorização imobiliária tem a ver com essa lógica regional, mal seria, mal seria, mas, se assim fosse, o nosso valor médio do metro quadrado seria o do resto da região, por exemplo, Loures, Odivelas e Amadora, sem nenhuma crítica aos outros municípios, que fique claro. Mas não é comparável a qualidade de vida e a valorização imobiliária que aconteceu em Oeiras em comparação com esses outros territórios. E não é, porquê? Porque a qualidade de vida que aqui se usufrui, porque as políticas públicas que aqui foram desenvolvidas nas últimas décadas levaram-nos para um patamar diferenciado. Nós também não somos nem a Quinta da Marinha, nem o Estoril. Sabemos isso. Nem queremos ser. Nem queremos ser. O que nós queremos é ter qualidade de vida para todos, por isso é que tanto temos as tais zonas de património imobiliário elevado que se valorizaram ainda mais nos últimos anos, como continuamos a ser o município português que mais habitação pública faz. Como continuamos a ser o município português que mais bolsas de estudo atribui. Isto é política para nós. Isto é a nossa política de incidência social que nós desenvolvemos. Utilizamos a economia para obter os recursos que nos permitam criar a melhor coesão social do país. Dizer também, senhores deputados, que foi dito aqui que Oeiras continua a crescer, mas que as desigualdades aumentam. Se as desigualdades aumentam, é tudo menos responsabilidade deste Município e das políticas públicas deste Município. Se Vossas Excelências estivessem atentos, também veriam que, no último ano, no ano das eleições, foi reconhecido, para vosso prejuízo,

provavelmente, que o Município de Oeiras é aquele com maior coesão social em Portugal. Porquê? Porque as políticas públicas desenvolvidas pelo Município, procurando criar justiça social, assim determinam. Vossas Excelências podem ter muitas razões de crítica, por exemplo, a Senhora Deputada da iniciativa liberal nunca estará do nosso lado. Nunca. Nunca entenderá porque é que para nós é inaceitável que a baixa do IMI beneficie fundos imobiliários. Nunca entenderá, não está deste lado. Não estará, não está, nem nunca estará. Eu até entendo do ponto de vista ideológico. Nunca estará deste lado. Nós aumentamos o IMI e, ao mesmo tempo, revemos os benefícios fiscais, exatamente para contrariar a subida de IMI para quem precisa. Porquê? Porque as nossas políticas públicas levam sempre em consideração as necessidades de cada um. E é aí que muito nos separa ideologicamente ali e ideologicamente desse lado, porque Vossas Excelências não têm as mesmas políticas de crescimento económico que nós entendemos dever ter. E também não têm a mesma preocupação de independência económica, que nós tivemos durante décadas. Goste-se ou não, este foi o caminho que seguimos durante décadas e foi este que nos trouxe até aqui em matéria de crescimento e desenvolvimento económico, em matéria de coesão social, em matéria de bem-estar, de qualidade e dignidade da vida de todos. É este o caminho que nós seguimos e é isto que está refletido no relatório que é aqui votado hoje.-----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. -----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) pediu a palavra? A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) também e a Senhora Deputada Anabela Brito (IL). Vamos lá. Faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----O Senhor Vice-Presidente também me desilude, não pelas funções públicas que ocupa



67

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

melhor ou pior, mas porque eu achei que tinha passado a geografia do nono ano, mas, pelos vistos, não passou. Porque não sabe que Oeiras não está geograficamente onde estão Loures, Odivelas ou a Amadora. E se excluir o impacto das políticas públicas aplicadas em Oeiras, a verdade é que a geografia importa. Há vários livros, eu não preciso de lhe recomendar nenhum. O Senhor Vice-Presidente certamente sabe em como a geografia importa também em como as sociedades humanas se organizam nos tempos que correm, na modernidade. E a geografia importa, porque tem impacto no preço das casas, isso tem impacto na demografia, tem impacto no perfil socioeconómico das pessoas que se atraem para o Concelho e, mais importante que tudo, e é o ponto central aqui, tem impacto ao nível do perfil socioeconómico das pessoas que afasta do Concelho, com fenómenos bem conhecidos como é o caso da gentrificação. Portanto, Senhor Vice-Presidente, eu não nego o impacto das políticas públicas em Oeiras, mas o Senhor Vice-Presidente tenha também o cuidado de não negar o impacto dos fatores exógenos. Incluamos tudo na análise que aqui estamos a fazer, para ter o tal rigor e a tal honestidade política que é preciso ter nestes debates. Não tapemos o sol com a peneira nas coisas que nos convém, o que é bom, fomos nós, o que é mau são as dinâmicas externas. Tapa-se os olhos a umas coisas num caso, tapa-se os olhos a outras nos outros. Isso não pode ser. Isso é falta de honestidade política e, lamentavelmente, eu acho que isso não contribui para o debate sério e produtivo que devemos ter aqui. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faz favor.” -----

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** interveio e disse o seguinte: -- -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Pedimos a palavra porque o PS não se revê na forma como este debate foi construído nas intervenções do INOV, nomeadamente pelo uso e recurso sistemático a rankings para sustentar

uma pretensa superioridade de Oeiras sobre os restantes municípios. Com o devido respeito ao Deputado Alexis Gonçalves (INOV25), isso revela uma visão redutora da governação local e, em certos casos, uma atitude até de desconsideração para com realidades territoriais distintas, mas igualmente meritórias.-----

-----Compreendo que o uso dos rankings é uma narrativa construída e repetida ... mas não se copiam maus exemplos, Senhor Deputado! -----

-----Sublinhamos: Indicadores e classificações podem ter utilidade, mas não esgotam a avaliação de um concelho, nem substituem o debate sério sobre políticas públicas, qualidade dos serviços prestados, coesão social, mobilidade ou sustentabilidade. -----

-----Ademais que nem todos os rankings ou distinções invocados são necessariamente neutros ou isentos de questionamento. Alguns prémios e selos de reconhecimento dependem de metodologias discutíveis ou de relações institucionais que aconselham alguma prudência na sua utilização como prova de excelência absoluta. É o caso, por exemplo, dos prémios ECOXXI, cuja credibilidade pode legitimamente ser escrutinada quando os municípios distinguidos comparticipam financeiramente a própria associação promotora. Quando distinções desta natureza são usadas como argumento de autoridade para minorizar outros concelhos, o exercício aproxima-se mais da propaganda do que de uma avaliação objetiva. -----

-----Se Oeiras quer afirmar o seu valor, então não o faça com a comparação depreciativa com outros municípios. Um município não se afirma pela construção de hierarquias assentes em rankings seletivos. -----

-----A política autárquica deve inspirar ambição e respeito institucional, não soberberia. Reduzir o debate público a classificações e medalhas é empobrecer a discussão e desviar atenções do que verdadeiramente importa às pessoas.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** observou o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Para dizer ao Senhor Vice-Presidente que a argumentação da subida do IMI é uma falácia. Oeiras está completamente em contraciclo, quando todos baixam, Oeiras sobe. Dizer-lhe também que o que se espera é responsabilidade. Nós entendemos, nós entendemos verdadeiramente o que é apoiar, mas quem precisa. Para nós, isso é essencial. Outra coisa é manter um modelo em que se cobra cada vez mais para sustentar uma despesa que não é suficientemente avaliada. E isso já não é seriedade, nem solidariedade. -----

----- Obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Deputada -----

----- Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH).” -----

----- O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente. -----

----- Queria aqui colocar uma sugestão que eu acho que era importante aqui para todos os grupos políticos e temos de separar aqui o trigo do joio, mesmo quando se trata aqui de divergências políticas, entre outras. -----

----- Eu, por várias vezes converso com o Doutor Bruno Mouco ali fora, ainda hoje estivemos a conversar um bocadinho, e seria interessante o Doutor Bruno Mouco, antes de haver aqui estes confrontos, essas questões por esclarecer, se houvesse a possibilidade - e já inanimou até disponibilidade para tal, para vir cá esclarecer os deputados municipais - seria interessante, por exemplo, aquilo que esteve a dizer o Doutor Bruno Mouco à minha questão, esclareceu-me. E, às vezes, a situação é esta. Às vezes, não é desfazer do Senhor Vice-Presidente, mas o Senhor fala de uma forma que torna-se um bocadinho confuso e impercetível aquilo que está a dizer. Fala muito,

muito, muito, mas não diz nada. -----

-----E, portanto, seria interessante o Doutor Bruno Mouco, antes dessas questões aqui a abordar, vir cá explicar, clarificar, porque realmente, eu digo isto publicamente, é uma pessoa que eu sei que sabe de contabilidade pública. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Senhor Deputado Nuno Carolo (PS), faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado Nuno Carolo (PS)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado. -----

-----A defesa do Senhor Vice-Presidente foi competente, mas foi acima de tudo gestão de narrativas. Não estamos aqui para discutir narrativa, viemos discutir resultados verificáveis. Nós, o Partido Socialista reconhece muito daquilo que é feito e, ao contrário daquilo que o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente muitas vezes se arrogam, muito daquilo que é o património do INOV e da sua gestão, também é patrimónios dos outros partidos na sua função, quer partilhada, quer de fiscalização da ação do Executivo. Quer naquilo que contribui, quer nas propostas que entrega nos programas eleitorais que os senhores, e muito bem, copiam e executam. -----

-----E, portanto, não temos nada contra isso. Mas essa narrativa, e aqui a intervenção do Partido Socialista e, portanto, há muitas coisas que são feitas, muito trabalho, muitos funcionários do Município que nós louvamos e reconhecemos com grande capacidade de execução. Não é disso que estamos a falar. -----

-----O meu ponto aqui hoje foi essencialmente... No essencial, capacidade administrativa, nós sabemos que temos. Há produção de informação, mas continua a faltar governação. Onde é que estamos a fazer esta referência? Estamos a fazer referência a obras estruturantes. Via Longitudinal Norte, Via Longitudinal Sul, avançam aos bochechos. É algo que está há trinta e dois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

anos previsto no PDM, com canal destinado. O SATUO, que esteve para ser, não foi, avançou, deixou de avançar, vai agora, eventualmente, ao fim de vinte anos, aparecer uma coisa que, eventualmente, daqui a cinco esteja a circular. E, portanto, o que nós estamos a falar é desta falta de definição de política, de orientação de prioridades e de hierarquia, que nós aqui estamos a revelar. Eu podia falar em mais casos. Em dois mil e dezoito a Senhora Vereadora Baptista, a sua colega aí do Executivo em anos anteriores, que agora fugiu para Lisboa, quase bateu no Partido Socialista numa Assembleia de Freguesia descentralizada porque eu disse que não ia haver nos próximos cinco anos uma passagem pedonal de Queijas para o Jamor. E continua a não haver e já se passaram mais do que cinco anos. E do que nós estamos a falar é exatamente desta capacidade que este Executivo tem de, de facto, há quarenta anos de andar a vender obras que nunca mais acabam. É disto que nós estamos a falar. Porque nunca falham, estão sempre a acontecer. -----

----- Eu vou dar um exemplo daquilo que eu estou a dizer. Em dois mil e vinte e quatro foi inaugurado, e muito bem, com financiamento externo, não interessa, a obra de habitação do Alto da Montanha. A pergunta que lhe faço, se souber, se não souber pergunte aos serviços, em que ano é que o projeto ficou concluído? Eu vou ajudá-lo: em dois mil e nove. Demorou de dois mil e nove a dois mil e vinte e quatro até se executar essa obra. E disto que nós estamos a falar. Nós não estamos a discutir a necessidade de casas, concordamos consigo. Não estamos a discutir a necessidade de estradas, concordamos consigo. Não estamos a discutir a necessidade de políticas sociais, concordamos consigo, Senhor Vice-Presidente. Estamos a discutir é a capacidade - e é isso que nós estamos aqui a criticar fundamentalmente neste relatório - a capacidade que este Executivo tem de programar para a frente, de agitar projetos para a frente que, na realidade, nunca mais acontecem. -----

----- Disse, Senhora Presidente.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Não sei se o Senhor Vice-Presidente quer responder, para depois passarmos à votação.” -- -----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Quero, quero. Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

-----Eu começo já pelo Senhor Deputado Nuno Carolo (PS). Senhor Deputado, o risco de certas coisas que Vossa Excelência diz é tremendo, terrível. Veja assim, o projeto ficou pronto em dois mil e nove. Porque é que não houve financiamento público? Eu até me começo a rir. Porque é que não havia financiamento de habitação? Veja, se estivesse aqui algum deputado do PSD que não estivesse integrado na nossa lista e quisesse dizer, dizia assim: podia ter havido financiamento à habitação pública, mas nessa altura, em dois mil e nove, foi naquela altura que o Governo do Partido Socialista levou o país semi à bancarrota, e não havia recursos para habitação pública. E, depois, Vossas Excelências diriam: pois, mas o PSD esteve no poder até dois mil e quinze e também não fez nada. E o PSD a seguir, diria: pois, mas vocês depois de dois mil e quinze a dois mil e dezanove...”-----

-----O **Senhor Deputado Nuno Carolo (PS)** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: --- -----

-----“Senhor Deputado, eu ouço-o com todo o fastio.” -----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** observou o seguinte: ---

-----“É como nós...” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte:--- -----

-----“É um... Mas eu estou no uso da palavra.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----



U

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Senhores deputados... Senhores Deputados...”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: -- -----

----- “É uma dor de alma, é uma dor de alma ouvi-lo, porque seriam, teriam de dizer, Vossas Excelências demoraram quatro anos a criar um sistema de financiamento para habitação pública no escândalo da falta de habitação que havia no país e que era objetivo. Mas Vossa Excelência é que se mete nessa saia justa, nós não temos responsabilidade nisso. Portanto, demora porque quem governou o país não respeitou as necessidades da população e não criou um sistema de financiamento. Porque acreditaram todos, desde o fim do PER (Programa Especial de Realojamento) que já nunca mais haveria problemas de habitação em Portugal. Como se os problemas de habitação não fossem geracionais e não continuassem, e as pessoas não tivessem de ser atendidas.-----

----- Agora para terminar, para terminar vou-me diverti muito, sabe porquê? Ainda este ano lanço o concurso para a VLS, portanto, esteja descansado.”-----

----- **O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- Agora... Senhor Deputado aguarde, depois... Olhe, quando for o lançamento da primeira pedra, nós convidamo-lo e partilhamos uma foto nas redes sociais.-----

----- A Senhora Deputada Alexandra Moura (PS), eu percebo, eu percebo a sua dificuldade com a comparação. Agora permita-me, a comparação tem de ser feita, faz parte da vida compararmos. Faz parte da vida. Agora... São perspetivas, claro. Agora, da minha perspetiva, Vossa Excelência devia descer do discurso proclamatório e passar para a realidade concreta. Está sempre no decurso proclamatório; “deve ser assim”, “deve ser assim”. Não “deve”, concreto, é a viver no concreto. -- -----

----- E no concreto, e passamos ali para o Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO). Senhor

Deputado é objetivo que as dinâmicas regionais influenciam. Aqui há alguns meses, numa Sessão da Assembleia, eu já lhe tinha dito que nós passámos de uma lógica de vantagem comparativa - porque a geografia, como sahe, é uma vantagem comparativa - para as vantagens competitivas. É por isso que nós somos competitivos numa região... Não abane a cabeça, Vossa Excelência sabe isso, porque o estudou. Nós estamos a competir, Oeiras está a competir com as regiões mais dinâmicas da Europa. Nós temos as sedes das multinacionais aqui. Porque é que não está a três quilómetros ao lado? Porque é que está no Taguspark e não está em São Marcos? Opções políticas. Porque é que está no Taguspark e não está na vizinha Sintra? Opções políticas. São cem metros de distância. Cem metros. Porquê? Porque a dada altura, alguém não quis fazer parecido, achava que não era importante. Opções políticas, é isso que nós discutimos. Vossas Excelências podem gostar, podem não gostar. O êxito de Oeiras de hoje é resultado de opções políticas de décadas. Tanto nós gozamos da vantagem de estarmos na região de Lisboa, como todos os outros também estão. É preciso é questionar porque é que todos os outros não estão na posição de qualidade de vida que Oeiras está. -----

-----É só, Senhora Presidente.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. -----

-----Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO).” -----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Apenas porque pode haver alunos do nono ano de geografia a ver, e eu queria apenas fazer uma declaração política. Estou a olhar para o mapa do Distrito de Lisboa e não me parece que nem Sintra, nem a Amadora, nem Odivelas, Loures, talvez numa pequena parte, tenham vista para o rio. E isso, por exemplo, sabemos que é uma dinâmica que afeta naturalmente os preços das casas, é o que é, pode-se concordar, pode-se não concordar, afeta os preços das casas, tem impacto



10

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

no perfil demográfico que se atrai para o Concelho, tem impacto no perfil demográfico que se afasta do Concelho por via do poder de compra. Portanto, sim, Senhor Vice-Presidente, em boa medida, para sairmos da lógica da vantagem comparativa, mas a geografia é, por natureza, bastante determinista, pelo menos no curto e no médio prazo. E continua a ter um impacto naquilo que são os resultados e aquilo que acontece no território, e com as pessoas, não são apenas as políticas públicas, obviamente que as políticas públicas também têm muito impacto, mas elas acontecem, olhe, num universo que também tem fatores determinísticos, como é o da geografia no curto e no médio prazo, e se o Senhor Vice-Presidente continuar a insistir, a negar esta realidade, faz um péssimo serviço à Democracia, um péssimo serviço a Oeiras e um péssimo serviço a si próprio, porque está a viver numa ilusão. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado João Viegas (INOV25), faz favor. Só um bocadinho...”-----

----- **O Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** referiu o seguinte: -----

----- “Só quero dizer uma coisa, porque o Senhor Deputado Tomás (CEO) não nasceu em Oeiras. O Alto de Santa Catarina tinha vista para o rio. O Bairro de Santa Marta tinha vista para o rio. A Pedreira dos Húngaros tinha vista para o rio. Oeiras sempre existiu aqui há séculos e era um arrabalde. Vossa Excelência, o que está a fazer, é um exercício de desonestidade intelectual. Está a querer dizer que o crescimento de Oeiras se deve à localização de Oeiras. Sabe uma coisa? Sabe uma coisa, Senhor Deputado? A melhor votação que teve este documento foi em outubro, em que os eleitores deram nove vereadores ao INOV. Disso, o Senhor Deputado não fala. E a sua, olhe, lamento, perdeu um instrumento de fiscalização.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Senhor Vice-Presidente, faz favor.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** observou o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente.-----

-----Dizer apenas, antes do Senhor Presidente da Câmara Isaltino Morais ser Presidente, quantos bancos tinham sede em Oeiras? Zero. Quantas multinacionais tecnológicas? Zero. Oracle, Cisco, Google, Millenium, Novo Banco. Nem vou dizer as novas. Nenhuma delas tem vista Tejo, Senhor Deputado.-----

-----Senhora Presidente, eu pedia a sua ajuda, porque há deputados que não compreendem.

-----São essas realidades que fazem a nossa riqueza. Entendam isto de uma vez. São essas... Vossas Excelências acreditam que a nossa riqueza é feita apenas de património imobiliário de habitação. Continuam sem entender que a riqueza estratégica do Concelho de Oeiras é aquela que eu acabei de referir. Só.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente.-----

-----Vamos passar à votação. Senhores Deputados, vamos passar à votação deste ponto três da nossa Ordem de Trabalhos.-----

-----Vota contra a Coligação Evoluir Oeiras, o Partido Socialista e a Iniciativa Liberal. Sete votos contra. Partido Chega, três abstenções, PAN e CDU. A favor, os outros. Vinte e um a favor. A proposta foi aprovada por maioria.”-----

4.3.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, António Maria Balcão Vicente, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Tomás Raposo Barra,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves, Afonso Duarte Guterres de Moraes e Acácio Silva de Oliveira), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com sete votos contra, sendo três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira), e com cinco abstenções, sendo três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho e Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos), uma da Coligação Democrática Unitária (Aníbal José Gonçalves Guerreiro) e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

----- Os Senhores Deputados Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 e Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, não estavam presentes na altura da votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 63/2026** -----

----- **PROPOSTA CMO N.º 306/26 - DPOC - PRESTAÇÃO DE CONTAS** -----

INDIVIDUAIS DE 2025 E APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO-

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número trezentos e seis barra dois mil e vinte e seis, a que se referem as deliberações números catorze e dois das Reuniões da Câmara Municipal realizadas, respetivamente, em quinze e vinte de abril, e deliberou por maioria, com vinte e um votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com sete votos contra, sendo três do Partido Socialista, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras e dois do Partido Iniciativa Liberal, e com cinco abstenções, sendo três do Partido Cbega, uma da Coligação Democrática Unitária e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar os documentos de Prestação de Contas Individuais de dois mil e vinte e cinco, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.3.1.1. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte Declaração de Voto:

-----“Senhora Presidente, é só para informar que irei entregar uma declaração de voto por escrito.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“A Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN) informa que vai entregar uma declaração de voto. Escrita. Mais alguém pretende apresentar alguma declaração de voto? Não?” -----

-----A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) entregou a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve: -----

-----“A Prestação de Contas de dois mil e vinte e cinco evidencia um Município financeiramente robusto, com forte capacidade de execução, elevada autonomia financeira e um resultado líquido superior a quarenta e três milhões de euros. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- É justo reconhecer o trabalho técnico desenvolvido pelos serviços municipais, bem como a capacidade de concretização demonstrada em áreas relevantes como a habitação, a educação, a ação social, a mobilidade e o ambiente.-----

----- Destacamos, por exemplo, o reforço do investimento em habitação, que ascendeu a sessenta e cinco milhões de euros, bem como os investimentos em educação, ação social e ambiente. - -----

----- No entanto, o PAN entende que contas sólidas não dispensam prudência estratégica.

----- Existe um dado que merece particular atenção: uma parte muito significativa do crescimento da receita assenta no IMT, que atingiu oitenta e seis vírgula três milhões de euros, representando um aumento superior a setenta e dois por cento face ao ano anterior.-----

----- Isto significa que uma parcela importante da capacidade financeira do Município continua fortemente dependente do dinamismo do mercado imobiliário - um fator reconhecidamente cíclico e sensível às condições económicas nacionais e internacionais.-----

----- Aliás, o próprio parecer da Comissão de Economia e Finanças alerta para essa realidade e recomenda mecanismos de estabilização e prudência financeira capazes de prevenir futuras oscilações da receita. -----

----- Importa igualmente referir que permanecem reservas identificadas pelo auditor externo relativamente à valorização dos inventários de vinho e à ausência de um sistema de contabilidade analítica suficientemente robusto para o apuramento rigoroso dos custos associados. Não estamos perante questões que coloquem globalmente em causa as contas do Município, mas estamos perante aspetos que o PAN considera deverem ser definitivamente ultrapassados. -----

----- Do ponto de vista político, entendemos que uma gestão pública responsável não se mede apenas pela capacidade de executar investimento, mas também pela capacidade de antecipar riscos, garantir sustentabilidade e preparar o futuro.-----

----- O desafio não é apenas investir mais. É assegurar que o Município mantém capacidade

de resposta quando o contexto económico se alterar.-----

-----Por essa razão, reconhecendo os aspetos positivos das contas apresentadas, mas entendendo que subsistem fatores de prudência e reservas que merecem acompanhamento e cautela, o PAN opta pela abstenção.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Então passamos ao ponto quatro. Pretende apresentar uma declaração de voto?” ----

4.3.1.2. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Será remetida posteriormente.-----

-----Obrigada.”-----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** entregou a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve: -----

-----“Senhora Presidente,-----

-----O Grupo Municipal do Partido Socialista vota contra a Proposta de Deliberação número trezentos e seis/dois mil e vinte e seis, relativa à Prestação de Contas Individual de dois mil e vinte e cinco e à Aplicação do Resultado Líquido do Exercício, pelas razões que se expõem de forma objetiva e politicamente relevante. -----

-----O relatório é tecnicamente extenso, detalhado e visualmente convincente. Contudo, a política não se avalia pela elegância do documento; avalia-se pela transformação concreta do território. E, quando saímos dos gráficos e entramos na vida real, impõe-se uma evidência: o concelho continua a viver de planeamento, enquanto as obras estruturantes permanecem adiadas. O relatório procura fazer equivaler “boa execução” a boa governação. Mas a execução é um número; não é um argumento. Executar muito pode revelar capacidade administrativa, mas não prova, por si só, sustentabilidade, prudência, qualidade das escolhas, nem capacidade de manter prioridades quando o ciclo económico e financeiro muda. -----



97

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Este relatório descreve ações e processos, mas evita aquilo que distingue governação de mera administração: escolhas difíceis, prioridades assumidas e consequências claras. Em particular, não se percebe com nitidez o que foi priorizado em detrimento de outra coisa, o que foi adiado por decisão política e o que falhou — e porquê.-----

----- Acresce que a apresentação da execução assenta num modelo que dilui responsabilidades. Com mais de mil ações, muitas sem indicadores relevantes e várias classificadas como “não aplicável”, uma tarefa administrativa simples acaba por ter o mesmo peso que uma obra estruturante. O essencial perde-se no acessório. Isto não é transparência; é ruído organizado.-----

----- O relatório normaliza uma linguagem de adiamento — “em curso”, “em preparação”, “em desenvolvimento”, “em articulação”. Quando estes estados se repetem ano após ano, deixam de significar progresso e passam a traduzir uma estagnação institucionalmente aceite.-----

----- Um exemplo emblemático é o da mobilidade, onde se inscrevem obras estruturantes como a Via Longitudinal Sul, a Via Longitudinal Norte e a Circular de Barcarena. São intervenções repetidamente anunciadas, mas sistematicamente empurradas no tempo.-----

----- Do ponto de vista formal, os valores globais apresentados são consistentes. Em dois mil e vinte e cinco, a receita cobrada líquida situa-se em cerca de duzentos e noventa e sete vírgula três milhões de euros (execução de oitenta e sete por cento) e a despesa paga em cerca de duzentos e noventa e três vírgula três milhões de euros (execução de oitenta e cinco vírgula oito por cento), resultando num saldo orçamental positivo em torno de quatro milhões de euros.-----

----- Contudo, um saldo positivo, isoladamente, diz pouco. Uma avaliação politicamente responsável exige olhar para a estrutura por detrás desse saldo e para a vulnerabilidade do modelo. O relatório evidencia um contraste que deve estar no centro da análise: um saldo corrente fortemente positivo e um saldo de capital fortemente negativo. Isto significa, de forma inequívoca, que uma parte relevante do investimento está a ser suportada por receita corrente. Pode ser uma

opção legítima num ciclo de expansão e investimento, incluindo investimento enquadrado no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), mas torna o modelo mais vulnerável quando a receita corrente desacelera.-----

-----O relatório reconhece uma realidade de receita confortável, com destaque para os impostos cobrados em dois mil e vinte e cinco e para o forte peso do setor imobiliário. Em particular, o crescimento muito expressivo do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) é sinal de um ciclo favorável, mas também de dependência de fatores externos à decisão municipal — sobretudo o mercado imobiliário.-----

-----A leitura política é simples: quando a receita cresce sobretudo por via do IMT, estamos a medir, em euros, a intensidade da pressão imobiliária sobre o território. E essa pressão tem efeitos sociais que não podem ser ignorados: exclusão residencial, maior esforço das famílias, segregação territorial e maior dependência de respostas públicas na habitação e no apoio social. Ou seja, o fenómeno que ajuda a financiar o Município é, simultaneamente, parte do problema social que o próprio Município é chamado a mitigar.-----

-----Daqui resulta um risco sério: construir despesa permanente com base em receita que não é permanente.-----

-----Do lado da despesa, observa-se um crescimento expressivo e uma pressão adicional, incluindo na despesa de capital. E há um indicador politicamente relevante que exige explicação: o volume de alterações orçamentais ao longo do ano. Muitas alterações podem significar capacidade de adaptação; mas também podem revelar planeamento inicial pouco prudente e uma governação por ajustamento contínuo à receita do momento, em vez de prioridades estáveis e previsibilidade.-----

-----Uma gestão prudente não se avalia pelo entusiasmo do texto; avalia-se pela folga real com que se entra no ano seguinte, pela capacidade de absorver choques e pela manutenção de prioridades, sem improviso financeiro.-----



57

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Há muita informação publicada, mas pouca ajuda a responder com rapidez ao essencial: o que é estrutural, o que é secundário, o que avançou e o que ficou parado. Publicar ficheiros não é transparência. Transparência é permitir escrutínio.-----

----- Estas contas evidenciam volume e capacidade administrativa. Porém, revelam uma fragilidade política séria: dificuldade em transformar prioridade em execução visível e um modelo financeiro que, embora confortável no curto prazo, exige prudência acrescida para não se tornar vulnerável quando o ciclo mudar. -----

----- Obrigado.”-----

4.4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 308/2026 – SIMAS – relativa ao Relatório e Contas 2025 – Proposta de Deliberação n.º 52 – SIMAS/2026 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

----- “Quem pretende usar da palavra sobre o ponto quatro da nossa Ordem de Trabalhos? Quem pretende usar da palavra? Estamos no ponto quatro da nossa Ordem de Trabalhos. Pretende usar da palavra Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH)? Faz favor.”-----

----- A Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente, Senhores Deputados Municipais, Senhor Presidente da Câmara que não está cá, caros munícipes e quem nos assiste em casa. -----

----- Estamos hoje a apreciar mais um Relatório e Contas do SIMAS relativo a dois mil e vinte e cinco. A primeira pergunta que se nos impõe é esta: onde está a transparência real na gestão de um serviço que é essencial à vida das pessoas? Fala-se aqui de resultados. Sim. Fala-se de execução, fala-se de números, mas aquilo que verdadeiramente interessa aos munícipes é outra coisa. Pagam mais, ou pagam mais e continuam a ter o mesmo serviço? Ou será que pagam faturas desproporcionadas e erradas de mais de duzentos euros, como aconteceu a vários munícipes ainda na semana passada? Como se não bastasse o aumento do IMI em Oeiras. -----

-----Porque aquilo que vemos repetidamente é o seguinte: aumento de custos, decisões pouco escrutinadas e depois um relatório tecnicamente bem apresentado para legitimar tudo isto. Mas não nos enganemos. A boa contabilidade não significa uma boa gestão. O Chega pretende então saber: onde estão os gastos de eficiência? Onde está a redução de desperdício? Onde está, afinal aqui, o alívio tarifário para as famílias? Ou será que os SIMAS se transformaram num sistema fechado sobre si próprio, onde a prioridade deixou de ser o cidadão? E mais, senhores deputados, que controlo político efetivo existe sobre estas contas? Ou limitamo-nos aqui a carimbar decisões já tomadas, sem coragem para questionar o essencial? Nesta acomodação por falta de exigência na gestão pública quem paga é sempre o contribuinte. Não basta apresentar resultados líquidos positivos se, na prática, isto não se traduz em benefício direto para quem paga a fatura no final do mês. -----

-----Queremos deixar claro que não estamos aqui para validar relatórios. Estamos aqui para defender os munícipes e defender os munícipes é exigir pontos como o rigor, a transparência, a eficiência e a responsabilidade política. Tudo o resto é apenas gestão burocrática disfarçada de sucesso.-----

-----Obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhora Deputada. -----

-----Mais alguém pretende usar da palavra? Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) e Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU), sim senhor. Deputado Tomás Pereira (CEO).”-----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Quem acompanha estas discussões há mais tempo, sabe que nós costumamos perguntar por duas coisas quando vêm os Relatórios e Contas do SIMAS a discussão a esta Casa. Nomeadamente é pela substituição de condutas de fibrocimento que ainda existem em Oeiras e a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

instalação de contadores inteligentes avançadíssimos, tecnologia de ponta muito moderna, muito avançada, certamente. Já deviam ambas as coisas estar terminadas em dois mil e vinte e cinco. E nem que seja para cobrar o facto, na altura era a Senhora Vereadora Joana Baptista, a que quase bateu no PS numa questão qualquer numa Assembleia de Freguesia, também quase que nos batia quando fazíamos esta pergunta, passo o uso da expressão e, portanto, voltamos a perguntar isso para cobrar.-----

----- Mas mais do que contadores inteligentes que emitem sinais, nós gostávamos de ver era a emissão de sinais inteligentes por parte do Conselho de Administração do SIMAS, nomeadamente por parte do Presidente do Conselho de Administração. Porque a verdade, a verdade é que não temos visto a emissão desses sinais e consideramos que está a fazer alguma falta, tendo em conta que temos pessoas no Concelho de Oeiras, muitas pessoas que se têm queixado, acho que isso tem sido público, que costumavam ter faturas de vinte euros no preço da água e que têm sido confrontadas com faturas de cem, de trezentos, de mil, de valores completamente exorbitantes e estratosféricos, por comparação com aquilo que pagavam no mês habitual.--- -----

----- E, portanto, toda esta falta de sinais de inteligência e de uma explicação convincente em relação a este assunto, nem sequer é uma explicação convincente, Senhor Vice-Presidente, é uma explicação qualquer. Eu vou exigir uma explicação convincente e inteligente, mas, se calhar, em primeiro lugar, gostaria de o ver dizer alguma coisa quanto a isto. Porque a única coisa que nós temos visto é não há emissão de sinais inteligentes, há emissão de sinais nenhuns. Nós não temos visto nenhuma resposta da parte da administração dos SIMAS relativamente a este problema, que está a pesar no bolso e nas carteiras de muitas famílias oeirenses e, da parte da administração do SIMAS, nem contadores inteligentes, nem condutas de fibrocimento nem nada. Absolutamente nada. Um silêncio completo em relação a isto. -----

----- Portanto, eu queria aproveitar que tenho aqui à minha frente o patrão do SIMAS, como

tantas vezes gosta de se autoproclamar, às vezes fica meio chateado, não percebo bem, mas é o patrão do SIMAS, é o Presidente do Conselho de Administração. Não aponte para o lado, o Senhor Vice-Presidente é que é o Presidente do Conselho de Administração e, portanto, tem a responsabilidade última de dar um esclarecimento cabal relativamente a esta matéria. E, portanto, pese embora o adiantado da hora, ainda há de haver algumas pessoas que estão a ver e, provavelmente, mesmo que sejam poucas pessoas a ver, eu aposto que a taxa de pessoas confrontada com estes problemas do SIMAS, das pessoas que estão a ver é elevada, portanto, tem aqui uma oportunidade em horário nobre de prestar os esclarecimentos que devia ter prestado há meses à população de Oeiras e aos munícipes de Oeiras. Diga às pessoas porque é que estão a pagar tanto na sua fatura da água, porque até agora ainda não disse absolutamente nada, o que é lamentável. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada. -----

-----Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU), faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU)** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

-----Quando se analisam os valores referentes às taxas fixas e taxas variáveis do abastecimento de água e do saneamento, que o seu conjunto constitui mais de setenta e nove por cento da receita total, é justo recordarmos aqui o saudoso meu camarada Joaquim Cotas, aqui nesta Assembleia, a sua permanente batalha contra as alcavalas. -----

-----Continuamos a defender que existem condições para se reduzir o custo da água e do saneamento a todos os consumidores do SIMAS. Como em dois mil e vinte e sete se irá comemorar o centenário dos serviços, seria uma boa oportunidade para assinalar uma decisão de baixar os tarifários. -- -----



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Embora em março de dois mil e vinte e cinco tenha sido aprovada pela Câmara a proposta de extinguir o SIMAS, diz-se no relatório que nada foi comunicado aos mesmos, sendo a nossa opinião que tal extinção não seria uma boa solução. Gostaríamos de saber em que situação se encontra esta matéria. -----

----- A votação da CDU, em relação aos documentos em apreciação, decorrente de posições assumidas anteriormente, será de abstenção.-----

----- Obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- Obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado António Moita (INOV25), faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado António Moita (INOV25)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Passamos daquilo que era a discussão sobre a vista de mar, para o consumo de água propriamente dito. E devo começar por dizer que tenho a maior estima, o maior apreço por todos aqueles que aqui vieram da Câmara Municipal e que, enfim, de uma forma estoica, aguentaram até este momento, quer o ponto da prestação de contas da Câmara, quer agora do Relatório e Contas do SIMAS. Para eles, pela, enfim, por tudo o que têm feito, fica aqui esta nota.-----

----- Não vou, dado o adiantado da hora, entrar muito em pormenor sobre todos os pontos que tinha aqui escrito, para que pelo menos ficasse em Ata, mas devo dizer que todos os indicadores que temos são indicadores extremamente positivos. Tirando a questão das perdas de água, que ainda é uma questão que é sensível e a água é cara e, portanto, qualquer crescimento das perdas de água é algo que nos preocupa, mas os índices económicos e financeiros apresentados pelo SIMAS em dois mil e vinte e cinco são francamente bons.-----

----- E quando aqui se refere que há um atraso na questão das alterações, da substituição dos contadores, podemos verificar, se quisermos estar de boa-fé, que essa substituição de

contadores está a chegar praticamente ao fim. Se quisermos falar da rede, da substituição das condutas, também podemos verificar que essa substituição está praticamente a chegar ao fim. Acontece, e parece que todos se esquecem disso, mas foi algo que foi falado nesta Assembleia de forma praticamente constante, de que este tal plano de dois mil e dois mil e vinte e cinco teve três anos de gestão de uma determinada equipa e, a partir daí, um ano e meio de gestão de uma outra equipa. Todos temos uma noção clara do atraso, da deterioração do normal funcionamento do SIMAS em alguns períodos que não estão tão longe assim. E sabemos de quem foi a responsabilidade, isso foi assumido nesta Assembleia Municipal vezes sem conta. E foi discutido nesta Assembleia Municipal vezes sem conta. E, portanto, eu só posso registar aqui a nota de que o SIMAS voltou a ter resultados compatíveis com a sua história. Que o SIMAS voltou a ter uma preocupação com os clientes, neste caso com os utilizadores, com os consumidores, que honra a sua história. Que voltou a ter uma preocupação com o sistema de gestão, que honra a sua história. Voltou a ter uma atividade e uma forma de estar que tem muito a ver com uma empresa de topo, como em tempos foi e, como, infelizmente, durante alguns anos, deixou de ser. -----

-----E, portanto, cumpre-me fazer aqui realçar esse facto e dizer que, de facto, estes resultados indicam um ano de dois mil e vinte e seis muito positivo. Nós temos a expectativa, como é dito no próprio relatório, que vai começar um novo período de desenvolvimento, através de outras formas inteligentes de medir os consumos e de medir a gestão, e de encontrar formas mais evoluídas de conseguir uma gestão mais eficaz do consumo de água e da água. -----

-----E, portanto, a nossa nota vai para todos os indicadores que nos são apresentados. Como digo, temos aqui uma pequena nota relativamente às perdas de água. Isso já foi, é explicado no relatório por uma alteração da forma como a faturação passou a ser feita. A faturação que era contada em contadores, passou a ser, de alguma forma, de previsão e, portanto, isso traduziu-se em alguma alteração da taxa. Seja como for, é uma preocupação que aqui eu deixo, é certamente uma preocupação que também o conselho de administração do SIMAS tem, mas a nota mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

importante vai para a evolução que se registou no ano de dois mil e vinte e cinco, para a conclusão de planos que estavam desde há muito tempo com atraso e para uma perspectiva de um ano de dois mil e vinte e seis, e anos que se seguem, francamente melhor do que aqueles que tivemos, designadamente em dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado Jorge Rato (PS), faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- O Relatório e Contas de dois mil e vinte e cinco do SIMAS, que agora discutimos, revela uma empresa com indicadores económicos e financeiros robustos, uma liquidez apreciável e forte autonomia financeira. -----

----- Mas não mitiga os riscos existentes e a dimensão dos investimentos que têm de ser feitos na rede de distribuição de água, na rede de esgotos e nos processos internos e externos, para garantir um serviço público essencial, de elevada qualidade e sem riscos estruturais para o futuro.

----- O músculo que evidencia, permitiria uma visão mais arrojada na cartografia e georreferenciação das redes, essencial para a gestão mais racional e previsível das infraestruturas e na realização das obras que a rede necessita, antecipando problemas futuros de roturas, diminuindo as perdas de água e reduzindo de forma mais acelerada os perigos para a saúde pública da utilização do amianto. Perdão, do fibrocimento.-----

----- Também quanto ao processo de substituição de contadores, na utilização da telemetria para o registo remoto do consumo, na corresponsabilização dos clientes no processo de envio das contagens, é essencial que a empresa dê um salto significativo e de universalização dos processos.

----- Ou no processo de cobrança, estimulando os clientes a aderir mais ao débito em conta.

-----Senhora Presidente, -----

-----Para o Partido Socialista há uma questão essencial, que extravasa os resultados económicos e financeiros do SIMAS, que se prende com a incerteza material da decisão unilateral, tomada em maio de dois mil e vinte e cinco, pelo Município de Oeiras, de proceder à extinção do SIMAS.-----

-----Revisitar o debate que então decorreu nesta Assembleia, a narrativa massuda e por vezes ridícula, apresentada pela Presidente do SIMAS de então, o esforço feito para responsabilizar o Município da Amadora por tudo o que de mau acontecia na empresa, faz-me concluir que se adotou a máxima – “Da Amadora, nem bom vento, nem bom casamento”.-----

-----Só que, passado um ano, o divórcio não se consumou, não se sabe se as partes ainda estão desavindas; isso gera ambiente tóxico na relação e suspeição, fragilizando-a politicamente.

-----E condiciona o planeamento plurianual, o investimento de longo prazo, a capacidade de contratar e reter competências e talento, a motivação dos trabalhadores e a credibilidade institucional da empresa.-----

-----É o próprio auditor que o deixa expresso na sua análise às contas, dando razão ao Partido Socialista aquando da discussão desta proposta peregrina, precipitada, unilateral e sem levar em conta os mecanismos jurídico-legais que suportam uma decisão dessa natureza. -----

-----Livrámo-nos da personagem, que foi pregar para outro município, mas mantivemos o estigma de criar pretextos para conflitar com os nossos vizinhos! Que por vicissitudes geográficas o serão para todo o sempre! Seja na gestão da empresa intermunicipal, ou nos domínios da territorialidade, plantando árvores como uma espécie de cerca sanitária com a Amadora, ou na colocação de barreiras de cimento para defesa do espaço de estacionamento, barrando as viaturas dos cidadãos de Sinta, como na fronteira com São Marcos.-----

-----A gestão municipal, de exemplo e de excelência tão propalada por Oeiras, não é compatível com estas práticas e com esta postura paternal e narcisista! -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhora Deputada Anabela Brito (IL).” -----

----- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** referiu o seguinte: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Eu vou-me abster de grandes considerações atendendo à bora que estamos, e para ver se conseguimos terminar dentro do tempo que o Regimento diz, que cada Sessão deve durar.-----

----- Nesse sentido, vou fazer três questões, que mais do que analisar a evolução financeira, os oeirenses certamente estão interessados em clarificar e saber: -----

----- Como se justificam os aumentos brutais de consumo? Como se justifica o facto de as pessoas não conseguirem ligar para o SIMAS e ter resposta às suas dúvidas? E clarificar, no fundo, o que também o Deputado Jorge Rato (PS) disse, a extinção aprovada em vinte/vinte e cinco, portanto, a separação relativamente à Amadora, qual é a situação? Acho que estes três pontos são fundamentais para cada um dos munícipes saber em que estado está o SIMAS.-----

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Obrigada, Senhora Deputada.-----

----- Senhor Vice-Presidente, pretende usar da palavra? Faz favor.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Até pelo adiantado da hora, eu ia pedir à Senhora Administradora, a Senhora Vogal do Conselho de Administração que respondesse a algumas das questões técnicas aqui trazidas e o aumento das faturas. E até a questão da alteração do sistema comercial. E depois eu acabo, com a sua licença, naturalmente, Senhora Presidente.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Faz favor, faz favor.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

-----“A Doutora Catarina Dão que é a vogal do Conselho de Administração, quem conhece... O microfone, tem de ligar.” -----

-----A **Senhora Catarina Dão, vogal do Conselho de Administração dos SIMAS,** prestou o seguintes esclarecimentos:-----

-----“Vou começar. Relativamente ao sistema comercial, há que saber que o sistema comercial foi fruto de um concurso público. Tivemos de abrir um concurso público, abriu-se o concurso público e ganhou uma nova empresa do sistema comercial. De imediato a equipa dos SIMAS, toda a gente se envolveu. Foi tudo interno, não recorremos a nenhuma empresa externa para implementar esse sistema. Foi tudo capacidade interna, todos se envolveram, trabalhou-se sábados e domingos, e ninguém nunca disse um não. Toda a equipa disse que sim e que era um projeto que ia ser vencedor, porque toda a gente queria que isto corresse bem, porque toda a gente trabalha para os clientes. A gente dá a cara todos os dias e a parte comercial, neste caso, e da informática, que foram os mais envolvidos, mas todos ajudaram. Toda a gente ajudava, até os próprios, quando encontravam pessoas na rua, tentavam explicar o sistema.-----

-----Claro que a mudança de um sistema comercial é difícil, não é fácil e tem impactos. E a gente sempre avisou os clientes. Foram flyers, foi através das redes sociais, através, quando as pessoas ligavam para os SIMAS, havia uma mensagem, tentámos fazer as coisas da melhor forma. E foi assim que a gente... Agora, há uma coisa que as pessoas têm de perceber: quando se muda o sistema muda-se a forma das faturas, muda-se todo o template, e claro que as pessoas têm sempre dúvidas e recorrem tanto aos postos de atendimento, como ao telefone. Há pessoas simplesmente que vão só para perguntar porque é que a fatura mudou de imagem. É normal, as populações têm esse direito, vão e a gente responde. Mas claro que o pico, a gente até agora, só de janeiro até esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

data, recebemos mais de cem mil chamadas, têm de ter uma noção. A gente reforçou através de uma contratação externa que já estava prevista, que é o nosso contact center, mas não é possível dar resposta. A gente tenta e é essa a finalidade, mas toda a gente..., se já passou, até multinacionais, por mudanças de sistema comercial, e posso vos dizer, não tiveram um comportamento tão bom como os SIMAS, porque, neste momento já estamos em velocidade cruzado, porque a gente nunca deixou de emitir faturas, isto que fique bem claro. Claro que tivemos de ir por estimativas, cumprimos as regras da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos). Há situações que aconteciam, vamos aqui relatar, que havia pessoas tinham consumo zero, porque tinham as casas fechadas, sim. Mas a ERSAR o que é que recomendou? Vão ter de pôr dez metros cúbicos. Quando houver a leitura real, será restituído, mas não podem pôr consumos zero. Por outro lado, contratámos, já foi às câmaras, mais de dois ponto seis milhões de leituras reais. Certamente, muita gente já este mês reparou que já tiveram leituras nas suas próprias casas, foi do Município de Oeiras e vão ter todos os meses. Se o contador estiver fora, vão ter de certeza. Dentro por vezes é difícil e temos de ir mais do que uma vez. Também o projeto da telemetria para minimizar, podemos dizer que, no próximo conselho de administração, já vai a proposta, o concurso público para a telemetria. Tem sido um esforço, as equipas têm feito o que podem e o que não podem, mas foi tudo “prata da casa”.

----- E acho que aqui quando estão a dizer que as faturas são altas, atenção, temos água, temos saneamento, temos resíduos, temos taxas. As pessoas... Agora, ninguém vai pagar o que não consumiu, isso damos uma garantia a toda a gente. Porque quando tiverem uma leitura real feita pelos nossos serviços, ou através de empresa externa, ou seja, ligarem para o serviço de leituras através do telefone, ninguém vai ficar a pagar o que não consumiu, como é óbvio. A gente cumpre com as regras da ERSAR. Nós cumprimos, ninguém vai pagar a mais o que não consumiu. Pode agora ter a estimativa, mas teve de ser por estimativa, que não é possível um sistema estar a funcionar com consumos reais, se o sistema teve de parar obrigatoriamente. E depois para

retomar... Mas as pessoas... Ninguém vai ficar a pagar o que não consumiu, isso é uma garantia. E que todos sabem, ninguém pode estar a dizer o contrário, porque quando há um consumo real fazem-se os ajustes que são necessários e os acertos, que há muita gente já está a receber acertos nas próprias faturas.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----A Senhora Deputada queria colocar duas questões? Faz favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** referiu o seguinte:-----

-----“Sim. Senhora Presidente queria, porque... Agradeço o esclarecimento, mas eu própria fui analisar as minhas faturas, fui fazer alguns desenvolvimentos em relação a queixas que tinha recebido de municípios.-----

-----Primeiro ponto. É muito difícil ligar para a linha do SIMAS e dar uma contagem. Portanto, é muito importante que os contadores automáticos passem, de facto, a fazer essa telemetria para ultrapassar esta questão da ida do técnico a casa e das pessoas darem a leitura. Ainda assim, uma vez que isso não existe neste momento, é preciso que a linha esteja disponível para dar as leituras. Eu própria tentei dar a leitura, chama, chama, chama, ninguém atende e, depois, fica uma mensagem a dizer que depois contactam. Não contactam. Nunca me ligaram de volta.-----

-----Depois, na aplicação, instala-se a aplicação, cria-se um user, a password, a password vai por correio, nunca chega a password. Ao meu vizinho nunca chegou. Eu fiz por e-mail recuperação da password, recuperou uma password que eu a seguir pego na mesma, vou ao site, continua sem entrar. Não funciona a password que eu recebi minutos antes. E, portanto, isto tudo faz com que depois essas chamadas se acumulem de facto.-----

-----Agora, por exemplo, quando diz que cumpre as regras da ERSAR. No ano passado, e é certo que estes dois meses de março e abril já tive a leitura no meu prédio, com o senhor a ir lá



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

pessoalmente, mas eu fui ver o que é que se passou para trás. E para trás, em dois mil e vinte e cinco, eu tive uma leitura no dia onze de fevereiro, tive a segunda no dia treze de outubro.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, desculpe...” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** disse o seguinte: -----

----- “Estou a terminar, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Não, não, desculpe interromper.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** disse o seguinte: -----

----- “Estou a terminar.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada...”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Passaram oito meses... Passaram oito meses...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, agradeço que me oiça. Agradeço que me oiça. Nós estamos aqui a apreciar a votação da proposta do SIMAS relativa ao Relatório de Contas de dois mil e vinte e cinco.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** observou o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, isto é uma questão...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Nós estamos.. Não é isso...”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** referiu o seguinte: -----

----- “Isto é uma questão que preocupa muitos munícipes...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Eu sei...” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** observou o seguinte:-----

-----“... e está no âmbito da atividade do SIMAS, que é isso que estamos aqui a avaliar.”-

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Eu sei. Mas, francamente, não vamos fazer agora aqui como é que... os telefonemas...
é complicado, é complicado isso para estarmos ...” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** observou o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente... Senhora Presidente, está a interromper a minha intervenção que
está mesmo a terminar, que está mesmo a terminar e faz parte da atividade do SIMAS.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada, agradeço-lhe que conclua. Agradeço-lhe que conclua a sua
intervenção.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** concluiu a sua intervenção
dizendo o seguinte: -----

-----“Vou concluir, Senhora Presidente. Não se cumprem as regras do consumidor, nem as
regras da ERSAR, nem a Constituição da República. Quando se faz uma leitura em fevereiro o
outra em outubro, e em outubro se cobram trinta e nove metros cúbicos de água, que não se afere
de que mês é que são e, portanto, faz elevar o valor do consumo para o valor do escalão acima dos
cinco metros cúbicos, e se fatura naquele mês trinta e nove metros cúbicos que não se sabe quando
consumiram.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Pronto, Senhora Deputada...”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** concluiu a sua intervenção
dizendo o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

87

----- “E ainda para mais, quem tem débito direto nem sequer consegue evitar esse pagamento. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Não sei se consegue dar alguma explicação sobre esta situação.” -----

----- A **Senhora Catarina Dão, vogal do Conselho de Administração dos SIMAS,** prestou o seguintes esclarecimentos: -----

----- “... comercial, era o AQUAmatrix normal, mas todos sabem que isso foi, daí que apostou-se na telemetria, que havia falta de capacidade para fazer as leituras. Mesmo com uma contratação externa é difícil e tivemos graves problemas, porque a própria empresa tinha dificuldade em arranjar pessoas para fazer leituras. Não foi fácil e daí esta medida que tivemos de fazer, que foi, já vai em cem mil contadores, brevemente, em vinte e sete meses, temos cem mil contadores com telemetria. Claro que em dois mil e vinte e cinco e é reconhecido, não conseguimos fazer as leituras. É reconhecido e sempre se disse. Daí que agora em dois mil e vinte e seis apostou-se forte, dois ponto seis milhões de leituras. Reconhece-se os erros, ninguém está a dizer aqui que ninguém reconhece os erros, mas não conseguimos contratar externamente, não conseguimos. Internamente também não conseguimos. A única hipótese, tentámos outra vez fazer até um concurso mais apelativo para as pessoas concorrerem. Estamos a melhorar e a telemetria é o futuro. Daí que vem brevemente, e que será depois apresentado em reunião de Câmara, a telemetria, que cem mil contadores, acho que somos os pioneiros e acho que isso também é de louvar, e que foi algo que também internamente se sabia que era necessário.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** perguntou o seguinte: -----

----- “Posso?” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte: -----

-----“Faz favor, Senhor Vice-Presidente.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Doutora Catarina. Pode ir, não sair ainda... Obrigado também a todos os dirigentes dos SIMAS que estiveram presentes hoje. Dizer que não estão apenas dirigentes da área financeira presentes, estão pessoas que todos os dias se esforçam muito para o desenvolvimento da atividade daquele serviço intermunicipal, e eu que cheguei há alguns meses, tem sido uma aventura.-----

-----Dizer duas ou três coisas que são importantes.-----

-----Em primeiro lugar. Explicando se alguma vez acontece, porque há vezes que acontece os telefonemas não são atendidos, aconteceu durante o pico, o pico das chamadas com a alteração do sistema comercial, com as novas faturas, com o facto de termos estado muitos meses sem medir, houve um pico imenso de chamadas. Ia agradecer aos próprios deputados da minha bancada se conseguissem estar em silêncio, é tão mais confortável... Durante aquele pico de convulsão, porque houve uma convulsão com a alteração do sistema comercial, naturalmente que nenhum sistema de chamadas, nenhum call center aguentaria aquele pico. Não obstante, nós, para além de termos o nosso call center interno, também temos um serviço externo redundante para nos dar apoio e, ainda assim, foi muito difícil. No entanto, dizer que também a nova app, nós adiámos o lançamento da nova app para que todos os problemas de programação estivessem ultrapassados. Eu chateei muito a senhora vogal do conselho de administração porque queríamos que entrasse em funcionamento rapidamente, mas garantimos que apenas entrou em funcionamento quando estava capaz. Dizer que eu mesmo fiz a instalação da minha app sem recurso a ninguém do SIMAS para ver como é que funcionava, e não tenho nada de que me queixar. Portanto, a password chegou-me bem, a app funcionava com o meu telemóvel. Portanto, naturalmente que poderá haver casos em que haja algum problema, mas eu faço questão de testar e funcionou bem. -----

-----Depois, dizer duas ou três notas. Há um número importantíssimo que eu quero dar: no



g

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

final deste ano as redes de abastecimento em fibrocimento no Concelho de Oeiras serão apenas, será apenas um vírgula cinco por cento da rede. Um vírgula cinco por cento. Se era este o número que estavam a procura, está aqui. No final deste ano é esse o número que nós vamos atingir. Também já sabem, que a Doutora Catarina já disse, do lançamento do concurso para a telemetria em breve, portanto, contamos que, no final do corrente ano, estejamos em condições de ter todo este sistema montado e a instalação na casa dos nossos munícipes.-----

----- Depois, eu não me revejo na forma como foi tratada a questão “que foi pregar para outra freguesia”, não gosto desses termos. Mas dizer-vos o seguinte para memória futura e para que toda a gente entenda: a deslealdade de que o Município de Oeiras foi objeto por parte da anterior Presidente da Câmara da Amadora, a deslealdade política é inaudita. Inaudita. E os senhores deputados se não compreendem isto estão na atividade errada. Não pode o Município ter um sistema intermunicipal, um dos municípios querer sair desse sistema, estar a promovê-lo ou desenvolvê-lo juntamente com outros municípios e o Governo da República, e o seu município parceiro vem a saber por portas e travessas. É um tipo de deslealdade que é intolerável e inesquecível. E disso mesmo foi dado nota ao atual Presidente da Câmara da Amadora. -----

----- Depois, o que foi aprovado pelos órgãos do Município de Oeiras é o caminho natural perante a deslealdade de que fomos objeto. Para ser ultrapassada, ou para ser revertida, tem que o Município da Amadora, nosso parceiro nos SIMAS atender à realidade concreta do território. Não é uma questão de gosto. Vossas Excelências expliquem aos munícipes de Oeiras que terão de financiar com os seus recursos as obras no Município da Amadora. Não é possível, ninguém aceitará. Ninguém aceitará. Portanto, a única forma é ajustar a atividade, ou o investimento dos SIMAS à realidade concreta da atividade dos mesmos. Se assim for, há caminho. Se assim não for, continuará a haver caminho, cada um seguirá a sua história. -----

----- Depois, para terminar, dizer o seguinte, porque foi aqui dito, da má vizinhança. O Município de Oeiras não pode ser responsável pelo facto do município... Eu percebo que os

deputados do Partido Socialista de Oeiras se condoam com isso, mas não é nossa responsabilidade que durante décadas, em Sintra, não tenham construído estacionamento suficiente para os moradores de São Marcos. Se Vossas Excelências tomam as dores dos munícipes de Sintra e dos moradores de São Marcos e entendem que são os arruamentos do Município de Oeiras que devem receber as viaturas de São Marcos, porque os Presidentes de Câmara de Sintra não querem fazer estacionamento, estão num caminho completamente divergente connosco. Nós exigiremos que o Presidente da Câmara de Sintra construa o estacionamento necessário para a sua população, assim como nós construímos para a nossa. -----

-----Depois na Serra de Carnaxide é estranhíssimo, é estranhíssimo que achem normal que o Município da Amadora aprove loteamentos com cinco lotes dentro do Concelho de Oeiras e está tudo bem para vós. Se fosse esta Câmara Municipal a aprovar um loteamento com cinco lotes num território de um concelho vizinho aqui d'el-rei, o que seria dito. O que seria dito, caía o Carmo e a Trindade, mas felizmente, da nossa parte, nunca houve essa incompetência. Tal como também nunca aprovámos nenhum loteamento cujo muro do logradouro seja em cima da fronteira com o Concelho de Oeiras. Infelizmente, para vós, foi um presidente da Câmara do vosso partido que fez. É convosco, se vocês entendem que devem defender primeiro o vosso partido político do que o Município de Oeiras, ou do que o interesse dos munícipes de Oeiras também ficará com vós o ónus político. Da nossa parte defendemos o interesse do Município de Oeiras, se Vossas Excelências querem defender o interesse político do vosso partido na Amadora é convosco. Percebo a lógica, mas não é a nossa. -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor. Pediu a palavra, a Senhora Deputada? Não. Pronto. Senhor Deputado Jorge Rato (PS), faz favor.” -----



4

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Eu queria só esclarecer o Senhor Vice-Presidente que ele às vezes fica desatento quando lhe apetece, para não perceber bem o que é que se diz. E eu confesso-lhe, Senhor Presidente, já tenho muitos anos destas coisas e, portanto, não lhe admito que me venha dizer que eu defendo este, aquele ou aqueloutro. Não. A questão é que as coisas resolvem-se de outra maneira, não é fazendo esses floreados e essas guerras de manjerona.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, peço desculpa, mas terminou o seu tempo, já está a exceder o seu tempo.” -----

----- O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte:

----- “Não é com floreados ou guerras de manjerona que as coisas se resolvem. E Vossa Excelência é exímio nisso.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado... Terminou, Senhor Deputado? Faz favor, Senhor Vice-Presidente.” -----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Senhor Deputado, eu percebo que Vossa Excelência não queira admitir, mas a vida é o que é. A Câmara da Amadora, a Câmara da Amadora... Eu agradecia mais uma vez a sua ajuda, Senhora Presidente, há ali gente que parece incomodada. Uma senhora que está incomodada, peço desculpa. É um.... Não se incomode, não se excite.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Dado o adiantado da hora, aconselho calma. Aconselho-vos alguma serenidade. Alguma serenidade, senhores deputados, para conseguirmos concluir os nossos trabalhos.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“Entendo o desconforto, eu entendo desconforto dos deputados do Partido Socialista por defenderem o interesse do Município da Amadora e dos munícipes da Amadora e, ao que parece, esquecerem os de Oeiras. Nós estamos a defender os munícipes de Oeiras em Carnaxide e estamos a defender os munícipes de Oeiras na zona de Barcarena que faz fronteira com São Marcos. E queremos que a Câmara de Sintra tenha o ordenamento de território devido para as pessoas não terem de estacionar centenas de automóveis em Oeiras. Se Vossas Excelências por razões, ao que parece, alegadamente, não estou aqui a ofenderam a honra de ninguém, mas, ao que parece, leva a entender que parece que estão mais preocupados a defender o interesse partidário do Partido Socialista na relação com Sintra e com a Amadora, do que os munícipes de Oeiras. Mas é convosco, que o ónus é vosso. Não estou a ofender ninguém, é alegadamente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente.-----

-----Faz favor, Senhora Deputada.”-----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** fez o seguinte **Ponto de Ordem à Mesa:**-----

-----“Ponto de Ordem à Mesa, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Faz favor, Senhora Deputada.”-----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“A Senhora Presidente preside a esta Assembleia e, portanto, eu agradecia que quando a linguagem fugisse um bocadinho para o “chinelito” que a Senhora Presidente diga ao Senhor Vice-Presidente que “excitada” não é uma expressão que ele deva referir a nenhuma deputada. --



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

----- Vamos passar à votação desta proposta, do ponto quatro da nossa Ordem de Trabalhos.”-----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** fez o seguinte **Ponto de Ordem à Mesa:**

----- “Só um Ponto de Ordem à Mesa, Senhora Presidente..-----

----- Era também pedir para que nenhum deputado se dirigisse a uma digníssima vereadora que deu tudo o que tinha nesta Câmara que ela “anda a pregar” como uma personagem noutra concelho. Foi muito deselegante, foi muito deselegante e a doutora, a doutora, desculpem que já é tarde, a Doutora Joana Baptista não merecia o que lhe foi dito. Podem discordar com ela, agora ela deu tudo o que tinha e não tinha por Oeiras.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado...”-----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** concluiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: -------

----- “E foi dar tudo o que tinha e não tinha para Lisboa. E ficou foi muito deselegante da parte do meu amigo Jorge Rato (PS) ter-se referido a uma vereadora nos termos em que se referiu.”

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. Muito obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Vamos passar à votação do ponto quatro da nossa Ordem de Trabalhos. Dois votos contra do Evoluir Oeiras. Quem se abstém? PAN, CDU, Iniciativa Liberal e Chega. Quem vota a favor desta proposta? Os restantes. Veja que o Partido Socialista vota a favor. Vinte e três votos a favor.”-----

4.4.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, António Maria Balcão Vicente, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves, Afonso Duarte Guterres de Morais e Acácio Silva de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com dois votos contra do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), e com sete abstenções, sendo três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho e Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos), duas do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira), uma da Coligação Democrática Unitária (Aníbal José Gonçalves Guerreiro) e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

-----Os Senhores Deputados Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

25 e Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas 25, não estavam presentes na altura da votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 64/2026** -----

----- **PROPOSTA C.M.O. N.º 308/26 - SIMAS - RELATÓRIO E CONTAS 2025 - PD 52 - SIMAS/2026**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número trezentos e oito barra dois mil e vinte e seis, a que se refere a deliberação número dezassete da Reunião da Câmara Municipal realizada em quinze de abril, e deliberou por maioria, com vinte e três votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com dois votos contra do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, e com sete abstenções, sendo três do Partido Chega, duas do Partido Iniciativa Liberal, uma da Coligação Democrática Unitária e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar o Relatório e Contas do exercício de dois mil e vinte e cinco, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.4.1.1. O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Só para efeitos de uma declaração de voto.-----

----- A Coligação Evoluir Oeiras votou contra estas contas do SIMAS porque ficou bastante claro da discussão, seja nas discussões da vista para a água do rio, seja nas discussões da água potável, seja nas discussões do divórcio do SIMAS, seja na discussão (a mais importante de todas) de porque é que há pessoas a pagar valores tão exorbitantes nas suas faturas da água, que o Senhor Vice-Presidente e Presidente do Conselho de Administração do SIMAS, a única coisa que fez foi

precisamente “meter água” e a “pata na poça” em todas estas discussões. Portanto, naturalmente, o nosso voto só podia ser contra. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Mais alguma declaração de voto? Do Partido Socialista? Faz favor, Senhor Deputado Jorge Rato (PS). Peço silêncio, peço silêncio. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) vai usar da palavra para a uma declaração de voto.” -----

4.4.1.2. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----O Partido Socialista votou a favor do Relatório de Contas dos Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, em face dos resultados do exercício de dois mil e vinte e cinco, nomeadamente a liquidez e autonomia financeira e tendo por base a opinião do auditor quanto à adequação das demonstrações financeiras. -----

-----Consideramos que, atento o resultado líquido favorável e consistente ao longo dos últimos exercícios, a empresa deveria atacar os seus problemas estruturais de modo mais assertivo:

-----acelerando o processo de substituição da rede de fibrocimento, para garantir melhor qualidade da água e segurança na saúde dos cidadãos e reduzir as perdas de água; -----

-----incrementando a substituição dos contadores, garantindo medições de consumo reais e a utilização da telemetria para registo de contagens; -----

-----estímulo à colaboração complementar dos clientes na remessa mensal das contagens, nomeadamente através de uma aplicação de telemóvel que funcione;-----

-----na diversificação dos mecanismos de cobrança, nomeadamente pelo recurso a descontos no débito em conta, divulgando massivamente esse mecanismo.-----

-----Para o Partido Socialista há, contudo, uma questão essencial, que extravasa os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

resultados económicos e financeiros do SIMAS.-----

----- A incerteza material da decisão unilateral, tomada há um ano, em maio de dois mil e vinte e cinco, pelo Município de Oeiras, de proceder à extinção do SIMAS e à criação dos SMAS de Oeiras, cria um regime de suspensão incompatível com o serviço público essencial que a empresa presta, fragilizando-a politicamente. -----

----- Passado um ano, sem que se conheçam outros desenvolvimentos, é afetado o planeamento plurianual, o investimento de longo prazo, a capacidade de contratar e reter competências e talento, a motivação dos trabalhadores e a credibilidade institucional perante fornecedores, reguladores e cidadãos.-----

----- É o próprio auditor que o deixa expresso na sua análise às contas, como também foi essa a preocupação do Partido Socialista aquando da discussão desta proposta peregrina, há um ano, classificando a proposta como sendo uma decisão precipitada, unilateral e sem levar em conta os mecanismos jurídico-legais que suportam uma decisão dessa natureza. -----

----- Por estas razões, o voto favorável às contas da entidade, não significa esquecer os riscos existentes. O reconhecimento dos resultados positivos, exige decisões claras, metas concretas e responsabilidade nas decisões, para bem da empresa e da qualidade do serviço público que presta.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH) também é para uma declaração de voto, é isso?”-----

----- O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** fez a seguinte **Interpeção à Mesa:** --- -----

----- “Não, é uma pequena Interpeção à Mesa.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Sim.”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** observou o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, são quase dez da noite e ainda temos também público. Não poderíamos passar estes dois últimos pontos para outra Sessão, e ouvir a senhora? É que são quase dez da noite, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado, eu vou só dizer uma coisa. Nós estivemos uma hora para resolver um problema que teve a ver com um voto apresentado pelo seu Partido.”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** observou o seguinte:-----

-----“A culpa não foi minha...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: ---

-----“E estivemos uma hora aí. Estivemos aí uma hora. Se os senhores deputados entenderem, eu ponho à votação se querem deliberar prolongar por mais uma hora ou, como queiram. Porque diz o número dois do trinta e dois “por deliberação da Assembleia os períodos podem ser prolongados por mais uma hora”. E como estão a levantar esse problema, ponho à consideração de Vossas Excelências. Eu estou a pôr à consideração de Vossas Excelências se querem continuar para terminarmos, ou então se querem deliberar ou não.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** referiu o seguinte:-----

-----“Há declarações de voto ainda...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: ---

-----“Pronto, há declarações de voto para fazer, certo. Eu pensava que o Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH) tinha pedido a palavra para uma declaração de voto mas, pelos vistos, foi para um Ponto de Ordem à Mesa. Mas pronto. Vamos então continuar, vamos continuar com as declarações de voto. Quem é que pretende fazer uma declaração de voto? Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN) faz favor.”-----



g

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

4.4.1.3. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte Declaração de Voto:
----- “Senhora Presidente, era só para indicar que irei entregar uma declaração por escrito.”
----- A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve: -----
----- “Os Documentos de Prestação de Contas de dois mil e vinte e cinco do SIMAS revelam uma entidade financeiramente sólida, com melhoria dos principais indicadores económicos e financeiros, aumento do volume de negócios, crescimento do resultado do exercício e reforço da autonomia financeira.-----
----- É igualmente relevante reconhecer o investimento realizado na modernização das infraestruturas, na substituição da rede de fibrocimento — praticamente concluída — e no processo de renovação de contadores e implementação futura da telemetria residencial.-----
----- Também merece destaque o facto de Oeiras e Amadora continuarem entre os municípios da Área Metropolitana de Lisboa com encargos mais baixos para os consumidores domésticos.-----
----- No entanto, o PAN entende que este relatório deixa igualmente sinais que não devem ser ignorados. Desde logo, a questão das perdas de água.-----
----- Apesar de o indicador continuar abaixo da métrica de referência da ERSAR, verifica-se um agravamento de dezasseis vírgula oito por cento para dezoito vírgula seis por cento.-----
----- Estamos a falar de um recurso essencial, cada vez mais escasso, num contexto de alterações climáticas e pressão hídrica crescente. E, por isso, qualquer agravamento neste indicador deve merecer acompanhamento rigoroso e metas concretas de redução.-----
----- Por outro lado, a Certificação Legal de Contas deixa um alerta politicamente relevante ao referir uma “incerteza material relacionada com a continuidade” do SIMAS, decorrente do processo de eventual alteração do modelo de gestão.-----
----- Um serviço público essencial como o abastecimento de água e saneamento exige

estabilidade, previsibilidade e clareza estratégica.-----

-----A indefinição prolongada sobre o futuro do modelo de gestão pode afetar o planeamento de longo prazo, os investimentos estruturais e até a capacidade de retenção de competências técnicas especializadas.-----

-----O PAN entende que esta discussão deve ser feita com total transparência, com base em critérios de interesse público, qualidade do serviço prestado e proteção dos consumidores. ---

-----Ainda assim, reconhecemos que os documentos apresentados refletem uma gestão globalmente positiva, financeiramente equilibrada e tecnicamente consistente.-----

-----Por essa razão, valorizando os aspetos positivos identificados, mas considerando que subsistem reservas legítimas quanto à evolução das perdas de água e à indefinição estratégica sobre o futuro da entidade, o PAN opta pela abstenção.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Senhores deputados, não se consegue ouvir... Não se consegue ouvir...”-----

-----Mais alguém pretende fazer alguma declaração de voto? Estou a fazer uma pergunta. Mais alguém pretende fazer alguma declaração de voto? Não?-----

-----A Mesa vai deliberar sobre a questão da continuação desta Assembleia. Senhores Deputados, a Mesa reuniu e coloca à vossa apreciação se querem prolongar por mais algum tempo esta Assembleia e terminamos os dois pontos que temos, que penso que não são muitos. Pergunto...”-----

-----O **Senhor Deputado Alexis Gonçalves (INOV25)** disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, dá-me licença? Senhora Presidente, só queria dizer uma coisa à Senhora Presidente, se me permite, que é o seguinte: nós os deputados estamos todos aqui, e falo por todos, de corpo e alma, mas chega a uma altura que isto também já não é racional. Não me leve a mal estar a dizer isto, é que depois já não conseguimos raciocinar, já não conseguimos debater e acho que, para as próximas Assembleias, devíamos ter atenção a isso.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Disse. Peço desculpa.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “... bem. Faz favor, Senhora Deputada.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** referiu o seguinte: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Isto é uma questão que já vem de trás, não é, já nas reuniões de líderes o Senhor colega Deputado que falou, que me antecedeu não sabe disso, porque não é líder, mas, na verdade, nós já falámos disto várias vezes. Há determinadas Assembleias que, pelo teor das suas propostas, se prolongam. Pronto.-----

----- Agrava-se para o facto desta Assembleia ter começado com quarenta minutos de atraso, ter sido interrompida por causa de uma proposta e, portanto, acho que chega ao limite do cansaço. Aqui já não é uma questão de votar mais uma hora, a verdade é que já passaram as sete horas até, considerando o tempo todo que já aqui estamos, e alguns de nós às três já estavam cá para não chegar atrasados. -----

----- Portanto, eu pedia em consideração também ao público que, salvo erro, se inscreveu, não sei se ainda se mantém à espera, que pudéssemos adiar esses dois pontos para daqui a uma semana e dêssemos lugar à intervenção do público e que fôssemos embora. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Sim senhor. Eu ponho à consideração da Assembleia isto que foi proposto. Se toda a gente... Gostaria que se pronunciassem, os líderes dos grupos.”-----

----- O **Senhor Deputado António Moita (INOV25)** referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, por consideração ao público, e só por consideração ao público, eu acho que devemos passar já a essa fase e deixar os dois pontos para a próxima semana. -----

----- Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito bem. Então nós decidimos isso também. A Mesa também concorda e vamos então... Estas duas propostas que estavam aqui ficam para a próxima Sessão. Senhores deputados... Senhores deputados, por favor... Senhores deputados, vamos marcar a continuação desta Sessão. Senhores deputados, agradeço silêncio. Nós não podemos pôr estes dois pontos em nenhuma outra Assembleia. Isto é a mesma Assembleia e vamos continuá-la. Ponho à vossa consideração: querem transferir para amanhã à tarde? Para quinta à tarde? Faz favor de se pronunciarem. Eu pergunto a cada um dos líderes. Não, não, estou a perguntar aos líderes. Senhor Deputado António Moita (INOV25).” -----

-----O **Senhor Deputado António Moita (INOV25)** referiu o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, há uma forma de isso não acontecer. Eu não quero pôr o ónus, que é que a Câmara admita que essas propostas podem não ser tratadas hoje e quando fizer agora uma nova Ordem, para a próxima semana incluirá estas duas propostas. Agora, se a Câmara Municipal entende que a urgência destas propostas justifica que elas hoje se votem, pois então terá de ser. Eu julgo que não se justifica nem quarta, nem quinta, nem sexta. Sexta ainda por cima é dia Um de Maio. Não dá.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Pergunto aos outros líderes, Senhora Deputada do Partido Socialista, o que é que diz? Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS).” -----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** observou o seguinte: ----

-----“Senhora Presidente, esta é uma discussão que já tivemos várias vezes. É chato estar a fazer isto agora, mas realmente, na verdade, colocada a questão, tenho de lhe dizer o que penso sobre a matéria. Nós já discutimos este assunto sobre a extensão da Ordem de Trabalhos várias e muitas vezes em conferência de representantes.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- “Senhores deputados, agradeço silêncio.”-----
- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** observou o seguinte: ----
- “Eu não sei se a Senhora Presidente consegue pôr ordem na casa...”-----
- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----
- “Eu agradeço silêncio. Eu não consigo tapar as bocas das pessoas, mas peço-lhes respeito por esta Assembleia. Faz favor.”-----
- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----
- “Nós já discutimos várias vezes em conferência de representantes a questão da extensão da Ordem de Trabalhos. Nós não podemos limitar a atuação dos partidos políticos na apresentação das propostas de recomendação, das moções, dos votos de pesar, etc. Nem podemos limitar, nem condicionar a discussão política sobre essas.-----
- Portanto, assim sendo, que sirva de lição para que, no futuro, efetivamente em propostas desta natureza, como Relatórios e Contas, quer da Câmara quer do SIMAS, se tenha em atenção que a agenda não pode ser de tal maneira extensa.-----
- Segunda nota. Para mim, é absolutamente claro que se houvesse necessidade de retirar as propostas por elas estarem mal instruídas, a Senhora Presidente podia-o fazer, também o pode fazer agora. Portanto, não é necessário e, na minha interpretação, a sua afirmação não está certa quando diz que tem obrigatoriamente de ser amanhã ou depois. Na minha opinião e na nossa opinião, a Senhora Presidente pode retirá-las dado o adiantado da hora, chamar o público a falar e agendá-las para a próxima semana que, naturalmente, estaremos cá todos para as discutir.-----
- Muito obrigada.”-----
- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----
- “Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH)-----
- O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, eu concordo com aquilo que foi mencionado pela minha antecessora. Realmente, não estão reunidas aqui as condições. Era ouvir a senhora que está lá fora ao frio à espera há uma data de horas, e marcar isto para a semana.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhora Deputada Anabela Brito (IL). Dei-lhe a palavra apenas para se pronunciar quanto a esta questão, visto que não vamos discutir hoje estas duas propostas.”-----

-----A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** referiu o seguinte:-----

-----“Do meu ponto de vista, eu acho que não deveríamos discutir. Acho que, como o Senhor Deputado António Moita (INOV25) disse, que realmente se há público devemos ter essa consideração pelas pessoas que estiveram aqui até esta hora, que é bárbaro, mas em relação aos dois pontos, acho que não, e subscrevo o que a Deputada Alexandra Tavares Moura (PS) disse, que há Sessões em que os pontos são de tal forma extensos, queria dizer complexos, exatamente, complexos é a palavra, que devemos ter em atenção isso e não querer agendar pontos em cima de pontos, porque senão, chegamos a esta situação. -----

-----Obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, já percebi a sua posição. Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN). Não dei a palavra primeiro ao Evoluir Oeiras...”-----

-----A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** observou o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, concordo inteiramente com aquilo que foi mencionado. Acho que podemos passar imediatamente ao público e agendar estes pontos para depois.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO).”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** observou o seguinte:-----



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Se bem me lembro, a Assembleia da próxima semana teria cinco pontos agendados portanto, aqui seria adicionar dois pontos e se houver algum dessa reunião que não é tão urgente, se calhar, adiar para uma outra Sessão de Maio de forma a não termos, em cada reunião, mais do que cinco/seis pontos, principalmente nas Ordens de Trabalho extensas, com propostas densas como tivemos hoje, que implicam declarações dos grupos políticos, que implicam declarações de voto, etc.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhores deputados, senhores líderes dos grupos municipais... Eu já vou dar a palavra... Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU), faz favor.”-----

----- O **Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU)** observou o seguinte:-----

----- “Eu acho que nós, de facto, devemos passar esses dois pontos para outra Assembleia e, no futuro, devemos ter mais cuidado nos pontos que se vai discutir. Mais a mais, hoje aqui pelo menos dois pontos que deram uma discussão profunda. Então, estou de acordo que se passe para outra Assembleia.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.-----

----- A Mesa vai reunir sobre esta matéria, ouvidos os senhores líderes de cada grupo.-----

----- Senhores deputados, a Mesa decidiu... Senhores deputados, peço a vossa atenção. Senhores deputados peço a vossa atenção. A Mesa decidiu que a Sessão vai continuar com estas duas propostas que faltam na próxima quinta-feira, pelas dezanove horas.-----

----- Vamos ouvir o público. Isto é uma continuação, visto que não conseguimos fazer hoje, vamos fazer na próxima.... Era só porque tinham sugerido que queriam ouvir o público. Não, não. Como sugeriram que queriam ouvir o público... Já tínhamos discutido essa questão. Não baralhem as coisas, porque isso fica muito mal.”-----

4.5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 282/2026 – DMEDSC/DE – relativa à Apreciação da composição do Conselho Municipal de Educação de Oeiras (CMEO) – mandato 2025/2029-----

-----**ADIADA**-----

4.6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 339/2026 – DMEDSC/DACPH/DTGE – relativa ao Festival Out Jazz 2026 – Pedido de apoio financeiro e logístico – Isenção de taxas

-----**ADIADA**-----

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

-----“Vamos ouvir a pessoa do público, não sei se ainda aí está. Está ali. Faz favor. Senhora Paula Maria Rodrigues Castro Ambrósio, que vem aqui à Assembleia falar sobre o regulamento seiscentos e seis/dois mil e dezanove, relativo aos cuidadores das colónias. Tem cinco minutos para falar. Se faz favor.”-----

5.1. A Senhora Paula Maria Rodrigues Castro Ambrósio, munícipe de Oeiras, interveio e disse o seguinte:-----

-----“Ora, muito boa noite, Senhora Presidente. Senhores Vereadores, Senhores... não está ligado? Muito boa noite a todos. Devido ao adiantado da hora, vou tentar não demorar muito tempo. -----

-----Então, há cerca de uma semana fiz chegar a esta Assembleia Municipal por e-mail uma petição relativa ao regulamento seiscentos e seis/dois mil e dezanove, Regulamento dos Cuidadores de Colónias de Gatos do Município de Oeiras, doravante designado por RCCG.-----

-----Venho hoje dizer de forma clara o essencial: o RCCG contraria normas de hierarquia superior. A portaria cento e quarenta e seis/dois mil e dezassete estabelece no artigo nove, número oito, que as despesas de manutenção das colónias são da responsabilidade da entidade promotora. Em Oeiras, essa entidade é a Câmara Municipal. Mas o RCCG faz exatamente o contrário. O artigo



9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

quarto, número treze, do RCCG, atribui essas despesas ao cuidador, onde a lei diz “município”, o RCCG diz “cuidador”. Isto é uma inversão direta da lei. As autarquias têm poder regulamentar, mas esse poder é subordinado à Constituição e à Lei. -----

----- Um regulamento não pode contrariar normas superiores, nem criar obrigações que a lei não prevê. Serve para executar a lei, não para a substituir. O RCCG transfere para os cuidadores obrigações como alimentação, vigilância, limpeza, transporte e acompanhamento de animais, entre outros. Quem faz tudo paga tudo. Isso não é um erro, é um modelo e esse modelo está assumido na própria nota justificativa da proposta ao limitar os custos municipais às esterilização e intervenções em animais, e a excluir as restantes despesas. E há um dado que não pode ser ignorado: o RCCG está em vigor desde dois mil e dezanove, há quase sete anos. Durante sete anos, o Município não assumiu despesas que a lei lhe impõe. Durante sete anos essas despesas foram suportadas por cidadãos voluntários. Sete anos em que a ilegalidade produziu efeitos concretos. Sete anos depois, isto não pode continuar a ser adiado, tem de ser tratado agora. Isto não é um lapso é, no mínimo, institucionalmente embaraçoso. -----

----- Os cuidadores são voluntários e a lei é clara: não podem ser onerados com despesas resultantes da atividade regular. Em Oeiras, não há exceção, há imposição. A Câmara tentou sustentar este modelo com um parecer jurídico pedido já em fase de contestação e esse parecer, com exceção de dois parágrafos, não resiste a uma leitura jurídica séria. Ignora a portaria, ignora a Lei do Voluntariado e tenta justificar o que a lei não permite. Não esclarece, justifica. E há ainda um dado que não pode ser ignorado: a Provedoria de Justiça informou-me que o processo se encontra pendente há quinze meses por falta de resposta da Câmara Municipal de Oeiras. Ou seja, perante uma questão de legalidade, a Câmara não respondeu. Quando uma entidade pública é chamada a pronunciar-se sobre a legalidade dos seus atos e não o faz, não estamos perante um detalhe administrativo, estamos perante uma falha institucional. E há uma consequência: o problema já não é apenas o Regulamento, é também a forma como a legalidade está a ser tratada.

-----Ainda há pouco tempo, um deputado da maioria afirmou nesta Assembleia que é inconcebível que um deputado da nação não conheça a lei. Tomemos essa afirmação a sério. O que está aqui em causa não é complexo, são normas claras que o RCCG contraria. E há um outro ponto: o RCCG foi aprovado nesta Casa, mas importa recordar o percurso. Em reunião de Câmara de trinta de abril de dois mil e dezanove, o projeto foi aprovado por unanimidade dos presentes, mediante proposta subscrita pelo Senhor Vereador Nuno Neto com voto favorável, entre outros, do Senhor Presidente da Câmara. Depois, em dezoito de junho de dois mil e dezanove, foi aprovado nesta Assembleia por maioria. Votaram a favor o Isaltino Inovar Oeiras de Volta, o Partido Socialista, os Independentes Oeiras Mais à Frente, a CDU e o PSD. Votaram contra o CDS, o Bloco de Esquerda e o PAN. E o PAN votou contra invocando ilegalidade. Mas essa posição não teve qualquer consequência prática e isso também deve ser dito. Tem responsabilidade na sua correção e essa responsabilidade é concreta e atual.-----

-----Se o Município é por lei responsável pela manutenção destas situações, por que razão continuam os cuidadores a assegurar-las na prática? Esta Assembleia não está perante uma escolha, está perante uma obrigação. Obrigação de confrontar um regulamento ilegal, obrigação de o corrigir, obrigação de repor a legalidade. Porque quando cidadãos voluntários suportam encargos que a lei atribui ao Município, não estamos perante uma política pública, estamos perante uma ilegalidade. E, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, um regulamento que viola normas de hierarquia superior é inválido, independentemente do tempo decorrido.-----

-----E termino com duas notas muito simples:-----

-----A primeira. Um parecer é uma opinião jurídica. A portaria cento e quarenta e sete/dois mil e dezassete é uma norma legal. Nenhum parecer pode contrariar ou afastar uma norma de hierarquia superior. Estamos perante um problema...”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

-----“Desculpe, agradeço-lhe que sintetize que já ultrapassou o seu tempo.”-----



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Paula Maria Rodrigues Castro Ambrósio, munícipe de Oeiras,** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “São só mais dois segundos. -----

----- Quando isso acontece, não estamos perante um problema de interpretação, estamos perante um problema de legalidade. -----

----- Segunda e terminando. A questão é, no fundo, muito simples. A lei nacional diz que a responsabilidade é do Município. O Regulamento Municipal diz que é do cidadão. Perante isto, a pergunta é inevitável: quem é que aqui está acima da lei? -----

----- Muito obrigada.”-----

5.2. A Senhora Presidente da A.M. informou o seguinte: -----

----- “Obrigada, senhora munícipe pela sua presença e exposição. Relativamente a esta matéria, tenho a informar a Assembleia Municipal do seguinte. A munícipe, esta Senhora Paula Ambrósio fez chegar à Assembleia Municipal de Oeiras um requerimento que está aqui e que eu já despachei, no sentido de solicitar detalhadamente à Câmara Municipal, ao departamento competente, informação sobre a questão trazida no requerimento. E que tem exatamente a ver com esta questão do Regulamento dos Cuidadores de Colónias que a senhora diz que este regulamento é ilegal. --- -----

----- Portanto, está um despacho meu recentemente proferido, aliás, proferido boje mesmo, solicitando informação detalhada à Câmara Municipal. Portanto, a Mesa não se pode pronunciar sobre esta questão aqui trazida, compreenderão que é uma questão complexa e, portanto, é isto e está dado o encaminhamento ao requerimento que a senhora aqui apresentou. Não podemos pôr o carro à frente dos bois, não podemos falar sem saber tudo detalhadamente, tudo o que se passou. Não sei se o Senhor Vice-Presidente conhece este caso, se tem algum conhecimento sobre isto, enfim.”-----

5.3. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

-----Eu creio que a Senhora Presidente falou com muita propriedade sobre o tema. A partir do momento que entrou um requerimento e ainda que a senhora munícipe, que veio à Assembleia Municipal hoje, tenha feito uma série de acusações de incumprimento, de ilegalidade e violação da lei ao Município, eu quero ler com atenção o requerimento e queremos responder ao requerimento depois de o lermos atentamente.-----

-----Sabendo porém que o histórico de comunicações com a Senhora Paula Ambrósio é conhecido no Município e é conhecido do gabinete do Senhor Vereador Nuno Neto. Portanto, não é a primeira abordagem que tem com a Câmara Municipal de Oeiras, se calhar, não é a vigésima sequer. Portanto, o histórico de comunicações é antigo, o trabalho realizado neste sentido também é antigo, a resposta a este requerimento será dada após a leitura atenta do mesmo e a resposta cabal.

-----É só.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada.-----

-----Não sei se algum dos senhores líderes pretende usar da palavra? Faz favor, Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO).”-----

5.4. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) referiu o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Queria muito sucintamente e muito rapidamente referir-me a três pontos.-----

-----O primeiro em relação à revisão deste regulamento, uma vez que a situação já vem do anterior mandato. Esta questão já foi aqui abordada várias vezes na Assembleia, já foi esclarecido também com o Vereador Nuno Neto, e foi aprovada uma proposta de recomendação aqui pela Assembleia, aprovada e, portanto, que teve seguimento para a Câmara Municipal, mas que o seguimento até ver foi nenhum. Que é a Assembleia aprovou a revisão desse regulamento com base precisamente nos pontos que a Dona Paula aqui apresentou. E, portanto, saber qual é que é o



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ponto de situação da revisão desse regimento, se já foi iniciado ou não, e isso o Senhor Vice-Presidente deveria saber. Aliás, já foi aqui perguntado hoje por outra deputada de outra bancada.

----- Depois, em relação a este email que a Senhora Paula Ambrósio diz que enviou. Eu não sei se foi com o conhecimento dos grupos políticos, ou foi só para a Senhora Presidente, mas também é função da Mesa e da Senhora Presidente reencaminhar para os líderes o expediente desta Assembleia. Eu não me lembro de ter recebido essa comunicação e, portanto, gostaria que a Senhora Presidente encaminhasse as diligências e o email original para os líderes políticos desta Assembleia. -----

----- E, por fim, a Senhora Presidente referiu no início da Sessão um outro email que chegou a esta Assembleia, de uma intervenção do tal casal que foi enviado pela Associação MIAR e o que diz o email é a solicitar que fosse transmitido o conteúdo da carta. E nesta Assembleia há várias formas de intervir, não seria o primeiro caso em que a Senhora Presidente leria o email que é pedido para ler, uma vez que o casal não se quer expor publicamente nas câmaras. Isto já foi feito em outras Assembleias e o próprio site da Assembleia Municipal diz que os munícipes assim o podem fazer, dirigir-se a esta Assembleia por outros meios que não seja a transmissão nas câmaras. E, por isso, Senhora Presidente, foi pedido que a Senhora Presidente lesse esse e-mail não foi lido hoje, já estamos tarde na hora e, portanto, gostaria de solicitar à Senhor Presidente que o fizesse na próxima Sessão de quinta-feira. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Mais alguém dos líderes pretende usar da palavra? Faz favor, Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS).” -----

5.5. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Para agradecer a participação da munícipe Paula Ambrósio. Dizer que o PS recebeu na sua caixa de correio eletrónico, de facto, a sua missiva e foi por ela que tivemos conhecimento, não pela Assembleia Municipal, que tem essa obrigação legal de prestar essa informação aos membros desta Assembleia.-----

-----E dizer também que aproveitamos o facto de a senhora, da munícipe cá ter estado para requerer formalmente resposta às questões que foram colocadas pela munícipe.-----

-----Não sei se.. “-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Faz favor, Senhora Deputada. Pode continuar. Faz favor de continuar.”-----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“Nuns momentos a Senhora grita, noutros momentos permite que haja barulho...-----

-----Para o Partido Socialista o histórico, e isto é importante dizer, o histórico de relacionamento escrito entre a Câmara Municipal, seja através de que Vereador ou Vereadora for e uma munícipe, para o Partido Socialista não nos diz respeito. A nós o que nos interessa é que haja concórdia, uma palavra tão usada hoje no início desta Sessão por parte do Senhor Presidente da Câmara, e isto é sinal de que não houve concórdia e nós, obviamente, não podemos aceitá-lo.

-----Muito obrigada, Senhora Presidente.”-----

6. A Senhora Presidente da A.M. concluiu a Sessão dizendo o seguinte:-----

-----“Muito obrigada.-----

-----Mais alguém pretende usar da palavra? Dos líderes? Não?-----

-----Então continuamos esta Assembleia, está designado o dia trinta de abril, que é quinta-feira, pelas dezanove horas.-----

-----Declaro encerrada esta Sessão.”-----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às vinte e duas horas e vinte minutos.-----

----- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e pelos Secretários da Mesa.-----

-----A Presidente,-----

Maria de Almeida Barata

-----O Primeiro Secretário,-----

Luís António de Jesus

-----O Segundo Secretário,-----

Luís António de Oliveira Castro

4
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100